



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA  
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**FORMAÇÃO CONTINUADA NA POLÍCIA MILITAR: Análise do ensino  
das praças no Pará.**

**Fernando Alberto Souza Lima**

Belém – PA  
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA  
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**FERNANDO ALBERTO SOUZA LIMA**

**FORMAÇÃO CONTINUADA NA POLÍCIA MILITAR: Análise do ensino  
das praças no Pará.**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em segurança pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Profa. Andréa Bittencourt Pires Chaves, *Dra.*

**Belém-PA  
2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

L732f Lima, Fernando Alberto Souza.  
FORMAÇÃO CONTINUADA NA POLÍCIA MILITAR. :  
Análise do ensino das praças no Pará. / Fernando Alberto Souza  
Lima. — 2021.  
93 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Segurança Pública, Belém, 2021.

1. formação profissional. 2. Polícia Militar. 3. formação  
continuada. I. Título.

CDD 363.10098115

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA  
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**FORMAÇÃO CONTINUADA NA POLÍCIA MILITAR: Análise do ensino  
das praças no Pará.**

**Fernando Alberto Souza Lima**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, da Universidade Federal do Pará.

Belém-PA, 22 de fevereiro de 2021.

---

*Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida*  
(*Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública*)

**BANCA EXAMINADORA**

---

*Profa. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves*  
*Universidade Federal do Pará*  
*Orientadora*

---

*Prof. Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio*  
*Escola Superior Madre Celeste*  
*Avaliador Externo*

---

*DPC M. Sc. Leomar Narzila Maués Pereira*  
*Delegada da Polícia Civil do Pará*  
*Avaliadora*

---

*Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos*  
*Universidade Federal do Pará*  
*Avaliadora*

---

*Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida*  
*Universidade Federal do Pará*  
*Avaliadora*

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu melhor amigo, meu pai Carlos Alberto (*in memoriam*). Seus ensinamentos me fizeram o homem que sou e sua partida prematura apagou um pouco a luz do meu mundo. Pai, onde o senhor estiver, te amo. Este trabalho é pro senhor!

Dedico também às mulheres da minha vida: minha mãe, Dona Néia, mulher valente, forte e extremamente guerreira, a qual sempre zelou pelos meus estudos. Te amo, mãe; minha esposa Isabelle, sempre ao meu lado, me incentivando, aguentando meus momentos de desespero, caminhando de mãos dadas na loucura desses dois anos. Você é minha melhor companhia. Estar ao seu lado, depois de todo esse tempo, de tudo que passamos, é incrivelmente prazeroso. Sou muito feliz contigo, e por isso sou grato. Perdoa meus erros passados e aceita inteiramente meu amor. Ele é grande, viu?

Por fim, minhas princesas, amores infinitos da minha vida, Sofia e Ágata. Todas as vezes em que passou pela minha cabeça que as coisas não estavam indo muito bem, lembrava do sorriso de vocês e me fortalecia. Que este trabalho incentive vocês a buscar sempre mais, porque é possível. Papai ama vocês mais que o universo!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todos os dons e também pela saúde para concluir esta etapa. Em um período nebuloso da história da humanidade, quando perdemos muitos parentes e amigos por conta da pandemia de COVID-19, terminar uma pós-graduação é uma vitória imensa. Amém Senhor!

Agradeço à minha família, sem a qual seria, de fato, impossível chegar aqui: obrigado pai (*in memoriam*), mãe, esposa e filhas, pelo apoio incondicional e irrestrito. Esse suporte foi indescritível. Também agradeço aos meus irmãos, sobrinhos, tios, primos, avós... cada um tem um cantinho especial na minha caminhada. Obrigado por tudo.

Gostaria de registrar um agradecimento imenso à minha orientadora, Professora Doutora Andréa Bittencourt Pires Chaves. A senhora soube me conduzir, entender meus inúmeros problemas e ausências, orientar pelos melhores caminhos e, efetivamente, me levou a este momento. Só posso desejar os melhores votos possíveis à senhora e sua família: Que Deus a abençoe com toda sorte de bênçãos, saúde, prosperidade e felicidade. Muito obrigado por toda essa jornada. Aprendi muito com a senhora.

À Polícia Militar do Pará, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Comandante Geral, Coronel PM Dilson Júnior, egresso do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública da UFPA, e seu Chefe do Estado Maior Geral, Coronel Ronald, por terem me permitido seguir com a pesquisa sobre o ensino das praças da corporação. Neste sentido, agradeço também aos meus comandantes imediatos, os quais sempre me auxiliaram no decorrer do processo: Coronéis Cavalcante, Neves e Maués; Tenentes-coronéis Alfeu, Mariúba, Magno e Augusto; Majores Neves, Simone, Ivan, Carvalho, Maciel, Joselde.

Agradeço aos meus companheiros da turma 2019 do PPGSP: nossa união, nossas discussões nos grupos, nossa amizade e contribuição coletiva foram fundamentais para chegarmos neste momento. Senhores, obrigado por tudo. E lembrem-se: ninguém larga a mão de ninguém!

Agradeço aos professores do PPGSP, em especial aqueles com quem tive oportunidade direta de aprender: Professores Jaime Souza, Rodolfo Nascimento, Fernando Pontes, Simone Silva, Katiane Cunha. Vocês representam a essência do ato de ensinar, com generosidade e dedicação. Obrigado.

Omiti alguns professores com quem tive aulas para não duplicar os agradecimentos. Duas delas foram da minha banca de defesa da dissertação: Professora Silvia, coordenadora do PPGSP e Professora Maély, vice-coordenadora, duas das melhores professoras com quem convivi, mulheres fantásticas, sempre dispostas a ajudar. Da banca, também gostaria de agradecer à Delegada Leomar, fantástica em seus comentários e recomendações, os quais não pude deixar de seguir; Professor e Major da PM Gaudêncio, grande incentivador do ensino dentro da instituição e personalidade que eu muito admiro. Obrigado por toda ajuda que o senhor sempre me deu. Essa vitória também é sua.

Agradeço ao Senhor Tenente-Coronel Charlet, pelo incentivo constante. Ele me fez voltar aos bancos da academia após dez anos afastado. Saiba que o Senhor é inspiração, Comandante; Capitão Matos, Chefe da Divisão de Ensino do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e sua equipe, pela inestimável ajuda na construção do segundo artigo; Major Palheta e Cabos Karen Khan e Félix, por todo diálogo na construção do produto técnico.

Aos meus amigos de briosa, Aspirantes 2010, a melhor turma da Polícia Militar do Pará, quiçá, das galáxias. Obrigado pela força na divulgação dos questionários e disponibilidade em auxiliar o companheiro aqui. Orgulho de pertencer a esta turma!

Finalmente, agradeço à tropa da Polícia Militar do Pará, em especial, às praças. Este trabalho surgiu de inquietações com as políticas institucionais de ensino referentes aos senhores. Servi no CFAP por três anos, trabalhei em *todos* os cursos de formação e aperfeiçoamento de praças e isso foi extremamente gratificante. Este trabalho é fruto do sonho de melhorar a política de ensino ofertada pela instituição a essa classe, a fim de proporcionar mais segurança e profissionalismo aos nossos valorosos “soldados de Fontoura”, mas ele é apenas um começo. Ressalto aqui meu apreço e admiração por todos aqueles que contribuíram com a pesquisa, direta ou indiretamente. Obrigado pela confiança. Sem vocês, nada disso seria possível.

*“A formação do policial não se resume tão somente em analisar conteúdos programáticos, discutir cargas horárias, e ou metodologias empregadas, mas tangência aspectos relacionados à sociedade em que o policial está inserido. A formação deve preparar o policial para interagir com o meio no qual foi recrutado” (BASÍLIO, Márcio Pereira. O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível? Gestão e Sociedade, Vol.2(3), 1-28, 2009).*

LIMA, Fernando Alberto Souza. **Formação continuada na Polícia Militar: análise do ensino das praças no Pará.** 93f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2021.

## RESUMO

**Introdução/Importância:** A formação continuada é fator que pode contribuir diretamente para o desempenho das atividades de um profissional. No âmbito da Polícia Militar, esta formação é marcada por continuidades e rupturas com modelos antigos de execução. Em alguns momentos a formação profissional traz novidades que incrementam o trabalho educacional. Outras vezes, ela não garante segurança profissional para os agentes executarem suas atividades. O trabalho se justifica, portanto, em detrimento das suas contribuições acadêmicas, práticas e institucionais. **Objetivo da pesquisa:** investigar a relação entre formação continuada na corporação e a segurança na atuação cotidiana do policial militar. **Método:** A pesquisa foi dividida em dois momentos, onde se buscou investigar, em um primeiro instante, a percepção das praças da Polícia Militar do Pará, lotadas em Belém, sobre a formação continuada na corporação. Para alcançar este intento, foi utilizado um questionário semiestruturado, contendo 15 perguntas objetivas. Na segunda etapa da pesquisa, foram coletados dados sobre o desempenho acadêmico dos policiais de Santarém, no Oeste do estado do Pará, por meio de entrevista aberta. **Participantes:** Para o Artigo 1, os participantes foram escolhidos a partir do efetivo dos quartéis da capital paraense, por meio de amostragem estratificada aleatória. No Artigo 2, sete participantes, escolhidos por terem alcançado a primeira colocação nos cursos de formação ou aperfeiçoamento feitos no seio da instituição, responderam sete perguntas abertas. **Resultados:** a pesquisa mostrou que os militares não se sentem plenamente preparados para o exercício de suas funções, se ressentindo, principalmente, de maior carga de conhecimentos jurídicos, entretanto, o ensino militar é satisfatório. A tropa de Santarém, por exemplo, aponta altos índices de satisfação e preparo técnico, inclusive conquistando desempenho significativo nos cursos da corporação. **Conclusão:** O ensino continuado na instituição é, para a maioria da amostra, satisfatório, necessitando apenas de ajustes relacionados às novas modalidades de ensino, como semipresencial e à distância, para garantir melhor preparo técnico aos militares e segurança à sociedade.

Palavras-chave: formação profissional; Polícia Militar; formação continuada.

LIMA, Fernando Alberto Souza. **Ongoing training in the Military Police: analysis of the teaching of squares in Pará.** 93p. Thesis (Master Degree). Postgraduate Program in Public Security at the Federal University of Pará, Belém, Pará, Brazil, 2021.

## ABSTRACT

**Introduction/Importance:** Continuing education is a factor that can directly contribute to the performance of a professional's activities. Within the military police, this training is marked by continuities and ruptures with old models of execution. In some moments, professional training brings news that increase educational work. Other times, it does not guarantee professional security for agents to perform their activities. The work is justified, therefore, to the detriment of its academic, practical and institutional contributions. **Objective of the research:** to investigate the relationship between continued training in the corporation and security in the daily performance of the military police. **Method:** The research was divided into two moments, where we sought to investigate, at first, the perception of the squares of the Military Police of Pará, crowded in Belém, about the continued formation in the corporation. To achieve this intention, a semi-structured questionnaire containing 15 objective questions was used. In the second stage of the research, data were collected on the academic performance of the police officers of Santarém, in the west of the state of Pará, through an open interview. **Participants:** For Article 1, the participants were chosen from the staff of the barracks of the capital of Pará, by random stratified sampling. In Article 2, seven participants, chosen for having achieved the first place in the training or improvement courses made within the institution, answered seven open questions. **Results:** the research showed that the military does not feel fully prepared to perform their duties, resenting, mainly, a greater load of legal knowledge, however, military education is satisfactory. Santarém's troop, for example, points to high levels of satisfaction and technical preparation, including achieving significant performance in the corporation's courses. **Conclusion:** Continuing education in the institution is, for the majority of the sample, satisfactory, requiring only adjustments related to the new teaching modalities, such as semi-classroom and distance, to ensure better technical preparation to the military and security to society.

**Keywords:** vocational training; Military Police; continued training.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

#### CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Figura 1 – Comandos de Policiamento Regional da PMPA, Pará, 2021.....33

#### CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

*Artigo 2 - Fatores contributivos ao desempenho acadêmico dos policiais militares de Santarém, Pará, Brasil*

Figura 1 – Localização de Santarém no mapa do Pará, janeiro de 2021.....53

Figura 2 – Nuvem de palavras retiradas das entrevistas, Santarém, PA, janeiro de 2021.....55

Figura 3 - Evolução na quantidade de roubos, município de Santarém, PA, 2019-2020.....55

### LISTA DE GRÁFICOS

#### CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Gráfico 1 – Evolução dos concluintes do CGS e CAS, Pará, 2015-2020.....36

#### CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

*Artigo 1 – Percepção sobre ensino continuado na Polícia Militar do Estado do Pará, Brasil*

Gráfico 1 – Necessidades de carga horária, por eixos temáticos, Belém, agosto de 2019.....51

Gráfico 2 – Percepção sobre os impactos da mudança ocorrida nos cursos de ensino continuado para a PM e a sociedade, em Belém, agosto de 2019.....51

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

### LISTA DE TABELAS

#### CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

##### *Artigo 1 – Percepção sobre ensino continuado na Polícia Militar do Estado do Pará, Brasil*

Tabela 1 – Quantidade de policiais militares lotados em Belém e amostra, no mês de maio de 2019.....51

##### *Artigo 2 - Fatores contributivos ao desempenho acadêmico dos policiais militares de Santarém, Pará, Brasil*

Tabela 1 – Cursos, quantidade de alunos e polos de formação, e melhor classificação alcançada por alunos santarenos nos cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Pará, 2014-2020.....54

Tabela 2 – Número de cursos, matrículas, ingressantes e concluintes na Educação Superior, Brasil, 2009-2019.....54

### LISTA DE QUADROS

#### CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Quadro 1 – Disciplinas da MCN/SENASP e sua equivalência no CFP/PMPA, CGS/PMPA e CAS/PMPA, por área temática, Belém, janeiro de 2021.....24

Quadro 2 – Matrizes curriculares do CGS e CAS, em novembro de 2016 e em dezembro de 2020.....27

Quadro 3 – Características esperadas de um candidato a cargo na Polícia Militar do Pará, e suas descrições, Pará, 2016.....30

#### CAPÍTULO 3 – PROPOSTA DE PRODUTO TÉCNICO

Quadro 1 – Matriz Curricular para o Curso de Atualização Profissional de Subtenentes e Sargentos (CAP/SS).....59

Quadro 2 – Matriz Curricular para o Curso de Atualização Profissional de Cabos e Soldados (CAP/CS).....59

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

### **LISTA DE ABREVIATURAS**

adm.	administrativo
dir.	direito
leg.	legislação
púb.	pública
seg.	segurança
soc.	sociedade
téc.	técnicas

### **LISTA DE SIGLAS**

BPM	Batalhão de Polícia Militar
CAC	Curso de Aperfeiçoamento de Cabos
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFC	Curso de Formação de Cabos
CFP	Curso de Formação de Praças
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFSd	Curso de Formação de Soldados
CGS	Curso de Adaptação à Graduação de Sargento
CH	Carga-horária
CIOP	Centro Integrado de Operações
CIPFLU	Companhia Independente de Polícia Fuvial
CPR(s) I-XIII	Comandos de Policiamento Regional, 1 a 13.
CRECAN	Centro de Recuperação Estadual Coronel Anastácio das Neves
DGEC	Departamento Geral de Educação e Cultura
DGP	Departamento Geral de Pessoal
DOE	Diário Oficial do Estado
EB	Exército Brasileiro
GRAESP	Grupamento Aéreo de Segurança Pública
IESP	Instituto de Ensino de Segurança do Pará
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOB	Lei de Organização Básica

MCN	Matriz Curricular Nacional
PM	Polícia Militar/ Policial Militar
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMPA	Polícia Militar do Pará
PPGSP	Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
RMB	Região Metropolitana de Belém
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	16
1.1. Introdução.....	16
1.2. A formação na PMPA.....	22
1.3. Perfil profissiográfico do policial militar .....	28
1.4. Formação continuada policial militar .....	31
1.5. Justificativa e importância da pesquisa.....	35
1.6. Problema de pesquisa .....	38
1.7. Objetivo geral.....	38
1.8. Objetivos específicos.....	38
1.9. Questões norteadoras.....	39
1.10. Revisão da literatura .....	39
a) Formação policial.....	39
1.11. Método .....	45
1.11.1. Natureza da pesquisa .....	45
1.11.2. Lócus da pesquisa.....	46
1.11.3. Participantes .....	46
1.11.4. Procedimentos de coleta .....	47
1.11.6. Análise de dados.....	48
CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS .....	50
2.1. ARTIGO 1.....	50
2.2 ARTIGO 2 .....	53
CAPÍTULO 3 – PRODUTO E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	57
3.1. Produto.....	57
3.2. Proposta de Intervenção .....	60
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....	61
4.1. Considerações finais.....	61
4.2. Recomendações para trabalhos futuros.....	63
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DO ARTIGO 1.....	73
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA DO ARTIGO 2.....	76
APÊNDICE C – ARTIGO CIENTÍFICO.....	77
ANEXO – NORMAS DA REVISTA INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH (IJDR) (ISSN 2230-9926). ARTIGO 1 E 2.....	91

## CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 1.1. Introdução

A Polícia Militar do Pará é instituição estadual permanente (PARÁ, 1989), integrante do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (PARÁ, 2011), possuindo em seus quadros funcionais, no mês de janeiro de 2021, aproximadamente 15.080 policiais (PMPA/SIGPOL, 2021). Destes, 14.008 policiais militares, ou seja, 92,9% do efetivo total são categorizados como *praças*, classe profissional que abrange soldados, cabos, sargentos e subtenentes (PARÁ, 2016). A corporação possui autonomia para realizar o ensino técnico-profissional de seu efetivo, por meio do disposto no Artigo 83 da Lei nº 9.394/96 (LDBEN - Lei de diretrizes e bases da educação nacional) o qual reserva ao ensino militar regulamentação por lei específica (BRASIL, 1996). No caso das forças militares estaduais, desde 2014, esse ensino deve estar em consonância com o preconizado pela *Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública*, ou simplesmente Matriz curricular nacional (MCN), elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2014).

Documento pensado para ser “um referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas - inicial e continuada - dos profissionais da área de segurança pública” (SENASP, 2014, p. 12), a Matriz estabelece direcionamentos relacionados ao perfil profissiográfico e as competências a serem desenvolvidas pelos agentes, bem como os eixos articuladores e áreas temáticas a serem exploradas pelas forças de segurança pública do país. Neste sentido, ela norteia as políticas de ensino das instituições estaduais, sugerindo alinhamentos a nível nacional, sem nunca impor algo (SENASP, 2014).

Embora não exista imposição, há formas arguciosas de conseguir a adesão dos estados para os ditames da matriz. Um dos ex-diretores do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará expôs algumas dessas sutilezas, em entrevista a Vale (2018):

A Matriz Curricular foi paulatinamente sendo admitida. Tiveram medidas por parte da própria SENASP ‘obrigando’, de certa forma, os estados a fazerem isso. Tipo assim, se o governo estadual estivesse pleiteando uma verba ao federal por exemplo, um dos itens era justamente verificado a matriz curricular de formação do estado, se o estado a recepcionou ou não a matriz curricular nacional. Se recepcionou numa determinada percentagem, teria verba, se não, não tem verba. Isso foi ao longo do tempo sendo trabalhada a nível de SENASP, não como uma forma de intervenção porque nosso estado é federativo, mas como uma forma de imposição. Aí os estados passaram a entender que havia a necessidade dessa mudança, e os 26 estados naquela época adotaram tranquilamente sem problema nenhum. Até porque existia o

processo de regionalização, a matriz era só uma baliza, norteadora de disciplinas e matérias, de conhecimento comum de todas as Polícias (...). A SENASP sugestionava a carga horária e conteúdos. Ficava a cargo do estado seguir ou não aquilo, às vezes tinham estados que diminuía, outros aumentavam. Ficava a critério de cada estado. O importante era ter a disciplina, ela não impunha a carga horária. (VALE, 2018, p. 310).

A Matriz detalha minuciosamente, na descrição de cada disciplina, o mapa de competências esperadas do agente ao término daquele curso; quais os aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais explorados por cada uma das matérias; a contextualização e objetivos da disciplina, seu conteúdo programático e carga horária sugerida; e, finalmente, quais as estratégias para o ensino e aprendizagem, avaliação de aprendizagem, além de sugestões de referências bibliográficas (SENASP, 2014).

Como se pode notar, a MCN é bastante abrangente, visando preparar o policial para o exercício de sua profissão. Mas, afinal, qual o papel da polícia? Monjardet (2002) explorando essa questão, afirma que, por serem também militares, os policiais enfrentam perigos; de tal modo, semelhante aos professores, precisam construir relação de autoridade com o público. O autor acrescenta que, como todo trabalhador, o policial tem a preocupação com a eficácia de suas ações, entretanto, apenas esta categoria combina os três elementos – militar, professor e trabalhador – em situações cotidianas do trabalho.

Rolim (2006), por sua vez, aduz que o trabalho policial vai além do monopólio do uso da força, anteriormente defendido por Weber (2003) e Elias (1994): para o primeiro autor, portanto, o papel que cabe à polícia é o de proteger as pessoas, assegurando a todos o exercício de seus direitos elementares, como “direito à vida, à integridade física, à liberdade de opinião e à propriedade” (ROLIM, 2006, p. 28). Já Elias (1994) defende que o homem tem vivido, ao longo de sua existência, em sociedades organizadas nas quais os governantes exercem controle sobre os instrumentos de violência legítima, enquanto se propõem a evitar a violência “ilegítima” ou “ilegal” do resto da sociedade (ELIAS, 1994). O uso legal da força, inclusive física, coletivamente autorizado pela sociedade para garantir a segurança de todos é, na visão de Weber (2003), privativo das forças policiais estatais. Tal utilização é denominada pelo autor como “monopólio legítimo da força”.

. Para Reis (2019), a polícia pode ser entendida como resultado da combinação das concepções de segurança pública francesa e inglesa, a primeira “calcada no poder do Estado impositivo, com uso da força física para impor e/ou limitar o comportamento dos cidadãos” e

a segunda, origem do policiamento comunitário, “leva em consideração a opinião e participação da comunidade nas ações de polícia” (REIS, 2019, p. 51).

Fraga (2006) afirma que a “missão” da Polícia Militar pode ser caracterizada pelas atividades repetitivas e incertas, que acabam por se mesclar, de forma paradoxal, no cotidiano de policiamento. Reiner (2004) aponta que a polícia é “uma corporação de pessoas patrulhando espaços públicos (...), munida de um amplo mandato para controlar o crime, manter a ordem e exercer algumas funções negociáveis de serviço social” (REINER, 2004, p. 19). Além disso, para o autor, ela funciona, de forma não tão satisfatória, na “administração do crime e manutenção da paz” (REINER, 2004, p. 302). Já Rudnicki (2011) afirma que a polícia organiza, regula e controla a vida em sociedade, sendo, portanto, uma instituição total resultante das exigências da vida social.

As polícias no Brasil subordinam-se aos governadores estaduais. Por conta disso, Reis (2014) afirma: elas são obrigadas a cumprir todas as leis, regulamentos e interesses das autoridades governamentais, muitas vezes agindo somente em favor do estado. Além disso, os policiais militares não têm direitos coletivos, como direito de greve e de sindicalização, o que os caracterizaria como “cidadãos não plenos” (REIS, 2014, p. 86).

A Polícia Militar existe legalmente para manter a ordem pública (BRASIL, 1988), embora esse conceito não esteja bem delimitado no ordenamento jurídico pátrio. Nesse sentido, Bittner (2003), afirma que as polícias brasileiras, em geral, não possuem foco, tornando tudo “problema de polícia”: desentendimento entre casais, amigos ou vizinhos; discussões no trânsito; inadimplência; brigas por causa de times de futebol; protestos e fechamento de vias públicas por falta de saneamento básico; furtos gerados pela ausência de iluminação pública. Nessa mesma direção, Bayley (2003) aduz que os policiais se envolvem em eventos de naturezas diversas, e isso caracterizaria seu trabalho: crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas, acidentes de automóvel, pessoas suspeitas, arrombamentos, distúrbios públicos, mortes não-naturais, prisão de infratores, advertência, prestação de primeiros socorros, aconselhamento e mediação.

À Polícia Militar do Pará, pode-se acrescentar ainda, a atuação no controle de distúrbios civis; em eventos esportivos; na guarda de estabelecimentos penais e como segurança de autoridades; palestrante para estudantes e acadêmicos; salvaguarda das decisões judiciais em casos de violência doméstica, dentre outras atribuições (PARÁ, 2006).

Para dar conta dessa demanda, sua formação deve ser multidisciplinar. Cotta (2018) aponta que a formação policial deve ser capaz de gerar “novas visões de mundo, novas concepções e novas formas de fazer e ser ‘polícia’” (COTTA, 2018, p. 189), garantindo assim, não mais uma ideia retrógrada de defesa contra “inimigos” internos e externos, mas sim de “segurança” do cidadão e seus direitos (COTTA, 2018, p. 180). Azevedo (2017) identificou quatro tipos de “clientela” do serviço policial: clientela boa, clientela algoz, cliente e suspeito. Independente dessa classificação, o policial militar terá que estar preparado para lidar com todos, de forma profissional. (AZEVEDO, 2017, p. 561).

A formação do policial, portanto, deve ser reflexo das diversas condições que ele enfrentará no dia-a-dia, a fim de oportunizar uma prática de “tolerância durante o exercício cotidiano da atividade de manutenção da ordem e da segurança” (RODRIGUES, 2014, p. 108). O currículo de sua formação deve simular essas situações. Santos (2000) aponta que, em Minas Gerais, por exemplo, nos últimos 30 anos, o currículo da formação básica policial militar “sofreu alterações que reduziram a parte militar de 50% (1974) para 7,5% (1990), indicando sua adaptação às transformações da sociedade” (SANTOS, 2000, p. 113).

O mero currículo, todavia, não se traduz como competência. Perrenoud et al. (2001), entendem o termo “currículo” não como o conjunto das disciplinas de um curso, ou seu conjunto de conteúdos programáticos, contudo, como algo que atinge os princípios e metas do projeto educativo, os quais devem ser flexíveis, a fim de possibilitar debates e reelaboração em sala de aula, por meio da interação entre os sujeitos que compõem o referido processo.

Hamada (2008), por sua vez, aponta a necessidade dessa formação ocorrer de forma progressiva, em um ambiente agradável, onde seja abolido qualquer tipo de resistência ou pressão, a fim de proporcionar condições favoráveis para a internalização do aprendizado recebido pelo militar.

Segundo Cordeiro (2008), as discussões acerca da formação dos profissionais de segurança pública assinalam a imperatividade em se formar profissionais habilitados a lidar com as diferentes formas de violência, conflitos e criminalidade, visando garantir a qualidade de vida e a integridade das pessoas, por intermédio de metodologias e técnicas calcadas na legalidade, proporcionalidade e necessidade (CORDEIRO, 2008). Por conta disso, a MCN se estabeleceu, fundamentalmente, sobre cinco pilares:

- Opção por uma visão crítica da educação, comprometida com a concepção de que **o profissional em formação é um ser que pensa, sente e age**, situacionalmente, de modo que o currículo deve fortalecer a simbiose dos três eixos (...): ético, técnico e legal;
- A abordagem curricular pautada no paradigma da complexidade que contemple a teoria e a prática articuladas pela **inclusão da problematização**, tendo as metodologias de ensino ativo como modelos de referência para gerar situações de aprendizagem que possibilitem a “transferência de conhecimento”, ou seja, a capacidade de aplicar conhecimentos prévios em novos contextos, com o objetivo de identificar similitudes e diferenças para agir na nova situação, gerando, portanto, adaptação a quaisquer situações inerentes às competências profissionais e as novas competências que se fizerem necessárias;
- A construção de “um modelo de segurança do cidadão”, que abranja políticas sociais e projetos sociais **preventivos**, protagonizados pela articulação de diferentes forças sociais: administrações públicas, associações, terceiro setor, escolas, etc.
- A ideia de que a implantação do currículo abranja uma organização pautada em eixos e áreas de aprendizagem, reunindo disciplinas afins que interagem e dependem umas das outras, consolidando uma **prática pedagógica com visão global e interdisciplinar, favorecendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento/aquisição de competências**;
- A necessidade de reflexões e discussões sobre o “**currículo oculto**” presente nos rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, nos modos de organizar o espaço e o tempo da escola, e que conformam saberes não desejados no cotidiano escolar. (SENASP, 2014, p. 16, 17, grifos nossos).

Como dito anteriormente, para além do currículo “formal”, a formação policial militar é marcada pelo chamado “currículo oculto” (SENASP, 2014; NÓBREGA, 2014, MIRANDA, 2008; CERQUEIRA, 2006), isto é, os “métodos de adestramento, disciplinarização, rebaixamento, etc., utilizados pela instituição para educar os soldados [qu]e transcorrem toda a formação destes” (NÓBREGA, 2014, p. 77). Para Posner (1968), este é um dos cinco currículos concorrentes identificáveis em uma formação, caracterizando-se por conter normas e valores institucionais que não são abertamente reconhecidos por professores ou funcionários. Os demais seriam os currículos oficial, operativo, nulo e adicional (POSNER, 1968).

Na instituição policial militar, este currículo caminha paralelamente ao formal, e pode ser entendido pela necessidade de estabelecer, no aluno recém-ingresso, o *ethos* militar (DIÓGENES, 2011; NÓBREGA, 2014; MACEDO, 2019; KANT DE LIMA, 2003; STORANI, 2008), o qual seria relacionado à identidade, à consciência coletiva sobre a profissão e aos “valores, modos de comportamento comum, hábitos, tendências e convicções que fazem parte da essência da instituição policial militar, e que, muitas vezes, sem serem tematizados, influenciam o comportamento do grupo” (DIÓGENES, 2011, p. 43).

Estas práticas, embora “não desejáveis no ambiente escolar”, visam preparar o aluno recém-ingresso para entender que “a polícia é uma instituição diferenciada e logo no início o soldado tem que decidir se quer aquilo para a vida dele. A finalidade não é eliminar, mas fazer com que o indivíduo reflita” (NÓBREGA, 2014, p. 82). Elas ainda servem para fazer o sujeito “pensar se ele quer realmente passar noites acordado nos plantões; dele saber que pode estar de plantão e acordar com o batalhão sendo explodido”. Esta formação camuflada, serviria, então, neste contexto, para simular possíveis situações reais (NÓBREGA, 2014).

Para Miranda (2008), este currículo reforça um modelo de hierarquia excludente, onde cada um deve saber seu lugar, negando as diferenças, de modo que cada um só possa ser igual aos seus semelhantes. Assim sendo, o soldado só poderia ter relações sociais com outro soldado. França e Gomes (2015) acreditam que currículos assim refletem uma espécie de “pedagogia do sofrimento”, a qual estaria presente nos cursos das polícias militares do país, tendo íntima relação com o *ethos* guerreiro, legitimador de um ideal belicista enaltecido na cultura corporativa.

Portanto, essa pedagogia tornou-se parte do ideário institucional, acreditando-se necessária e fundamental para o fortalecimento do profissional frente às situações encontradas no serviço diário. Portanto, essa cultura demonstraria o despreparo profissional dos instrutores, visto que estes enaltecem o sofrimento e desconhecem a lógica de poder e dominação presente nas ações por eles desencadeadas, as quais podem, invariavelmente, engendrar profissionais violentos e pouco habilitados ao serviço direto com a sociedade.

Fato é que a formação policial militar não é, de forma alguma, igual à formação civil. Essa formação visa preparar um profissional que tenha o seguinte perfil profissiográfico e características:

Atenção, observação, pró-atividade, agilidade, resistência à fadiga, preparo emocional. Capacidade de resolver problemas e tomar decisões em curto espaço de tempo, baseadas em princípios legais, éticos e morais. Capacidade de mediar conflitos, de interagir com as pessoas, de se expressar de forma clara e tranquila. Agir com energia quando necessário, utilizando-se dos meios e equipamentos que dispõe de forma adequada às diversas situações que enfrenta no seu dia a dia. Conhecer o contexto social em que atua e buscar informações importantes sobre os fenômenos da violência e da criminalidade, contribuindo para a sua redução. Encaminhar de maneira adequada as ocorrências policiais preservando o local de crime e as provas materiais. Apresentar-se de maneira condizente com o cargo e função que desempenha, transmitindo segurança à população (SENASP, 2012).

Castro (2009) afirma que estas necessidades profissionais estão relacionadas à construção de uma “identidade militar”, uma vez que, ao ingressar em uma academia militar,

o jovem se submete a um processo de construção dessa nova identidade, passando, necessária e concomitantemente, pela desconstrução de sua identidade “civil” anterior. O militar, desta forma, mesmo nas ocasiões em que “transita” pelo “mundo civil”, não deixa de ser militar – pode, no máximo, estar vestido à paisana (CASTRO, 2009, p. 24).

## **1.2. A formação na PMPA**

A Polícia Militar do Pará, seguindo as diretrizes da SENASP, estabeleceu sua política de ensino inicial e continuado por meio das seguintes legislações: Lei nº 8.342, de 14 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o ingresso na corporação (PARÁ, 2016); Lei nº 8.230, de 13 de julho de 2015, que trata da lei de promoções (PARÁ, 2015a) e seus regulamentos, datados de 17 de julho de 2015 (PARÁ, 2015b) e 20 de outubro de 2016 (PMPA, 2016a). Este conjunto jurídico delimitou não somente a formatação que os cursos iriam ter, mas também estabeleceu, por exemplo, a possibilidade deles serem executados, pela primeira vez, na modalidade de ensino à distância - EaD.

O curso de formação de praças (CFP), porta de entrada para a instituição, depois da aprovação do candidato em concurso público, é condição *sine qua non* para promoção dos militares, após “rigorosa classificação ao final do Curso” (PARÁ, 2015b). Depois dele, as praças deverão passar, obrigatoriamente, pelo curso de adaptação à graduação de sargento (CGS), o qual, segundo PMPA (2016), tem por objetivo adaptar o 3º Sargento PM, recém-promovido, de forma a familiarizá-lo com as atribuições legais e habilidades próprias da nova graduação. Entre elas estariam a fiscalização de frações elementares, bem como, eventualmente, comandantes de subunidades destacadas, como os Pelotões.

O curso de aperfeiçoamento de sargentos (CAS) foi planejado para atualizar os conhecimentos profissionais comuns e específicos à qualificação militar de sargento e subtenente da PM, preparando-os ao desempenho de inúmeras funções de elevada técnica militar. Desta forma, tal curso habilita o graduado a atuar como auxiliar direto dos oficiais em atividades de grande relevância institucional, como em instruções (aulas), coordenação de cursos e nas atividades administrativas.

Ressalte-se que os cursos de formação continuada da corporação não oferecem o “incentivo” da “antiguidade”: esse conceito corresponde a um dos requisitos da hierarquia militar, onde os mais antigos têm precedência sobre os outros na mesma patente e, portanto,

maiores chances de serem promovidos. Na prática, isso denota maiores oportunidades na carreira, bem como melhor remuneração (BRASIL, 1980).

Os regulamentos dos cursos (PMPA, 2016a) detalham suas matrizes curriculares, critérios de seleção, avaliação e aprovação/reprovação, além dos projetos pedagógicos, os quais consistem em princípios, prioridades e diretrizes a serem estabelecidos pelo DGE/CPMPA, cabendo a este departamento as disposições acerca da exequibilidade dos Cursos de Formação, Adaptação e Aperfeiçoamento da corporação.

As matrizes curriculares do CGS e CAS estão plenamente inseridas no contexto das diretrizes preconizadas pela SENASP, conforme se verá no Quadro 1. Mesmo assim, como elas não são estáticas e finalizadas, podem sofrer variações e atualizações (SENASP, 2014). Desta forma, o Quadro 2 demonstra mudanças e continuidades entre as previsões iniciais das matrizes de formação continuada, tornadas públicas em novembro de 2016, e as novidades, atualizadas a partir de *feedbacks* das turmas iniciais.

No Quadro 1 também é possível notar as regionalidades: não se trata de mera mudança na nomenclatura das disciplinas, mas à carga horária, conteúdos e resultados esperados (SENASP, 2014; PMPA, 2016b; PMPA, 2016c; PMPA, 2016d; PMPA, 2020a; PMPA, 2020b). Há disciplinas, por exemplo, completamente novas, no entanto, necessárias por conta das características próprias da região: “Operações policiais em área de selva”, do curso de formação de praças é uma delas, afinal, há reais chances do policial militar paraense atuar nesse cenário, tendo em vista a localidade amazônica em que vive (PARÁ, 2006).

Observa-se também a estrutura dos cursos de formação continuada, contendo poucas disciplinas presenciais, cujo conteúdo é, prioritariamente, voltado para a área do Direito. Sobre esse assunto, Viana (2018) concluiu em sua pesquisa: as polícias militares brasileiras têm certa necessidade em avançar na carreira jurídica. Rudnicki (2008) afirma que essa tendência se apresentou aos oficiais PM, a partir da busca por equiparação com as carreiras jurídicas, principalmente com a de Delegado de Polícia Civil, não apenas em termos salariais mas, sobretudo, de prestígio social e político.

O Quadro 2, por sua vez, destaca-se por demonstrar como CGS e CAS deveriam ser formatados, após a Lei nº 8.230/2015 (PARÁ, 2015a). Esta lei criou as novas configurações de cursos de formação continuada, mais céleres, menos concentrados territorialmente e com possibilidade de utilização da modalidade EaD. Com o advento dessa lei, o modelo anterior,

que previa seleção interna, aulas na modalidade presencial, cursos com duração média de seis meses e cargas horárias extensas, foi extinto na corporação (PARÁ, 2015a).

**Quadro 1** – Disciplinas da MCN/SENASP e sua equivalência no CFP/PMPA, CGS/PMPA e CAS/PMPA, por área temática e carga-horária, Belém, janeiro de 2021.

MCN/SENASP		CFP/PMPA		CGS/PMPA		CAS/PMPA	
<i>Área temática I – Sistemas, instituições e gestão integrada em seg. púb.</i>							
Disciplina	CH	Disciplina	CH	Disciplina	CH	Disciplina	CH
Estado, Soc. e Seg. Púb.	12h	*	*	*	*	*	*
Sistema de Seg. Púb.	12h	Sistema de seg. púb.	24	*	*	*	*
Fund. Gestão Púb.	12h	*	*	*	*	*	*
Gestão Integrada e Comunitária	24h	Policiamento comunitário	40	*	*	*	*
<i>Área temática II - Violência, crime e controle social</i>							
Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade	30	Abordagem sociopsicológica da violência e criminalidade	20	*	*	*	*
Criminologia Aplicada à Seg. Púb.	24	*	*	*	*	*	*
<i>Área temática III – Conhecimentos jurídicos</i>							
Dir. Humanos	18	<i>Ver área temática VII</i>	*	***	*	*	*
Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	54	*	*	***	*	*	*
*	*	Dir. civil	20	*	*	*	*
*	*	Dir. constitucional	60	*	*		
*	*	Dir. adm.	60	Dir. adm.	24	Dir. adm.	48
*	*	Dir. penal	60	Dir. penal militar	24	Dir. penal militar e processual penal militar	40
*	*	Dir. processual penal	40	Dir. processual penal militar	24		
*	*	Leg. Especial	60	*	*		
*	*	Processo adm. Disciplinar	30	Processo e procedimento adm.	34	Processo e procedimento adm.	30
*	*	Leg. básica institucional	60	Leg. básica institucional	34	Leg. básica institucional	30
*	*	*	*	*	*	Planejamento estratégico	20
<i>Área temática IV – Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos</i>							
Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	18	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	20	***	*	*	*
Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	12	*	*	*	*	*	*
Análise de Cenários e Riscos	12	Primeira intervenção em crises	30	*	*	*	*
Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	18	Sistema de comando de incidentes	20	Gerenciamento de crises	16	*	*
*	*	Local de crime	30	*	*	*	*
*	*	Táticas e técnicas policial militar	30	*	*	*	*

**Quadro 1** – Disciplinas da MCN/SENASP e sua equivalência no CFP/PMPA, CGS/PMPA e CAS/PMPA, por área temática, Belém, janeiro de 2021 (continuação).

<i>Área temática V – Valorização profissional e saúde do trabalhador</i>							
MCN/SENASP		CFP/PMPA		CGS/PMPA		CAS/PMPA	
Disciplina	CH	Disciplina	CH	Disciplina	CH	Disciplina	CH
Relações Interpessoais	24	Relações Interpessoais	20	*	*	*	*
Saúde e Seg. Aplicadas ao Trabalho	12	*	*	*	*	*	*
Educação Física	120	Treinamento físico militar	120	*	*	*	*
*	*	Conduta policial defensiva	30	*	*	*	*
<i>Área temática VI – Comunicação, informação e tecnologias em seg. púb.</i>							
Língua e Comunicação	26	Seg. púb. e comunicação social	20	*	*	*	*
Documentação Técnica	12	Correspondência PM	20	*	*	***	
Telecomunicações	20	Tecnologia da informação e telecomunicações**	40	*	*	*	*
Tecnologias e Sistemas Informatizados	20			*	*	*	*
Gestão da Informação	20	*	*	*	*	*	*
Inteligência de Seg. Púb.	16	Atividade de inteligência PM	20	*	*	*	*
Estatística Aplicada à Seg. Púb.	20	*	*	*	*	*	*
Introdução à Análise Criminal	24	Introdução à Análise Criminal	20	*	*	***	*
<i>Área temática VII – Cultura, cotidiano e prática reflexiva</i>							
Ética e Cidadania	12	Ética cidadania e direitos humanos	40	*	*	*	*
Diversidade Étnico-sociocultural	14	*	*	***	*	*	*
Identidade e Cultura da Organização Policial	20	História da PM	20	*	*	*	*
Ordem Unida	20	Instrução militar básica	100	*	*	*	*
*	*	Chefia e liderança militar	20	***	*	*	*
*	*	Metodologia da pesquisa científica	30	*	*	*	*
*	*	Deontologia PM	20	*	*	*	*
<i>Área temática VIII – Funções, técnicas e procedimentos em seg. púb.</i>							
Abordagem	60	Téc. de abordagem	120	Téc. de abordagem e busca pessoal	29	*	*
Preservação e Valorização da Prova	12	*	*	*	*	*	*
Uso Diferenciado da Força	20	Policiamento ostensivo geral**	60	*	*	*	*
Téc. de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas	16			*	*	*	*
Atendimento Pré-Hospitalar	24	Primeiros socorros	30	*	*	*	*
Defesa Pessoal Policial	40	Defesa Pessoal Policial	120	*	*	*	*

**Quadro 1** – Disciplinas da MCN/SENASP e sua equivalência no CFP/PMPA, CGS/PMPA e CAS/PMPA, por área temática, Belém, janeiro de 2021 (continuação).

MCN/SENASP		CFP/PMPA		CGS/PMPA		CAS/PMPA	
Disciplina	CH	Disciplina	CH	Disciplina	CH	Disciplina	CH
Armamento, Munição e Tiro	110	Armamento e tiro policial	120	*	*	*	*
*	*	Operações policiais em área de selva	50	*	*	*	*
*	*	<i>Atividades complementares</i>					
*	*	Condutor de veículo de emergência	50	*	*	*	*
*	*	Coordenação de curso	166	*	*	*	*
*	*	Auxiliar de coordenação	166	*	*	*	*
*	*	Palestras e cursos em áreas afins	30	Aspectos jurídicos da atuação policial	05	Aspectos jurídicos da atuação policial	05
*	*			Filosofia dos direitos humanos aplicada à atuação policial	05	Filosofia dos dir. humanos aplicada à atuação policial	05
*	*			Atuação policial frente a grupos vulneráveis	05	*	*
*	*			Mediação de conflitos	05	*	*
*	*			Educação financeira e orçamento familiar	05	*	*
*	*			Aspectos jurídicos e conceituais do rádio patrulhamento**	05	Protocolo de comunicação PM	05
*	*					Noções de sistema de comunicação institucional	05
*	*			Liderança militar	05	*	*
*	*			*	*	Noções de gestão de projetos e captação de recursos	05
*	*			*	*	Redação e documentação técnica da PM	05
*	*			*	*	Análise criminal	05

**Fonte:** SENASP (2014); PMPA (2016b); PMPA (2016c); PMPA (2016d); PMPA (2020a); PMPA (2020b).

**Nota:** \*disciplinas que não existem na matriz curricular; \*\*disciplinas cujos conteúdos são resultado da fusão de duas ou mais disciplinas; \*\*\* Verificar o campo “atividades complementares”.

**Quadro 2** – Matrizes curriculares do CGS e CAS, por disciplina e carga horária, em novembro de 2016 e em dezembro de 2020.

CGS/2016	CH	CGS/2020	CH	CAS/2016	CH	CAS/2020	CH
Análise Criminal	20	-	-	Adm. Púb.	30	-	-
Atuação Policial frente a Grupos Vulneráveis	40	-	-	Licitação e Contratos na Adm. Púb.	20	-	-
Dir. Constitucional	20	-	-	Planejamento Estratégico da PMPA	20	Planejamento estratégico	20h
Dir. Penal e Processual Penal	40	-	-	Elaboração de Projetos	20	Noções de gestão de projetos e captação de recursos**	05h
Dir. Penal Militar e Processual Militar	40	Dir. penal militar	24	Análise Criminal	20	Análise criminal**	05h
		Dir. processual penal militar	24				
Leg. Especial	30	-	-	Leg. Básica Institucional	20	Leg. básica institucional	30h
Dir. Adm.	20	Dir. adm.	24	Dir. Penal Militar	20	Dir. penal militar e processual penal militar	40h
Leg. Básica Institucional	30	Leg. básica institucional	34	Dir. Processual Penal Militar	20		
Mediação de Conflitos	60	Técnica de abordagem e busca pessoal	29	Dir. Constitucional	20	-	-
Gerenciamento de Crises	60	Gerenciamento de crises	16	Dir. Adm.	20	Dir. Adm.	48
Inteligência de Segurança Pública	20	-	-	Direitos Humanos	40	Filosofia dos dir. humanos aplicada à atuação policial**	05
Chefia e Liderança Militar	20	Liderança militar**	05	Correspondência Policial Militar	20	Redação e documentação técnica da PM**	05
Procedimento Administrativo Disciplinar	40	Processo e procedimento adm.	34h	Procedimentos Administrativos Disciplinares	20	Processo e procedimento adm.	30
Técnicas de Ensino e Processos de Aprendizagem para a Instrução Policial Militar	30	-	-	Técnica de Abordagem Policial	30	Aspectos jurídicos da atuação policial**	05
Gestão Administrativa na PMPA*	06	Aspectos jurídicos da atuação policial**	05	CIOP (Integração no Atendimento de Emergências e Monitoramento eletrônico na RMB)***	06	Protocolo de comunicação PM**	05
Diretriz Geral para o Emprego Operacional da PMPA*	06	Filosofia dos direitos humanos aplicada à atuação policial**	05	Corregedoria***	06	-	-
Planejamento Estratégico Institucional*	06	Atuação policial frente a grupos vulneráveis**	05	GRAESP e CIPFLU (Palestra: Estratégias de Logística e Defesa Aérea e Marítima no Estado do Pará)***	06	-	-

**Quadro 2** – Matrizes curriculares do CGS e CAS, por disciplina e carga horária, em novembro de 2016 e em dezembro de 2020 (continuação).

CGS/2016	CH	CGS/2020	CH	CAS/2016	CH	CAS/2020	CH
Relações Interpessoais e formação de equipes*	06	Mediação de conflitos**	05	CRECAN****	06	Noções de sistema de comunicação institucional**	05h
Programa Proerd na Polícia Militar*	06	Educação financeira e orçamento familiar**	05	Gerenciamento de Crises*	06	-	-
Tecnologias da Informação e Telecomunicação*	06	Aspectos jurídicos e conceituais do rádio patrulhamento**	05	Educação Financeira e Orçamento Familiar*	06	-	-
Análise Criminal*	06	-	-	Envelhecimento e Aposentadoria: Riscos e Prevenção*	06	-	-
Redação Oficial na PMPA*	06	-	-	Diretriz Operacional da PMPA	06h	-	-
Gestão da Informação*	06	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>544</b>	<b>TOTAL</b>	<b>220</b>	<b>TOTAL</b>	<b>368</b>	<b>TOTAL</b>	<b>203</b>

**Fonte:** PMPA (2016b); PMPA (2016c); PMPA (2016d); PMPA (2020a); PMPA (2020b).

**NOTA:** \*Palestras; \*\*Executadas na modalidade EaD; \*\*\*\* Visita técnica.

### 1.3. Perfil profissiográfico do policial militar

No ano de 2012 a SENASP efetuou uma análise profissiográfica com os trabalhadores da segurança pública do país, a fim de se traçar um perfil esperado dos profissionais de cada força estadual de segurança, onde 15.822 (73%) dos entrevistados eram policiais militares, representantes de todas as unidades da federação (SENASP, 2012). Os resultados alcançados constituíram embasamento teórico para a tessitura da MCN (SENASP, 2014). Todos os eixos temáticos, competências cognitivas, operativas e atitudinais, descrição das tarefas, princípios éticos, educacionais e didático-pedagógicos da Matriz Curricular Nacional são oriundos da análise feita com os profissionais de segurança pública de todo país.

A profissiografia é cada vez mais exigida nos concursos de admissão ao quadro das polícias militares do Brasil pelo fato dessa atividade requerer um conjunto de características, complexas e de difícil mensuração, especialmente características atitudinais e psicológicas (FAIAD et al., 2012; THADEU et al., 2012). Isso posto

Observa-se a necessidade de se avaliar, primeiramente, quais são os reais requisitos psicológicos que devem ser apresentados por um candidato a um cargo policial e, ainda, identificar de que forma determinadas características pessoais e/ou profissionais podem influenciar no processo de adaptação e no desempenho desse profissional a partir de seu ingresso em instituições de segurança pública (FAIAD, 2012, p. 391).

A análise profissiográfica é definida por Brannick et al. (2007) como levantamento do perfil profissiográfico de um determinado cargo. Os autores argumentam que as descrições e análises de cargos são essenciais para as empresas, pois garantem que as pessoas certas serão contratadas para o trabalho. Esse diagnóstico seria, dessa forma, desenvolvido por meio das análises do trabalho e pelos próprios profissionais, a fim de obter uma descrição dos comportamentos esperados.

Pasquali et al. (2010) entendem a profissiografia como realização de análise detalhada das características e peculiaridades do cargo. Esses autores argumentam que a amostra deve garantir a representatividade e a fidedignidade das análises realizadas (PASQUALI et al., 2010). Para Faiad et al. (2012), essa metodologia se diferencia das outras técnicas de análise de perfil pela centralidade na amostra estudada. Assim, “os dados coletados são indicados para a população ocupante do cargo, e não por poucos ocupantes do mesmo” (FAIAD et al. 2012, p. 393).

Para além da profissiografia, é esperado também que o policial militar, enquanto profissional, ocupante de cargo público, aja com ética, isenção e responsabilidade nas suas funções. Espera-se, portanto, que a PM seja profissional e especializada (BAYLEY, 2003; MIRANDA, 2008), menos “guerreira” e mais “cidadã” (REIS, 2019), capaz de pensar criticamente (COTTA, 2018; SENASP, 2014). Sua formação deve, então, descrever uma concepção cidadã, que torne possível o agente interagir no “cotidiano social, compreender o quadro social existente e a partir dele agir com o objetivo de preservar a ordem e a segurança pública, numa perspectiva ética e cidadã” (RODRIGUES, 2014).

No Pará, as exigências do perfil profissiográfico dos policiais militares se aplicam fundamentalmente nos cursos iniciais, como o CFP (PARÁ, 2016). Nos cursos de formação continuada, essas exigências não são cobradas; quando os policiais estão habilitados para frequentar o CGS, eles já atuam no serviço cotidiano há, pelo menos, 12 anos (PARÁ, 2015b). Em teoria, já atuam dentro do perfil esperado.

Ao candidato civil que pretende ingressar na carreira policial militar, exige-se o preenchimento de certos critérios psicológicos, que o habilitem a exercer a função, por meio

da avaliação individual e coletiva das características “intelectivas, motivacionais e de personalidade” as quais devem ser “compatíveis com a multiplicidade, periculosidade e sociabilidade inerentes às atribuições das diversas funções institucionais da PMPA, além do porte e uso de arma de fogo” (PARÁ, 2016).

Além disso, os testes de perfil na instituição avaliam o candidato quanto:

Capacidade de comando e liderança; capacidade de julgamento/percepção e iniciativa; produtividade e tomada de decisão; maturidade; confiança; estabilidade emocional; controle da agressividade e da ansiedade; adaptação e resiliência; resistência à frustração e à pressão; sociabilidade e competência no relacionamento interpessoal; deferência e obediência às normas e regras; empatia; assistência; responsabilidade e persistência; fluência verbal/comunicação; atenção concentrada e difusa; memória; inteligência; demonstração de ausência de fobia; ordenação e organização de pensamentos (PARÁ, 2016).

O Quadro 3 expressa as características atualmente esperadas de um candidato à PMPA, todas correspondentes ao perfil profissiográfico desenhado pela SENASP (2012):

**Quadro 3** – Características esperadas de um candidato a cargo na Polícia Militar do Pará, e suas descrições, de acordo com a Lei nº 8.342, de 14 de janeiro de 2016, publicada em DOE nº 33.050, de 18 de janeiro de 2016.

<b>Característica</b>	<b>Descrição</b>
Comando e liderança	Habilidade para agregar as forças latentes existentes em um grupo, canalizando-as no sentido de trabalharem de modo harmônico e coeso na solução de problemas comuns, visando atingir objetivos predefinidos; facilidade para comandar, conduzir, coordenar e dirigir as ações das pessoas, para que atuem com excelência e motivação.
Julgamento/percepção	Capacidade de abordar e resolver problemas em situações diversas de forma lógica, dedutiva e analítica.
Iniciativa	Capacidade de influenciar o curso dos acontecimentos, colocando-se de forma assertiva e proativa diante das necessidades de tarefas ou situações, com disposição para agir ou empreender uma ação.
Produtividade e tomada de decisão	O processo pelo qual o indivíduo escolhe algumas ou apenas uma entre muitas alternativas para as ações a serem realizadas. A decisão é tomada a partir de probabilidades, possibilidades e/ou alternativas julgadas pertinentes.
Maturidade	Consiste num padrão comportamental demonstrado pelo candidato compatível com o estágio de desenvolvimento cronológico, intelectual, emocional e afetivo.
Confiança	Capacidade própria para atingir objetivos propostos, bem como a convicção de ser capaz de fazer ou realizar alguma coisa.
Estabilidade emocional	Habilidade do candidato para reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo qualquer antes que interfiram em seu comportamento, controlando-as afim de que a manifestação dessas emoções seja adequada ao meio em que está inserido, adaptando-se às exigências ambientais, preservando a capacidade de raciocínio e o autocontrole em suas ações.
Controle da agressividade e da ansiedade	Capacidade do candidato de controlar a manifestação da energia agressiva, direcionando-a de forma benéfica para si e para a sociedade.
Adaptação e resiliência	Capacidade de enfrentar e superar regularmente condições adversas, perigosas ou arriscadas inerentes à atividade policial.
Resistência à frustração e a pressão	Habilidade em manter suas atividades laborais em bom nível quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal e/ou profissional, garantindo a não interferência em seu desempenho profissional.

**Quadro 3** – Características esperadas de um candidato a cargo na Polícia Militar do Pará, e suas descrições, de acordo com a Lei nº 8.342, de 14 de janeiro de 2016, publicada em DOE nº 33.050, de 18 de janeiro de 2016 (continuação).

<b>Característica</b>	<b>Descrição</b>
Sociabilidade e competência no relacionamento interpessoal	Capacidade de perceber e interagir com o outro adequadamente, cooperar, trabalhar em grupo e de estabelecer vínculos afetivos.
Deferência e obediência às normas e regras	Capacidade de observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se em cumprimento do dever para com a instituição e com seus superiores hierárquicos.
Empatia	Tendência para desenvolver a sensibilidade de se colocar no lugar do outro, percebendo as emoções alheias.
Assistência (altruísmo)	Capacidade de prestar auxílio ao outro em situações de perdas, danos, emergência e outros infortúnios.
Responsabilidade e persistência	Tendência de levar até o término qualquer trabalho iniciado por mais difícil que possa parecer, com padrão de excelência.
Fluência verbal/comunicação	Facilidade para utilizar as construções linguísticas na expressão do pensamento, por intermédio de verbalização clara e eficiente, manifestando-se com desembaraço.
Atenção concentrada e difusa	Capacidade de focalizar estímulos estabelecendo relações entre eles, processando e selecionando apenas um estímulo na atenção concentrada e diversos estímulos do ambiente simultaneamente na atenção difusa.
Memória	Capacidade de reter, adquirir e armazenar informações disponíveis e necessárias ao desempenho da profissão, tais como fisionomias, cenários, situações, regulamentos, etc.
Inteligência	Potencial de desenvolvimento cognitivo do candidato avaliado para análise, aliado à receptividade para incorporar novos conceitos, bem como reestruturar os já estabelecidos, a fim de dirigir adequadamente o seu comportamento.
Fobias	Medo irracional, incapacitante ou patológico de situações específicas com animais, altura, água, sangue, fogo, etc., que levam o indivíduo a desenvolver evitações ou crises de pânico.
Ordenação e organização de pensamentos	Será investigada na característica fluência verbal/comunicação, quando se reportar às construções linguísticas na expressão do pensamento; na característica julgamento/percepção, quando abordar resoluções diversas de forma lógica, dedutiva e analítica, bem como na produtividade e tomada de decisão

**Fonte:** PARÁ, 2016.

Nesse sentido, a formação continuada da Polícia Militar do Pará é trazida ao debate, posto ser fruto de políticas públicas que buscam preparar o policial para o exercício seguro e pleno de sua profissão, garantindo *profissionalidade*, a qual é definida por Altet et al. (2003, p. 235), como sendo “o conjunto de competências que um profissional deveria ter ou, ainda, o conjunto de competências reconhecidas socialmente como característica de uma profissão”.

#### **1.4. Formação continuada e formação continuada policial militar**

A formação continuada, embora esteja prioritariamente relacionada ao campo da educação (MAGALHÃES e AZEVEDO, 2015; RODRIGUES et al., 2017; TREBIEN et al., 2020; CONCEIÇÃO e BERTONCELI, 2018), pode ser aplicada ao campo trabalhista.

Na seara educacional, ela garante ao profissional uma atuação reflexiva sobre a prática docente, adaptável às realidades, permitindo novos saberes, afastando-se das práticas recorrentes e imutáveis (RODRIGUES et al., 2017).

Ela também figura entre os objetivos da LDBEN, a qual prevê, no inciso II de seu artigo 67, que a formação continuada é uma das garantias legais de valorização profissional dadas aos educadores, inclusive estabelecendo licenciamento remunerado para que eles alcancem esse fim.

Trebien et al. (2020) apontam, a partir de vários estudos no campo da educação, que a formação continuada é um processo eminentemente reflexivo, mas também dinâmico, criador de um espírito crítico e criativo, o qual direciona a uma “ação intencional que deve ser bem planejada e organizada com vista à transformação da prática pedagógica” (TREBIEN et al. 2020, p. 92). Já Marcelo (2009), acredita que a formação é desenvolvida ao longo da vida, sempre em constantes mudanças, resultando na aquisição de diferentes saberes (2009).

Nóvoa (1999) por sua vez, defende a formação continuada não como reciclagem, porém como qualificação para novas funções da escola e do professor. Portanto, ela deve trabalhar ideias autônomas, dentro de um processo de constante desenvolvimento profissional. Portanto, ela é um processo crítico-reflexivo do saber docente.

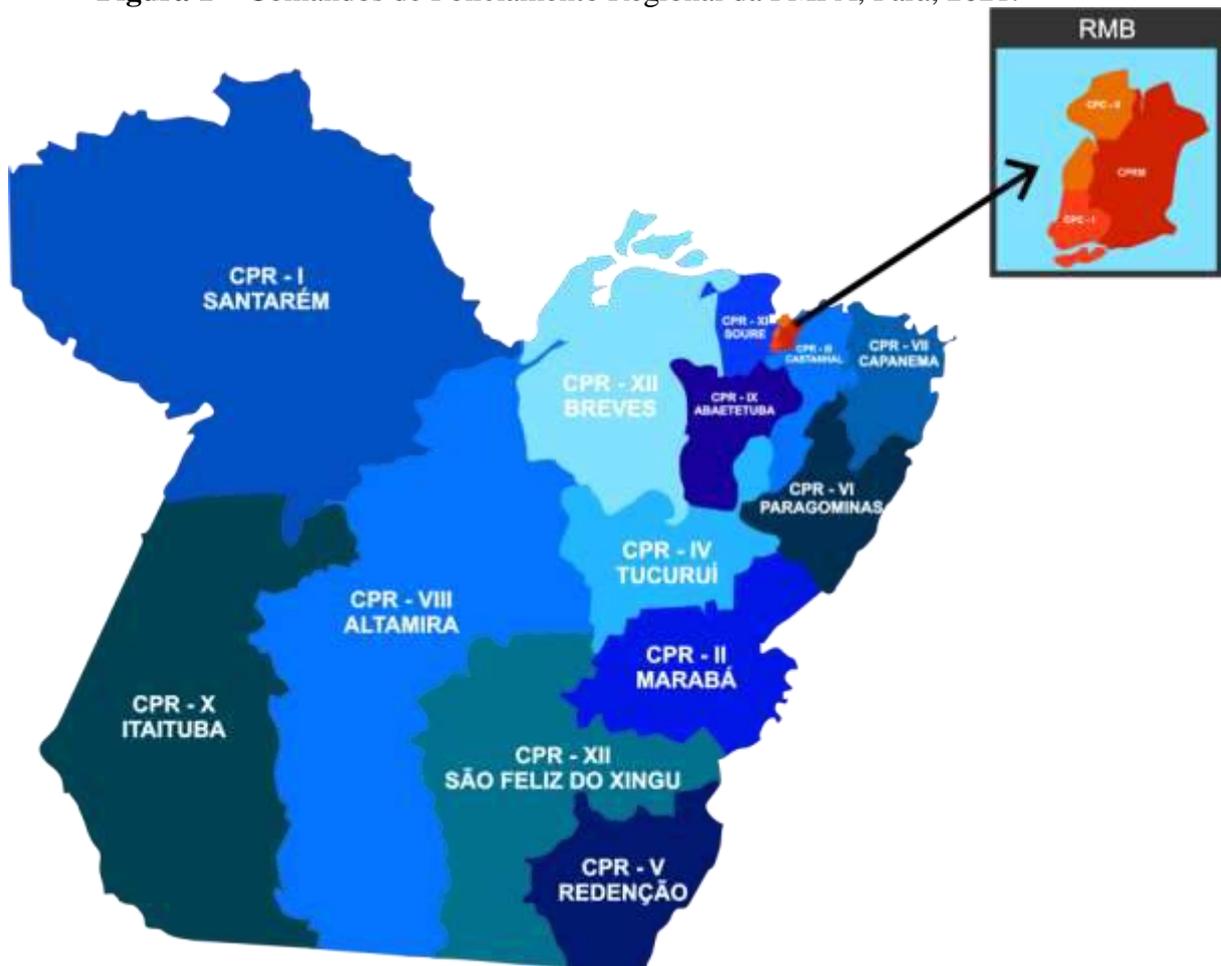
Quanto à formação profissional, esta pode ser entendida como aquela que oferece ao profissional a garantia de manter-se constantemente atualizado, evitando-se, desta forma, a defasagem nos processos organizacionais e nos métodos ineficazes de atuação (AZEVEDO e SILVA, 2018). Nesse sentido, pode ser entendida, por analogia, como possuindo os pressupostos de uma formação continuada pedagógica.

Faure et al. (1972), declaram: escolas não devem ser os únicos ambientes de aprendizado. E ainda: os indivíduos devem ter a possibilidade de aprender por toda a vida, pois o homem é um ser inacabado, o qual só se realiza, de forma completa, por intermédio da educação constante (FAURE et al. 1972).

Para Paschoal et al (2007), a formação continuada é um processo dinâmico e contínuo, no qual é construído o conhecimento, por meio da fomentação ao pensamento livre e, em especial, da consciência crítico-reflexiva. Este processo leva à criação de um compromisso pessoal e profissional, além de habilitar os cidadãos para atuarem na transformação da realidade.

A PMPA possibilitou a utilização da tecnologia em seus cursos de formação continuada, estabelecendo, pela primeira vez em sua história, que algumas disciplinas do CGS poderiam ser executadas na modalidade à distância; para o CAS, essa previsão não tem ressalvas, ficando a cargo da Diretoria de Ensino da instituição a definição de percentual de disciplinas online e presenciais (PMPA, 2015b). Estas decisões tiveram como efeito imediato a redução de custos e aumento do alcance da formação, descentralizando-a e deixando-a sob responsabilidade dos polos de formação, nos 13 municípios-sede dos grandes comandos regionais da corporação, Santarém, Marabá, Castanhal, Tucuruí, Redenção, Paragominas, Capanema, Altamira, Abaetetuba, Itaituba, Soure, Breves e São Félix do Xingu (Figura 1).

**Figura 1** – Comandos de Policiamento Regional da PMPA, Pará, 2021.



**Fonte:** <https://www.pm.pa.gov.br/comandos-operacionais-intermedi%C3%A1rios.html>. Acesso em 22/01/2021.

O regulamento dos cursos de formação e aperfeiçoamento da PMPA possibilita que as experiências vivenciadas no decorrer do processo possam aperfeiçoar as políticas de ensino, garantindo, dessa forma, atualização constante. *In verbis*:

Art. 28. Os cursos de formação inicial e de formação continuada da Polícia Militar do Pará, em especial o CFP PM, o CGS PM e o CAS PM deverão ser avaliados quanto:

I – A estrutura de funcionamento dos cursos;

II – Ao Corpo Discente;

III – Ao Corpo Docente;

IV – À Grade Curricular;

(...)

§ 3º Quanto a **Grade Curricular**:

a) À PM3 compete a avaliação da Grade Curricular, visando observar a necessidade de adaptação ou atualização dos conteúdos programáticos e o amadurecimento de determinados temas de influência transversalizada nos Cursos CFP PM, CGS PM e CAS PM;

b) São requisitos a serem observados na avaliação Grades Curriculares dos Cursos – CFP PM, CGS PM e CAS PM:

b.1) Validade dos conteúdos dentro de eventuais alterações nas legislações, na doutrina e na jurisprudência que reflitam nas competências, habilidades e atitudes desejáveis do policial militar;

b.2) Necessidade de proposição de modificação na Grade Curricular, com a inclusão ou exclusão de Disciplinas. (PMPA, 2015b).

Embora a nomenclatura utilizada no corpo do regulamento tenha sido *grade curricular*, denotando uma formação “estanque”, conforme Moura e Pereira (2016), esse termo não é o mesmo utilizado nos anexos da referida regulamentação, onde consta a denominação *matriz curricular*. Para Anastasiou (2010) esta seria a terminologia mais acertada, pois constrói um caminho direcionado a perfis profissiográficos, os quais não se resumem ao domínio de conhecimentos de forma disciplinar, porém relacionam-se e compartimentam esses saberes em áreas, gerando, desta forma, um melhor entendimento da realidade social e profissional.

Outro fator a ser considerado acerca da formação dos policiais militares é definido por Muniz (2005) como “saber informal”. Ele tende a dificultar a transposição dos conhecimentos teóricos à vida profissional prática, criando uma subcultura na qual “se aprende a ser polícia na rua” (VIANA, 2018, p. 227). Entretanto, não deve ser descartado, pois, conforme Gohn (2006), este saber é válido. Para a autora, educação informal é aquela na qual “os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados” (GOHN, 2006, p. 28).

De forma análoga, Castro (2005) entende que a educação ocorre nos diferentes campos da vida, não apenas no interior das escolas. Segundo ela, existem instâncias opostas à escola, ou seja, ‘agentes informais da educação’. Desta forma, “educa-se através de todas as instâncias do controle social informal - a família, a religião, a escola, os meios de comunicação e informação, a literatura e a sublitteratura, a ‘ciência’, etc” (CASTRO, 2005, p. 153).

Com relação ao aprendizado informal entre os policiais militares, Brunetta (2015) argumenta traduzir-se em uma subcultura de desencantamento com a profissão, por parte do policial mais experiente, refletindo-se em conflito com o entusiasmo do jovem policial. Cotta (2018), por sua vez, nota como é “nítida a diferença em termos de visões de mundo, postura corporal, maneira de olhar e especialmente de discursos entre as gerações de policiais” (COTTA, 2018, p. 192). Para Pereira e Policarpo Júnior (2012), “a existência de padrões de comportamento informais que guiam a ação rotineira dos policiais” onde os policiais mais novos (modernos) aprendem com os mais experientes (antigos) é rival dos ensinamentos dos cursos de formação das academias policiais (PEREIRA e POLICARPO JUNIOR, 2012, p. 78), prejudicando um desempenho de excelência dos mais modernos.

Diante desse panorama e de todas as exigências sociais por profissionais que usem os poderes dados pelo Estado da forma mais equilibrada possível, a presente dissertação buscou responder aos seguintes questionamentos: a formação sugerida pela SENASP e executada pela PMPA consegue abranger todas as competências exigidas nos perfis profissiográficos desses agentes? Há algo que possa ser melhorado nessa formação?

### **1.5. Justificativa e importância da pesquisa**

A formação continuada se faz necessária

Em razão de a formação inicial apresentar muitas limitações e problemas, chegando, em muitos casos, a ser de extrema precariedade. Nesse sentido, a Formação Continuada decorre da necessidade de suprir as inadequações deixadas pela formação inicial (FCC; FVC, 2011, pg 13).

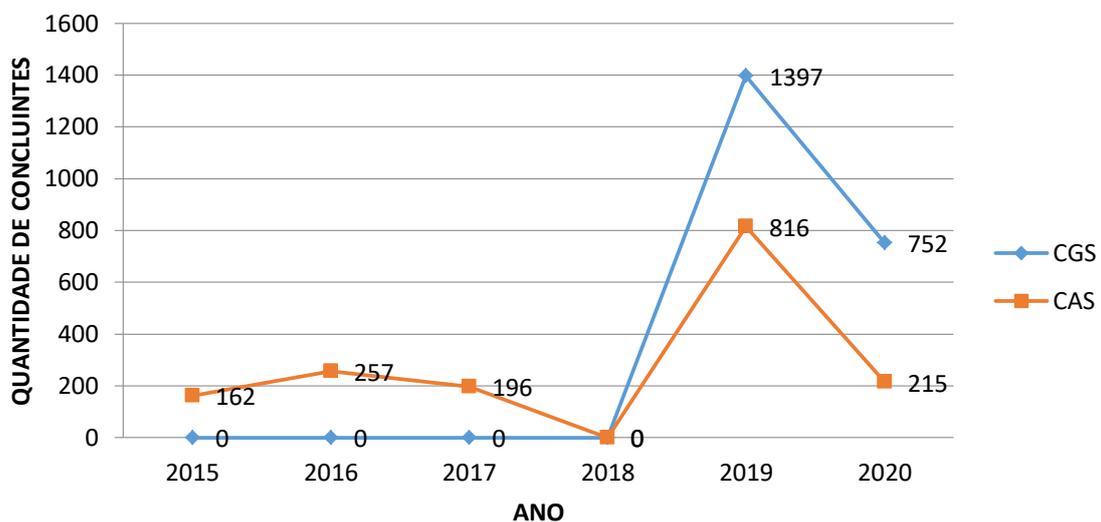
Ela também é importante porque representa a “constatação de que o campo educacional é muito dinâmico, requerendo que os educadores lidem constantemente com novos conhecimentos a respeito do processo de ensino-aprendizagem” (FCC; FVC, 2011, pg 13).

Falando sobre educação corporativa, Langhi et al. (2019), aduzem que ela deve ser contínua e abarcar outros setores sociais, como organizações e outras pessoas. Éboli (2004), por sua vez, garante que este tipo de educação permite aos funcionários e colaboradores se alinharem com o pensamento atualizado das instituições. Portanto, a PM, cuja atividade é dinâmica, instável e sujeita às rupturas e continuidades da sociedade, possuindo agentes que recebem “pouquíssimas orientações e quase nenhuma supervisão” (BITTNER, 2003, p. 139), além de dependerem “principalmente, de seus próprios conhecimentos, habilidades e julgamentos” (BITTNER, 2003, p. 270), ressentindo-se “do conhecimento sobre cidadania,

direitos humanos, relações com a comunidade e responsabilidade social” (RODRIGUES, 2014, p. 112), tem obrigação, cívica e social, de melhorar a formação continuada do seu efetivo.

O Gráfico 1 demonstra o quantitativo de policiais militares capacitados, em cursos de formação continuada na corporação militar paraense, entre os anos de 2015 a 2020. No ano de 2018, não houve nenhum curso ofertado, e, portanto, nenhum militar formado. De forma distinta, a quantidade de alunos formados em 2019 atingiu o ápice, com 2.213 militares capacitados. É salutar destacar que este foi o ano de início das turmas de CGS. Ressalte-se, de igual modo, a atipicidade do ano de 2020, por conta da pandemia de COVID-19 e as restrições de aglomeração, contato físico e aulas presenciais. Mesmo nesse cenário, houve 967 policiais qualificados por meio de formação continuada.

**Gráfico 1** - Evolução dos concluintes do CGS e CAS, Pará, 2015-2020



**Fonte:** Atas de conclusão dos cursos, PMPA, adaptados pelo autor, 2021.

Por muito tempo, a formação dos policiais militares esteve ligada ao EB e sua política bélica, mesmo porque a legislação estabelece as forças estaduais como auxiliares e reserva do Exército (BRASIL, 1988; CERQUEIRA, 2006). Com a constituição federal de 1988, uma importante modificação ocorreu no papel legal das polícias militares: elas deixaram de focar na segurança interna dos estados para se tornarem preservadoras da ordem pública (BRASIL, 1967; 1988). Esse processo de transição ainda não está completo (REIS, 2019; COTTA, 2018), entretanto, já é possível perceber “uma formação menos guerreira, com a introdução de

disciplinas mais acadêmicas (sociologia, ética, direitos humanos), menos militarizadas” (REIS, 2019, p. 57).

Muniz (1999) alega que a formação aos moldes do EB provocou uma crise de identidade nas polícias militares brasileiras, as quais vêm tentando até hoje firmar-se como instituições possuidoras de estratégias, objetivos e características próprias, sempre esbarrando, porém, no fantasma dessa formação beligerante e militarizada, incentivadora de guerra e morte aos inimigos, em detrimento à defesa e garantia da segurança do cidadão. Para Cotta (2018), o processo de redemocratização ocorrido em meados da década de 1980 fez emergir um “militar de novo tipo”, ou seja, o policial militar, preparado para lidar com as mazelas da sociedade, mas sujeito aos formalismos da militarização.

Aguiar e Santana (2018) indicam que as corporações policiais se valeram, por muito tempo após a constituição, do uso da força física para fazer cumprir seu papel legal, denotando sua dificuldade em superar a visão anterior de defesa do Estado (AGUIAR E SANTANA, 2018). Mesmo que Weber (2003) afirme que a polícia é representante do Estado e única detentora do direito de utilização legítima da força e violência para garantia da harmonia social, tal autorização coletiva não pode ser confundida. Costa, N. (2011) aduz que uma

Polícia despreparada para lidar com o público e com a criminalidade, tende a ser desrespeitosa e violenta. Confunde, muitas vezes, autoridade com autoritarismo, arbítrio com arbitrariedade e uso legítimo da força com o uso indiscriminado da força (COSTA, N., 2011, p. 256).

Para Rolim (2006), este uso desenfreado e sem critérios da violência “legítima” policial afastou a PM dos cidadãos (ROLIM, 2006), quase levando várias corporações estaduais à extinção na década de 1990, após ações condenáveis como os chamados Massacres do Carandiru e Favela Naval, em São Paulo, Corumbiara, em Rondônia, e Eldorado de Carajás, no Pará (LIMA e SILVA JÚNIOR, 2020).

Desse modo, a justificativa deste trabalho está relacionada à importância da formação continuada para o exercício das atividades policiais, tanto para a preparação desses agentes públicos, quanto para a sociedade, a qual poderá usufruir de profissionais melhor qualificados. Esta atualização não deve se restringir ao incremento dos conhecimentos jurídicos, mas também, fundamentalmente, das relações interpessoais, noções de técnica e tática policial, como o uso de instrumentos e tecnologias menos letais, defesa pessoal e abordagem. A formação deficiente, incompleta ou interrompida pode gerar despreparo e insegurança no

agente (BASÍLIO, 2009). Entretanto, há a necessidade solene de que essa formação seja permanente, continuada (VEIGA e SOUZA, 2018) e de qualidade.

### **1.6. Problema de pesquisa**

A atividade policial militar é dinâmica, devendo adaptar-se às volatilidades sociais, afinal, o policial militar é o agente público atuante no *front* do sistema de segurança, convivendo diária e diretamente com as mazelas sociais, sendo aquele a quem o cidadão primeiro se socorre quando do perigo iminente. A Polícia Militar é a porta de entrada para o cidadão acessar o sistema de segurança pública.

A natureza de sua atividade é diversa, garantindo a atuação da corporação em ambientes tão díspares quanto o interior de escolas públicas ou de estabelecimentos prisionais; em grandes zonas urbanas ou rurais, seja nas áreas nobres e asfaltadas ou nos confins das localidades sobre palafitas (comuns na região amazônica); em eventos religiosos ou sequestros com reféns.

Diante dessa perspectiva e considerando os currículos dos cursos de formação continuada da Polícia Militar do Pará como consonantes às disposições da SENASP, a pesquisa teve o seguinte problema: a formação ofertada aos policiais militares no Pará consegue abranger todas as competências exigidas nos perfis profissiográficos desses agentes? Há algo que possa ser melhorado nessa formação?

### **1.7. Objetivo geral**

Investigar a relação entre formação continuada na corporação e a segurança na atuação cotidiana do policial militar.

### **1.8. Objetivos específicos**

- a) Artigo 1: Analisar a percepção que as praças têm do modelo atual de formação continuada;
- b) Artigo 2: Investigar como ocorre a formação no interior do Estado, por meio da análise dos cursos no município de Santarém, maior polo de ensino;
- c) Produto técnico: Sugerir melhorias para a formação, a fim de garantir segurança técnica na atuação dos policiais militares, a partir dos dados coletados e da bibliografia utilizada.

### **1.9. Questões norteadoras**

- a) A formação continuada na Polícia Militar do Pará fornece subsídios para o desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes nos agentes de segurança, garantindo-lhes segurança e preparo para lidar com as demandas gradativas da sociedade?
- b) A formação oferece condições igualitárias a todos os alunos?
- c) É possível melhorar essa formação, elevando o nível técnico da tropa?

### **1.10. Revisão da literatura**

#### **a) Formação policial**

A pesquisa bibliográfica sobre formação continuada policial demonstrou, em primeiro lugar, uma grande quantidade de estudos recentes sobre a temática. Estudos internacionais e nacionais fazem referência tanto às forças policiais militarizadas quanto às civis. No Brasil, estudos como os de Brunetta (2015a), França (2012) França e Gomes (2015) e Poncioni (2007) voltam-se para as peculiaridades da formação policial militar. No cenário internacional, os destaques são para os trabalhos de Söderström et al. (2019), Baylis e Matczak (2019) e Di Nota e Huhta (2019), os quais analisaram, respectivamente, as implicações do aprendizado em desenvolvimento computacional para a atividade policial; a evolução do ensino policial e; as lacunas entre o aprendizado formal teórico e a prática.

Na esfera local, os estudos de Pereira (2015), sobre a formação dos novos delegados do Estado do Pará, frente às novas dinâmicas sociais, indicam que é imprescindível fomentar a política da educação permanente na instituição policial, “considerando a velocidade com que as condutas violentas se estabelecem no tecido social” (PEREIRA, 2015, p. 73).

Silva (2015), por sua vez, estudando a formação dos soldados do Corpo de Bombeiros Militares do Pará, pela perspectiva do discurso, afirma que esta formação está sujeita a inúmeras possibilidades de recontextualização, por meio dos vários campos envolvidos. Desta forma, o discurso passaria por uma série de transformações advindas do contexto específico no qual está sendo utilizado. O autor chegou a seguinte conclusão:

Fatores orçamentários, políticos, carência de equipamentos e materiais, estrutura física do Centro de Formação, além da função regulamentar do soldado como elemento de execução, concorrem para a manutenção da ordem e o ensino voltado e pautado nas relações de classe, nos regulamentos e doutrina militares tradicionais, não privilegiando o desenvolvimento das Competências da MCNSP (SILVA, 2015, p. 6).

O trabalho de Nascimento (2016) está relacionado à atuação profissional dos policiais rodoviários federais a partir da inclusão da disciplina “direitos humanos” em sua formação e se ela possui algum impacto (positivo ou negativo) na violência institucional dos agentes. A introdução da disciplina “direitos humanos” nos currículos das forças de segurança pública é exigência da SENASP desde 2014 (REIS, 2019; ALVES, 2015; COTTA, 2018; MOREIRA, 2013), embora, para alguns autores como Brabo e Côrrea (2016) e Poncioni (2007) as mudanças foram apenas formais, sem aplicação efetiva no cotidiano.

Brunetta (2015b) afirma que o ensino ofertado nas escolas policiais militares valoriza o caráter técnico, o qual se manifesta pela persistência dos treinamentos, bem como “pela crença nos Procedimentos Operacional Padrão (POPs), ambos como fundamentos básicos do profissionalismo da e na ação policial”. O autor ainda argumenta que “em primeiro lugar [n]a formação do soldado policial está o compromisso com a corporação e sua hierarquia, secundarizando conteúdos formativos” (BRUNETTA, 2015b, p. 502).

Para Silva e Silva (2017), há, na verdade, uma supervalorização do elemento “militar” na gênese desses agentes e mesmo que seu “público” seja a população em geral, não há uma preparação adequada para lidar com essas pessoas, já que o militarismo é prioridade. Para os autores, essa supervalorização dos conhecimentos militares transforma todos os outros conhecimentos em sinônimo de ignorância. Para Reis (2019), os postulados básicos da hierarquia e disciplina militares determinam uma formação “que prioriza o treinamento militarizado em detrimento da formação policial” (REIS, 2019, p. 67).

Silva e Silva (2017) argumentam que o modelo de formação adotado pela maioria das polícias do país, ou seja, o de disciplinamento rígido e irracionalidade sobre a realidade, leva os futuros militares a incorrerem em práticas policiais marcadas pela violência institucional. Os autores ponderam também que o desenvolvimento do senso crítico dos militares pode estar diretamente relacionado a processos de insubordinação, daí a preferência dessas instituições em adotar modelos educacionais conhecidos popularmente como “bancários”, onde o educando recebe passivamente o conhecimento do professor, único detentor da verdade (SILVA e SILVA, 2017). Esse modelo elimina qualquer possibilidade de construção de diálogos, mantendo cada um em seu nicho dentro da cadeia hierárquica, bem como reforça e fortalece o “aprendizado” por repetição, comuns ao militarismo.

Concordando com essa perspectiva, Alves (2015) afirma:

A estrutura educativa confunde-se com a estrutura orgânica, ambas baseadas na hierarquia e disciplina, segundo a qual não se permite o desenvolvimento da criticidade através do questionamento, pelo contrário, a formação se volta para o atrofiamento do pensar, onde modelos predeterminados são impostos (ALVES, 2015, p. 422).

Indo de encontro a esta visão estanque, Cotta (2018) demonstra que, pelo menos na PM de Minas Gerais, há um planejamento técnico que permite ao aluno policial militar desenvolver capacidades relacionadas ao pensar de forma crítica; tomar decisões; usar o raciocínio lógico; aprender a aprender; interpretar e produzir textos, entre outras competências (COTTA, 2018, p. 187).

Entretanto, mesmo nos casos em que a formação particular da praça lhe possibilitaria a reflexão e o diálogo, parece não haver muito espaço para o senso crítico, tampouco para mudanças na estrutura laboral, principalmente por conta da questão hierárquica. Analisando a realidade das praças com nível superior em Minas Gerais e como esse fator influencia suas carreiras, positiva ou negativamente, Riccio (2017) constatou que o nível superior não é relevante, profissionalmente, para as praças, pois “não há uma valorização salarial ou institucional pelo ganho intelectual alcançado. Além disso, permanece a impressão de inexistir algum tipo de reconhecimento por apresentar maior qualificação” (RICCIO 2017, p. 1121). Sobre este assunto, defende Goldstein (2003):

Espera-se que a educação superior traga a tão necessária respeitabilidade, dignidade e status para o serviço policial. Argumenta-se que o policial com nível superior, cuja educação se iguale ou supere a da maior parte das pessoas com quem ele tem contato, tende a trabalhar com muito mais confiança e de uma maneira muito menos defensiva. O requisito educacional é visto como uma indicação daquilo que a agência – ou o campo policial como um todo – pensa de si (GOLDSTEIN, 2003, p. 354).

As discussões sobre mudanças institucionais partindo da formação tendem a se acentuar nos próximos anos, uma vez que estão ocorrendo reformas nas leis de ingresso das instituições por todo o país, exigindo-se níveis cada vez maiores de ensino formal. Na Brigada Militar do Rio Grande do Sul (denominação da Polícia Militar naquele estado da federação), por exemplo, o concurso público para preenchimento de vagas do oficialato prevê, como requisito mínimo de escolaridade, o bacharelado em Direito, desde o ano de 1997 (RUDNICKI e SILVA, 2019).

No caso da Polícia Militar do Pará, a legislação de ingresso vigente prevê, desde 2014, que o candidato ao quadro de praças deve ter o ensino médio completo. Anteriormente, a exigência era pela 1ª série do ensino médio completa. Para o ingresso ao quadro de oficiais, há uma exigência, desde o início de 2020, de bacharelado em Direito. Em outros estados,

como Goiás, o concurso público já exige que o candidato tenha o ensino superior completo para adentrar como soldado, sendo o Curso de Formação de Praças uma pós-graduação (SILVA e VILARINHO, 2018).

Ao explorarem formação policial Veiga e Souza (2018) observaram a ausência de trabalhos científicos que explorem o tema, mesmo nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Tal fato representaria, portanto, um suposto desinteresse dos educadores do país (VEIGA e SOUZA, 2018, p. 54). É possível afirmar também que essa temática é ainda menos expressiva, quando se fala da formação das praças:

Quando se observa o conjunto de teses e dissertações produzidas por oficiais das polícias militares sobre a formação profissional de suas instituições, percebe-se que aquelas que têm como objeto de estudo o curso de formação de oficiais são quase o dobro daquelas que têm como objeto de estudo o curso de formação de praças. (VEIGA e SOUZA, 2018, p. 62).

Estes autores também argumentam a subsistência do fato das poucas produções escritas no Brasil sobre a temática “polícia militar” serem feitas pela “prata da casa”: aproximadamente 58% dos pesquisadores são policiais pertencentes às corporações militares estaduais das unidades federativas onde se efetivaram as pesquisas (VEIGA e SOUZA, 2018).

Bayley (2003) indica quatro fatores para explicar o pouco interesse acadêmico nas atividades policiais: primeiramente, esses agentes raramente desempenham papel central em grandes eventos, pois “não estão envolvidos em batalhas épicas, marchas heroicas ou retiradas espetaculares”. Segundo: policial não é, de nenhuma forma, atividade de alto prestígio. Suas tarefas são maçantes e repetitivas; a maioria de seus dirigentes não são importantes ou destacados socialmente. As fontes para pesquisa e o acesso do pesquisador a elas são a terceira premissa do autor inglês. Por fim, ele argumenta que estudar polícias é desinteressante porque é repugnante moralmente, uma vez que suas atividades de coerção, opressão e controle são desinteressantes e desagradáveis:

Embora a guerra também não seja algo agradável, pelo menos ela pode parecer heróica. Os guerreiros podem dramaticamente entrar em batalhas por grandes causas, tais como democracia ou libertação nacional. É mais difícil justificar do mesmo modo o trabalho policial, ainda que possa ser verdade. A atividade policial representa o uso da força da sociedade contra ela mesma, e de algum modo isto é mais vergonhoso e embaraçoso do que usar a força contra estrangeiros. (BAYLEY, 2003, p. 17-18).

Contribuindo com esta visão, Holloway (1997) afirma que, no decorrer da História do Brasil, não houve qualquer brasileiro, independente de cor, posição ideológica ou formação escolar, que considerasse o papel histórico da polícia como algo relevante. Segundo ele, não

houve e ainda não há legitimidade social e consenso quanto à relevância da função policial, afinal, aqueles que a defendem pensam na manutenção da ordem e da disciplina e os que a criticam enxergam nessa instituição a imagem do Estado autoritário e de ações repressivas.

Independente disso, não há estudos que mensurem a qualidade da educação ofertada nesses cursos. Costa et al (2017) fizeram uma pesquisa com intuito de averiguar o conhecimento prévio da população mato-grossense acerca do ingresso e formação dos policiais, naquela capital. Constatou-se que 60% dos entrevistados desconhecia as formas de acesso à instituição. Se pouco se conhece sobre a forma de acesso, menos ainda é sabido acerca do curso de formação, sopesando-se o fato da mera aprovação no concurso não habilitar o candidato a sair pelas ruas da cidade, fardado, efetuando abordagens. É necessário um curso de formação (COSTA et al., 2017).

Para Santos Júnior e Martins (2011) o fator que mais dificulta o bom desempenho do policial recém-formado é a predominância de um “elevado espírito de emulação” (SANTOS JÚNIOR e MARTINS 2011, p. 929) durante os cursos, onde a memorização e repetição de atividades se sobressaem, em detrimento do estímulo pela criticidade. Nesse sentido, a instituição militar ignora as disposições do Ministério da Educação, as quais, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), incentivam uma educação fortemente marcada pelo estímulo dos educadores à construção de senso crítico nos educandos (BRASIL, 1997).

Findada a formação, o policial deverá estar devidamente pronto para o exercício diuturno de suas missões institucionais, mantendo-se sempre atualizado com as premissas do estado democrático de direito e defesa dos direitos humanos (COTTA, 2018; REIS, 2019).

No Rio de Janeiro, Basílio (2009) fez uma pesquisa para verificar qual nível de confiança e técnica os policiais recém-formados apresentavam para lidar com os problemas de segurança pública. Nas palavras do autor:

Os entrevistados relataram que se sentiram despreparados para o uso do armamento em virtude das poucas aulas de tiro e armamento que tiveram no CFAP; alguns relataram que se sentem inseguros em abordar determinados segmentos da sociedade, pela falta de conhecimento para lidar com a situação; os policiais com mais experiência profissional alegaram que aprenderam mesmo nas ruas, no dia-a-dia, com seus superiores diretos; outros afirmaram que o CFAP forma para o combate, e não para lidar com questões sociais (BASÍLIO, 2009, p. 21).

Para ele, esses fatos podem estar relacionados à carência de conhecimentos técnicos, jurídicos, práticos e humanísticos. Além disso, condições adversas à boa formação são encontradas nas academias e escolas militares, como o distanciamento entre teoria e prática,

até “a utilização dos alunos em atividades adversas aos objetivos do treinamento, como: realização de serviços de limpeza; serviço de manutenção de equipamentos; pinturas; apoio em jogos de futebol” (BASÍLIO, 2009, p. 18). Nesta perspectiva, o efetivo de alunos é utilizado para suprir deficiências de ordem gerencial, como contratação de funcionários para limpeza e manutenção de quartéis, sob a falácia de tratar-se de atividade afim ao aluno (BASÍLIO, 2009).

A formação continuada é parte fundamental da qualidade do serviço prestado por qualquer profissional, tendo em vista a dinâmica do mundo moderno, bem como a velocidade das informações, que podem tornar qualquer conhecimento obsoleto, se não for atualizado constantemente (SENASP, 2014; VIANA, 2018). No caso da Polícia Militar, essa premissa é ainda mais acentuada, levando em consideração que o “cliente” de seu trabalho é a própria sociedade e o policial militar, mesmo ainda na condição de aluno em formação, ainda “é visto como um profissional treinado para preservar a segurança de todos e não para matar na rua de forma descontrolada” (NASCIMENTO e CERQUEIRA, 2015, p. 910).

Veiga e Souza (2018) afirmam: “não basta apenas a reestruturação da formação inicial do policial militar, mas há ainda a necessidade de que essa formação seja permanente e continuada” (VEIGA e SOUZA, 2018, p. 64-65). Brabo e Côrrea (2016) colaboram com essa perspectiva ao entenderem “o período de formação e a formação continuada como pontos relevantes para capacitar o policial com vistas a torná-lo um policial cidadão” (BRABO e CÔRREA, 2016, p. 27). Nesse mesmo sentido, Poncioni (2007) aponta haver, em algumas forças estaduais, uma “falta de regularidade para a realização dos cursos para o aperfeiçoamento profissional ao longo da carreira do policial” (PONCIONI, 2007, p. 26), findando por demonstrar que a formação continuada, apesar de fundamental, é profundamente subvalorizada.

Para Poncioni (2007), a MCN da SENASP foi um movimento divisor de águas para as forças de segurança pública, na medida em que fez parte de um movimento global que buscou desenvolver o profissionalismo da polícia, colocando a educação como ferramenta importante para auxiliá-las a desempenhar corretamente as funções a si atribuídas, em uma sociedade democrática, elevando as corporações a um padrão de excelência (PONCIONI, 2007).

A autora também argumenta que

A educação policial, importante instrumento para criar e estabelecer um padrão de excelência para o trabalho policial, não conseguiu, até o momento, se firmar como prioridade em relação à segurança pública. Na realidade cotidiana de uma parte

considerável das polícias brasileiras e da população atendida pela instituição, a qualificação do trabalho policial permanece como retórica, sem uma tradução efetiva (PONCIONI, 2007, p. 30).

Para Silva (2012), a MCN não foi implementada sem resistências internas. Os profissionais que atuariam na nova formação eram instrutores e professores de outrora. Estariam esses profissionais preparados para atender às novas demandas pedagógicas exigidas para a formação? De fato, como esperar efetividade da Matriz, se ela vai contra os velhos hábitos, há muito enraizados nas escolas militares (SILVA, 2012)?

Um dos principais óbices à construção de um novo modelo para a segurança pública no Brasil é a resistência (dissimulada ou inconsciente) às mudanças que o próprio SENASP estabelece, em virtude da forma como a subcultura da Polícia Militar foi construída em nosso país, formando seus profissionais muito mais para serem militares do que policiais ostensivos (SILVA, 2012, p. 68).

Cruz e Brasil (2012) afirmam que essas resistências são materializadas no contato cotidiano dos novos e velhos policiais, onde a cultura institucional reforça o arbítrio, o abuso e a ilegalidade. Carneiro et al. (2019) entendem que “incentivar os militares a buscar continuamente qualificação é convertido em uma melhor prestação de serviços a sociedade, uma vez que, o corpo policial qualificado é sinônimo de efetividade no serviço público” (CARNEIRO et al., 2019, p. 300). Além disso, a formação continuada, treinamento e preparação técnica dos policiais pode evitar arbitrariedades no uso da força, assim como reduzir o sentimento de desvalorização social que muitos deles possuem (FLORINDO, 2011).

## **1.11. Método**

### **1.11.1. Natureza da pesquisa**

#### **a) Artigo 1**

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, bibliográfica e empírica, uma vez que realizou levantamento das opiniões das praças sobre ensino continuado, bem como se valeu de artigos e livros relacionados à temática, para construção do referencial teórico de estudos. Para Gil (2002) as pesquisas descritivas objetivam descrever as características de determinada população, tendo como um de seus atributos mais significativos a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário, instrumento utilizado nesta pesquisa.

Este mesmo autor aduz que as pesquisas bibliográficas apresentam uma série de variáveis, como a escolha do tema, formulação do problema, busca de fontes, fichamento e redação do texto (GIL, 2002, p. 59-60). As pesquisas empíricas, por sua vez, são aquelas estruturadas a partir da descrição objetiva e eficiente da realidade empiricamente observável,

ou seja, “daquilo que pretendemos estudar, analisar, interpretar ou verificar por meio de métodos empíricos” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 17).

A pesquisa também se assinalou como quantitativa, uma vez que se utilizou análise estatística, por meio de amostragem estratificada aleatória, descrita por Costa, P. (2011) como sendo o método que garante a representatividade dos diversos estratos, de forma proporcional ao peso de cada um deles na população total. Segundo a proposta de Gil (2002), a pesquisa também se insere como sendo de levantamento, posto que ela buscou identificar as características dos componentes do universo pesquisado, possibilitando que se caracterizassem os seus segmentos de forma precisa.

## **b) Artigo 2**

A pesquisa teve natureza qualitativa, com entrevistas abertas e análise de discurso. A análise de discurso é, segundo Bardin (1977), um conjunto constantemente aperfeiçoável de instrumentos metodológicos, aplicável aos mais diversificados discursos, em especial no campo das ciências sociais, cujos objetivos são bem delimitados, servindo para desvelar aquilo que está oculto no texto, mediante a decodificação da mensagem. Silva e Fossá (2013) entendem essa análise como um conjunto de técnicas que analisam “o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos” (SILVA e FOSSÁ, 2013, p. 2).

Ramos e Salvi (2009) corroboram com essa visão, ao explicar que a língua é condição de possibilidade do discurso, e, portanto, não só aquilo que foi dito faz parte da análise, mas também se analisa aquilo que não foi dito.

### **1.11.2. Lócus da pesquisa**

A pesquisa ocorreu no Estado do Pará. Duas cidades foram escolhidas como lócus: Belém, por ser a capital do Estado e possuir o maior efetivo de praças, e Santarém, terceira cidade do Estado em termos de população (IBGE, 2010), mas também por possuir o maior número de alunos classificados em primeiro lugar nos cursos de formação continuada da corporação, no período de 2014 a 2020.

### **1.11.3. Participantes**

#### **a) Artigo 1**

A amostra ocorreu na capital do Pará. Os participantes foram 355 policiais militares, da categoria das praças, lotados nos quartéis de Belém, selecionados por meio de amostragem aleatória estratificada. A margem de erro foi definida em 5%, com grau de confiabilidade da amostra em 95%.

Os critérios de inclusão foram: policiais militares de ambos os sexos; apenas do serviço ativo; que estivessem nas graduações de cabo, sargento ou subtenente; com no mínimo 10 anos de serviço; lotados em Belém; voluntários.

Quanto aos critérios de exclusão: estar fora das graduações referidas; estar na reserva remunerada, ou “aposentadoria” do militar; gozando algum tipo de dispensa, licença ou outro afastamento; ter menos de 10 anos de serviço; atuar fora da capital paraense e; não ser voluntário.

## **b) Artigo 2**

Os sujeitos foram escolhidos pela amostragem por julgamento, a qual é definida como sendo aquela amostra onde o investigador escolhe os sujeitos que ele julga representarem melhor a população (CAMPOS, 2019; OLIVEIRA, 2001). Desta forma, a pesquisa foi feita com sete policiais militares detentores do título de primeiro colocado nos cursos de formação continuada da instituição, ocorridos no período de 2014 a 2020. Todos pertenciam ao efetivo do 3º Batalhão de Polícia Militar, em Santarém, à época da realização dos cursos.

### **1.11.4. Procedimentos de coleta**

#### **a) Artigo 1**

Para o cálculo da amostra (quantitativo de policiais), utilizou-se a equação  $n = N \times \frac{n_0}{N} + n_0$ , onde  $n_0 = \frac{1}{E^2}$ , conforme Fontelles et al. (2010).

A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho a agosto de 2019. Os participantes responderam a um questionário semiestruturado (APÊNDICE A) remetido por meio eletrônico, contendo um cabeçalho explicativo, o qual explanava acerca da natureza da pesquisa e seus objetivos. A primeira questão funcionou como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O questionário teve 14 questões fechadas, as quais continham dados de caracterização (idade, estado civil, gênero, tempo de serviço, nível de escolaridade); percepção sobre os cursos (estrutura, matrizes curriculares, eixos temáticos cujos conteúdos

poderiam ser incrementados ou reduzidos), sobre a formação e políticas de ensino oferecidas pela instituição.

Uma das perguntas, porém, continha quatro alternativas de respostas objetivas, além da possibilidade de resposta “outro”, o qual permitia breves considerações ao participante que desejasse externar sua opinião. Os 355 participantes assinalaram a opção “sim” na primeira questão (“você aceita participar espontaneamente da pesquisa?”) fato que os credenciou a responder o questionário em sua totalidade.

Não houve recusas, entretanto, 57 sujeitos procuraram o pesquisador, de forma presencial ou virtual, para solicitar maiores esclarecimentos acerca da pesquisa, antes de responderem. Providenciadas as devidas explicações, os questionários foram preenchidos e a pesquisa concluída.

## **b) Artigo 2**

Os sete participantes foram entrevistados, em janeiro de 2021, via plataforma digital *online*, devido às restrições de contato físico, oriundas da pandemia de COVID-19 no município de Santarém, Pará. As entrevistas foram roteirizadas (APÊNDICE B), mas abertas, permitindo a livre expressão dos participantes.

### **1.11.6. Análise de dados**

A análise de dados teve o suporte da análise estatística, por meio de tabelas, quadros e gráficos. As tabelas são elementos que servem à estatística por permitirem organização e facilitação da visualização e comparação dos dados, além de permitirem a visão geral dos valores assumidos pelas variáveis dentro de certos parâmetros (COSTA, P., 2011). Os gráficos, por sua vez, são “representações visuais dos dados estatísticos cujo objetivo é produzir uma impressão mais rápida e viva do fenômeno em estudo” (COSTA, P., 2011, p. 59). As tabelas definem-se, de acordo com o Guia de apresentação de teses da Universidade de São Paulo como um “arranjo predominante de palavras dispostas em linhas e colunas, com ou sem indicação de dados numéricos” (USP, 2017, p. 41). Eles se diferenciam das tabelas por seu teor esquemático e descritivo, e não estatístico.

Quanto ao Artigo 2, foi usado o sítio *wordclouds* ([www.wordclouds.com](http://www.wordclouds.com)) para constituição da nuvem de palavras, além da análise de conteúdo das entrevistas. As nuvens de palavras são representações gráficas dos termos mais frequentemente presentes nos discursos

dos entrevistados. Vasconcellos-Silva e Sawada (2018) dizem que elas são “imagens usualmente apresentadas como ilustração à leitura superficial do senso comum” (VASCONCELLOS-SILVA e SAWADA, 2018, p. 5), cujos tamanhos de cada palavra indicam a frequência delas. Tal artifício permite identificar, descrever e analisar o impacto de cada termo frequentado.

Com relação ao produto técnico, houve a construção de matrizes curriculares a partir da pesquisa empírica, as quais foram feitas com policiais pertencentes ao Departamento Geral de Educação e Cultura da PMPA. Em consonância com as previsões da MCN/SENASP, foram construídas duas matrizes curriculares, obedecendo aos princípios funcionais da hierarquia, bem como a profissiografia e atitudes, habilidades e competências das respectivas patentes dos militares.

Com todas as variáveis selecionadas, constitui-se a *Matriz Curricular para o Curso de Atualização Profissional de Subtenentes e Sargentos (CAP/SS)* e a *Matriz Curricular para os Cursos de Atualização Profissional de Cabos e Soldados (CAP/CS)*, apresentadas nesta Dissertação sob a forma de quadros contendo disciplinas ofertadas, cargas-horárias e modalidades de ensino.

As disciplinas e seus conteúdos foram selecionados a partir da Matriz Curricular atual do Curso de Atualização Profissional, que estabelece as reais necessidades dessa modalidade de formação continuada na corporação, incluindo seu público-alvo, objetivos e metodologia; da MCN/SENASP a qual padroniza o ensino policial militar no país e; as legislações castrenses, as quais criam atribuições e responsabilidades para os vários grupos e categorias de profissionais de segurança pública.

## CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

### 2.1. ARTIGO 1



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 01, pp. 43854-43856, January, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.20875.01.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## PERCEÇÃO SOBRE ENSINO CONTINUADO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, BRASIL

<sup>1</sup>Fernando Alberto Souza Lima and <sup>2</sup>Andréa Bittencourt Pires Chaves

<sup>1</sup>Mestrando do Programa de pós-graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil; <sup>2</sup>Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará e professora do Programa de pós-graduação em Segurança Pública, pela mesma universidade

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 22<sup>nd</sup> October, 2020

Received in revised form

14<sup>th</sup> November, 2020

Accepted 19<sup>th</sup> December, 2020

Published online 30<sup>th</sup> January, 2021

#### Key Words:

Military police education; continuing education; Military police; formation; police.

#### \*Corresponding author:

Fernando Alberto Souza Lima

### ABSTRACT

Continuing education in the military police is a tool capable of improving the performance of these professionals. This article analyzed the perception of cables, sergeants and sublieutenants of the Military Police of Pará on the subject and its reflections in daily work. A structured questionnaire was applied to the military in Belém, Pará, chosen by proportional stratified random sampling. The information collected showed that 70% of the subjects feel partially prepared to act after training; the legal burden should increase, while disciplines with humanistic content could be diminished, reflecting a though to faction, little reflection and legal support.

Copyright©2021, Fernando Alberto Souza Lima and Andréa and Bittencourt Pires Chaves, 2021. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Fernando Alberto Souza Lima and Andréa and Bittencourt Pires Chaves, 2021. "Percepção sobre ensino continuado na polícia militar do estado do Pará, Brasil" *International Journal of Development Research*, 11, (01), 43854-43856.

## INTRODUÇÃO

O ensino nas instituições policiais tem sido, cada vez mais, tema de estudos ao redor do mundo (Beluret al, 2019; Chappell e Lanza-Kaduce, 2009; Cordner, 2019; Baylis e Matczak, 2019; Söderström, 2019; Isaieva, 2018; Rui-Hsin e Lin, 2017; Fekjær e Petersson, 2018). Este interesse se justifica pela própria evolução da sociedade contemporânea, a qual não mais aceita atuações não-profissionais das forças de segurança pública, vetando-se ações baseadas puramente na discricionariedade do agente, as quais podem, invariavelmente, declinar para a arbitrariedade. No Brasil, há uma dicotomia ampliadora deste debate, representada por um sistema policial bipartido, na qual uma força exerce função judiciária (polícia civil) enquanto a outra é ostensiva, preventiva e militarizada (BRASIL, 1988). Neste sentido, a formação dos policiais militares também está em evidência, principalmente, o modo pelo qual ela auxilia – ou não – este agente a exercer suas atividades diárias (Minayo et al., 2008; Viana, 2018; Veiga e Souza, 2018; Brunetta, 2015; Costa et al., 2017). O desafio das corporações é obter a melhor e mais abrangente formação para esse segmento, embora seja notório que curso acadêmico ou técnico não “conseguirá abranger todas as habilidades e os conhecimentos necessários à formação de um profissional de qualquer área” (Minayo et al, 2008, p. 109). No caso da Polícia Militar (PM), cujos homens executam ações complexas e que necessitam, portanto, de formação eclética (Bittner, 2003), o conhecimento a ser

transmitido deve ser, ao mesmo tempo, detalhado e abrangente, de modo a cumprir a dupla tarefa constitucional relegada a esta instituição: preservação da ordem pública e força auxiliar e reserva do exército (BRASIL, 1988). Espera-se, portanto, policiais profissionais e especializados (Bayley, 2003), menos “guerreiros” e mais “cidadãos” (Reis, 2019), mesmo que precisem utilizar, se houver necessidade, a força legítima (Rolim, 2009; Bittner, 2003). Para Weber (2003) a polícia é representante do Estado e única instituição habilitada a utilizar violência legítima para garantir segurança social. Diante disso, este artigo analisou a percepção dos policiais militares da cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil, sobre ensino continuado naquela instituição. Objetivou, por meio dos dados colhidos, identificar quais as possibilidades de melhoria nesta formação, bem como descobrir se ela garante segurança técnica e profissional para o policial militar atuar cotidianamente. A metodologia incluiu pesquisas no diretório da CAPES, ocorridas em maio e junho de 2019. Foram utilizados cruzamentos entre as palavras-chaves “polícia militar”; “formação policial militar”; “formação policial”; “formação continuada”; “educação continuada”; “direitos humanos”; “ensino continuado”; “educação policial”; “educação policial militar”; “ensino policial”; “ensino policial militar”. Selecionou-se, então, artigos em língua portuguesa, com recorte espacial de 10 anos, a fim de subsidiar a revisão preliminar de literatura. Os resultados apontaram 356 artigos, dos quais apenas 13 estavam efetivamente ligados à temática. Destes, quatro se repetiam. Após a seleção, chegou-se ao quantitativo de sujeitos a serem investigados (Tabela 1), por meio de amostragem

aleatória estratificada proporcional, definida por Costa (2011) como sendo o método que garante a representatividade dos diversos estratos, de forma proporcional ao peso de cada um deles na população total. Ressalte-se o uso da terminologia “gradação” no decorrer do artigo, aqui denotando o grau hierárquico da praça, ou seja, dos soldados, cabos, sargentos e subtenentes (BRASIL, 1980; PARÁ, 1985) e não a formação acadêmica. A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho a agosto de 2019, envolvendo militares pertencentes ao Batalhão de Polícia Tática (BPOT), Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE), Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), dentre outros batalhões de Belém, escolhidos de forma aleatória. A pesquisa foi predominantemente quantitativa, com margem de erro de 5% e grau de confiabilidade da amostra de 95%. Por meio de questionário virtual com 15 perguntas objetivas, garantiu-se o anonimato ao participante. Os critérios de inclusão foram: ambos os sexos; do serviço ativo; nas graduações cabo, sargento e subtenente; mínimo 10 anos de serviço; lotados em Belém; voluntários. Critérios de exclusão: fora das graduações referidas; reserva remunerada (“aposentadoria” do militar) ou gozando dispensa, licença ou outro afastamento; menos de 10 anos de serviço; atuar fora da capital paraense e; não ser voluntário. É salutar ressaltar que apenas uma pergunta, a de número seis, abria uma pequena possibilidade de contribuição subjetiva, posto trazer a opção “outro”, onde o pesquisado poderia responder livremente. Após a coleta, os dados foram tabulados utilizando-se o programa Microsoft® Excel 2010, para a construção de tabelas e gráficos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino continuado na PM traz consigo uma expectativa de que seu projeto pedagógico apresente habilidades e competências para o desenvolvimento profissional do policial militar, de forma contínua, no exercício seguro e diuturno da profissão. Para Cattani (1997), a formação profissional é inerente aos processos educativos que permitem ao trabalhador adquirir ou desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e práticos relacionados à produção de bens ou serviços.

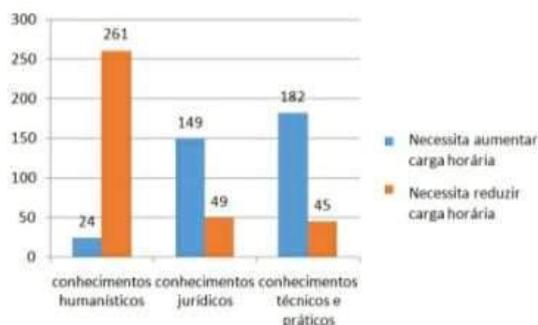
Essa formação é, geralmente, deliberada pela instituição ou empresa contratante, levando em consideração os conhecimentos teórico-práticos fundamentais para sua política de organização e gestão do trabalho. Assim sendo, o ensino continuado policial militar deveria preparar o agente, de forma teórica, técnica e prática, para atuar junto ao cidadão, garantindo seus direitos fundamentais, mas também a ordem pública. Entretanto, as forças policiais brasileiras denotam ausência de foco, tornando tudo “problema de polícia”. Nas palavras de Bittner (2003, p. 220), a competência de intervenção da polícia “se estende para qualquer tipo de emergência, sem exceção”. Bayley (2003, p. 119) acrescenta que os policiais se envolvem em eventos de naturezas diversas, e isso caracterizaria seu trabalho: crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas, acidentes de automóvel, pessoas suspeitas, arrombamentos, distúrbios públicos, prisão de infratores. Acrescente-se a esse rol o controle de distúrbios civis, eventos esportivos, guarda de estabelecimentos penais, segurança de autoridades, dentre muitas outras atribuições (PARÁ, 2020).

**Policiais militares e suas percepções sobre ensino continuado:** Percepção, na visão de Lamb, Hair e McDaniel (2012) seria o processo pelo qual nós selecionamos, organizamos e interpretamos os estímulos, acabando por traduzi-los em uma imagem significativa e coerente. Em outra perspectiva, mais filosófica, a percepção está relacionada à sensação, pelo viés racionalista, ambas dependendo do sujeito do conhecimento e da coisa exterior. Deste modo, o sujeito seria ativo, a coisa externa passiva. Portanto, sentir e perceber são fenômenos dependentes da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e de recompô-lo como um todo, dando-lhe organização e significação, sendo esta a percepção (CHAUÍ, 2005). As respostas não representam a PM do Pará, entretanto, expressam fortemente a percepção dos policiais de Belém, corroboram com a ideia apresentada por Brunetta (2015), a qual argumenta que o compromisso com a corporação e sua hierarquia vem em primeiro lugar na formação do soldado policial, portanto, os conteúdos formativos ficam subaproveitados. Os resultados apontam para uma tropa desacreditada da formação recebida:

Tabela 1. Quantidade de policiais militares lotados em Belém e amostra, no mês de maio de 2019.

Patente (estrato)	Quantidade	Amostra*	% do estrato na amostra	% da amostra no total
CABO	1.365	154	43,4%	4,89%
3º SARGENTO	950	107	30,2%	3,4%
2º SARGENTO	518	58	16,3%	1,84%
1º SARGENTO	181	21	5,9%	0,66%
SUBTENENTE	132	15	4,2%	0,47%
TOTAL	3.146	355	100%	11,26%

\* Para calcular a amostra, utilizou-se a fórmula  $[n = N \times n_0 / N + n_0]$ , conforme Fontelles et al (2010). Fonte: Autores, a partir de dados fornecidos pelo Departamento Geral de Pessoal da Polícia Militar do Pará, 2020.



Fonte: Autores, 2020.

Gráfico 1. Necessidades de carga horária, por eixos temáticos, Belém, agosto de 2019

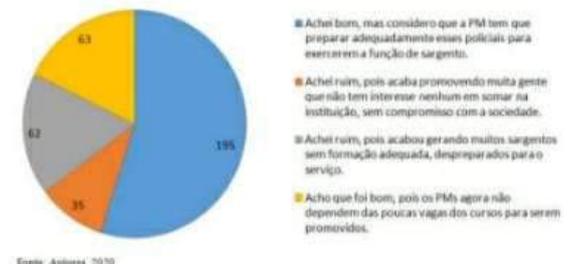


Gráfico 2. Percepção sobre os impactos da mudança ocorrida nos cursos de ensino continuado para a PM e sociedade, em Belém, agosto de 2019

70% dos entrevistados percebem o ensino interno como fator que prepara o policial apenas parcialmente para exercer suas funções. Creem ainda no incremento dos conhecimentos jurídicos para respaldar suas ações.

Houve também uma constatação contrária aos discursos de mudanças institucionais apregoadas pelas corporações militares dos estados e pela sociedade: para maior parte dos entrevistados, a oferta de disciplinas de conteúdos humanísticos e reflexivos poderia ter sua carga diminuída, denotando a ideia de ação com pouca reflexão, tão maciçamente combatida nos dias atuais. Reforçando essa ideia, Santos Júnior e Martins (2011), afirmam: a predominância de um "elevado espírito de emulação" durante os cursos, onde a memorização e repetição de atividades se sobressaem, em detrimento do estímulo pela criticidade é um dos fatores dificultadores do bom desempenho do policial recém-formado. Dentre as 15 questões objetivas, a sexta pergunta do questionário permitiu certa subjetividade aos respondentes, posto ter, entre suas opções, a alternativa "outra resposta", a qual permitiu que os mesmos expressassem, com suas palavras, seus pontos de vista. Apenas cinco sujeitos utilizaram essa opção. Eis algumas respostas: "a realidade é muito diferente do que aprendemos (...) só aprendemos o básico mesmo porque onde verdadeiramente aprendemos é na rua onde no dia a dia passamos por situações diferentes e que resolver a qualquer custo, caso o contrário podemos passar por problemas administrativos e de justiça principalmente (sic)". Sujeito 01; "até e satisfatório, mais deveria ser mas voltado a nossa realidade: pois foge muito do serviço de rua! (sic)". Sujeito 02.

Os entrevistados responderam sobre as temáticas que poderiam ter carga horária reduzida ou aumentada, cujos resultados estão no Gráfico 1. A percepção sobre a mudança ocorrida nos cursos de ensino continuado na corporação paraense, os quais passaram a admitir modalidades de ensino à distância, com redução da carga horária total estão expressas no Gráfico 2. No tocante à relação entre teoria estudada e a prática cotidiana, 17 entrevistados (4,8%) avaliaram existir uma discrepância absoluta entre as duas variáveis, entendendo os conhecimentos teóricos como elementos fantasiosos, completamente aquém da realidade do serviço policial, ao passo que a maior parte da amostra (338 sujeitos, 95,2%) acredita que os conhecimentos vistos nos cursos são utilizáveis no dia-a-dia, embora acreditem que alguns conhecimentos jurídicos devam ser incrementados, a fim de respaldar as ações dos agentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino policial militar evoluiu ao longo das últimas três décadas, desde a Constituição Federal de 1988, entretanto, em alguns pontos, ainda se mostra defasada, com teorias nem sempre ligadas às atividades efetivamente realizadas no dia-a-dia. A instituição paraense foi minimamente acolhida nesta pesquisa e, por mais que a amostra utilizada represente aproximadamente 2,4% do total, ela é significativa dentro do contexto da capital do Estado do Pará, onde representa por volta de 11% de seu efetivo, nas graduações desejadas. As opiniões e percepções desses sujeitos podem influenciar mudanças na política educacional da corporação, a fim de se acolher novas modalidades, como o ensino à distância, mas devem servir, principalmente, para realmente preparar policiais cidadãos, convictos de seu papel constitucional e cientes de seus deveres e direitos.

## REFERÊNCIAS

Bayley, D. Padrões de Policiamento. Série Policia e Sociedade; n. 1. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Baylis, M., Matczak, A. Tracking the evolution of police training and education in Poland: linear developments and exciting prospects. *Police Practice and Research*, DOI: 10.1080/15614263.2019.1598072.

Belur, J., Agnew-Pauley, W., Mcginley, B., Tompson, L. A Systematic Review of Police Recruit Training Programmes. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, Volume 14, Issue 1, March 2020, Pages 76-90, <https://doi.org/10.1093/polic/pz022>.

Bitner, Egon. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: Edusp, 2003.

Brasil. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm). Acesso em 02/12/2020.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. 1988.

Brunetta, A. A. Não-formal e informal no ensino policial. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo v. 9, n. 2, 130-140, ago/set 2015.

Cattani, A. D. (Org.) Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

Chappell, A. T., Lanza-Kaduce, L. Police Academy Socialization: Understanding the Lessons Learned in a Paramilitary-Bureaucratic Organization. *Journal of Contemporary Ethnography*, 39(2) 187-214.

Chauí, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática. 2005.

Cordner, G. Rethinking police education in the United States. *Police Practice And Research*. <https://doi.org/10.1080/15614263.2019.1598066>.

Costa, P. R. Estatística. – 3. ed. – Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Curso Técnico em Automação Industrial, 2011.

Costa, L. G.; Lobo, L. R.; Hurtado, R. R.; Almeida, M. A.; BARBOSA, A. E. A Formação dos Soldados da Polícia Militar: compreensões a partir de concepções teóricas. *REBESP*, v. 10, n. 1, 41-52, 2017.

Fekjar, S.B., Petersson, O. Producing legalists or dirty Harrys? Police education and field training. *Policing and Society*. DOI:10.1080/10439463.2018.1467417.

Fontelles, M. J., Simões M. G., Almeida J. C., Fontelles R. G. S. Metodologia da pesquisa: diretrizes para o cálculo do tamanho da amostra. *Rev. Paran Med*. 2010.

Isaieva, I. Police Training in the system of professional training for Federal Police Force in Germany. *Comparative Professional Pedagogy* 8(4)2018. DOI: 10.2478/rpp-2018-0054.

Lamb, C. W., Hair, J. F.; McDaniel, C. Marketing. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Minayo, M. C. S., Souza, E. R., e Constantino, P., coords. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. 328 p. ISBN 978-85-7541-339-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 08/11/2020.

Muniz, J. Ser Policial é Ser Sobre tudo uma Razão de Ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes.

Pará. Lei nº 5.251 de 31 de julho de 1985. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Estado do Pará e dá outras providências. Disponível em <https://www.bombiros.pa.gov.br/Wp-Content/uploads/2020/09/Lei-5251-Estatuto-Da-Pmpa-2017-Ok.Pdf>. Acesso em 12/12/2020.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 126, de 13 de janeiro de 2020 – Altera a Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a Organização Básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA). Publicada no DOE nº 34.089, de 14/01/2020.

Polícia Militar Do Pará/ DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL. Dados do efetivo extraídos do Sistema Integrado de Gestão Policial/SIGPOL. Acesso restrito. Acesso em 09/07/2020.

Reis, J. F. G. Quem é a Polícia? Um foco na Polícia Militar do Pará. 1. ed. Belém: GAPTA, 2019.

Rolim, M. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2009.

Rudnick, D. O Ingresso de Bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008.

Rui-Hsin, K., LIN, C-T. The usage intention of e-learning for police education and Training. *Policing: An International Journal*, Vol. 41 No. 1, 2018, pp. 98-112.

Santos Júnior, A. A.; Martins, C. M. O Cotidiano da Docência no Ensino Superior Policial Militar. *Revista Militar N.º 2513/2514*, 911-935, 2011.

Söderström, T., Lindgren, C. Neely, G. On the relationship between computer simulation training and the development of practical knowing in police education. *The International Journal of Information and Learning Technology*, <https://doi.org/10.1108/IJILT-11-2018-0130>.

Veiga, C. C. P. S.; Souza, J. S. A Produção Científica Sobre Formação dos Policiais Militares no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo v. 12, n. 1, 50-70, fev/mar 2018.

Viana, D. W. Entre a Academia Militar e a rua: um estudo sobre a formação e a prática de policiais militares na perspectiva da educação e da psicologia social comunitária. Dissertação. UFPR, Curitiba – PR, 2018.

Weber, Max. A política como vocação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

## 2.2 ARTIGO 2



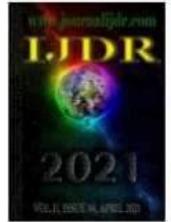
ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 04, pp. 45829-45832, April, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21044.04.2021>

RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## FATORES CONTRIBUTIVOS AO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS POLICIAIS MILITARES DE SANTARÉM, PARÁ, BRASIL

<sup>\*1</sup>Fernando Alberto Souza Lima and <sup>2</sup>Andréa Bittencourt Pires Chaves

<sup>1</sup>Mestre em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

<sup>2</sup>Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará e professora do Programa de pós-graduação em Segurança Pública, pela mesma universidade

## ARTICLE INFO

**Article History:**

Received 11<sup>th</sup> January, 2021  
 Received in revised form  
 20<sup>th</sup> February, 2021  
 Accepted 18<sup>th</sup> March, 2021  
 Published online 13<sup>th</sup> April, 2021

**Key Words:**

Formação policial; Desempenho acadêmico; Polícia militar.

**\*Corresponding author:**

Fernando Alberto Souza Lima

## ABSTRACT

A Polícia Militar do Pará dispõe de cursos de formação inicial e continuada para seus agentes. Entre as praças, categoria que inclui soldados, cabos, sargentos e subtenentes, o curso de formação é a porta de entrada na instituição e, posteriormente, são realizados os cursos de adaptação à graduação de sargentos e de aperfeiçoamento de sargentos. No período de 2014 a 2020, ocorreram 17 (dezessete) formações desses níveis. Em sete delas, o melhor desempenho foi alcançado por um policial lotado no município de Santarém, oeste do Pará. Este artigo buscou por meio de entrevistas estruturadas com esses sete policiais militares, analisar quais os fatores contribuíram ao desempenho do militar santarenense, frente às demais tropas da instituição. Os resultados demonstraram que a busca por formação acadêmica externa, empenho, dedicação, qualidade do ensino e da equipe técnica são fatores que contribuem decisivamente para esses resultados.

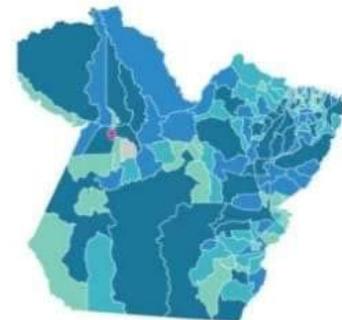
Copyright © 2021, Fernando Alberto Souza Lima and Andréa Bittencourt Pires Chaves. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Fernando Alberto Souza Lima and Andréa Bittencourt Pires Chaves, 2021. "Fatores contributivos ao desempenho acadêmico dos policiais militares de santarém, Pará, Brasil", *International Journal of Development Research*, 11, (04), 45829-45832.

## INTRODUCTION

A cidade de Santarém, no oeste do Pará, Brasil (Figura 1), é considerada a terceira maior cidade do Estado, tendo uma população de aproximadamente 294.580 habitantes, segundo o último censo (IBGE, 2010). Destaca-se como metrópole regional, ao ponto de ter sido indicada para ser a capital e sede da administração do pretendido Estado do Tapajós, o qual surgiria a partir do desmembramento do Estado do Pará, sendo esta divisão não efetivada devido ao resultado negativo do plebiscito popular ocorrido em 11 de dezembro de 2011 (KZAM *et al.*, 2018). Desde a década de 1970, Santarém contou com apenas um quartel da Polícia Militar, responsável pela segurança pública de toda cidade e regiões circunvizinhas (MUSEU DIGITAL DA PMPA, 2015). Inicialmente, essa unidade militar era denominada 1ª Companhia Independente de Polícia Militar (PARÁ, 1970). Entretanto, a partir da década de 1980, houve necessidade de expansão do efetivo e das atribuições, devido ao aumento da área de jurisdição e crescimento demográfico da região. Desta forma, foi criado, por meio da Portaria nº 001/80-AJG, de 02 de abril de 1980, o 3º Batalhão de Polícia Militar – 3º BPM (PMPA, 1980). Durante muito tempo, o 3º BPM foi responsável pelo policiamento dos municípios vizinhos, como Belterra e Mojuí dos Campos. Por essa razão, teve o maior efetivo dentre as unidades da PMPA, com aproximadamente 500 policiais em seu quadro, no ano de 2017 (comunicação oral, 2021). Tal panorama só foi mudado com a criação, por força de lei, de duas novas unidades, a partir de 2017 (PARÁ, 2014): o 35º BPM e a 2ª Companhia Independente de

Missões Especiais (2ª CIME). No ano seguinte, surgiu a 1ª Companhia Independente de Polícia Ambiental (1ª CIPAMB). Essas unidades dividiram espaço geográfico e de atuação, como também efetivo humano, materiais e veículos. No tocante à formação, a tropa do município é tida como uma das melhores da instituição, com seus policiais nas primeiras filas da classificação dos cursos de formação ou aperfeiçoamento da Polícia Militar do Pará (PMPA, 2015a; PMPA, 2015b; PMPA, 2016a; PMPA, 2016b; PMPA, 2017; PMPA, 2018; PMPA, 2019; PMPA, 2020).



Fonte: IBGE, 2021.

Figura 1. Localização de Santarém no mapa do Pará, janeiro de 2021

A Tabela 1 demonstra o desempenho dos alunos policiais militares santarenses no período de 2014 a 2020, destacando as suas melhores colocações e o quantitativo total de alunos concluintes dos cursos. Analisando os dados contidos na supracitada tabela, é possível imediatamente aferir que, dos 17 cursos de formação e aperfeiçoamento realizados pela instituição, no período estudado, sete posições de primeiro lugar são oriundas de alunos santarenses. O objetivo deste trabalho é analisar quais fatores estão relacionados a esse desempenho, identificando as maneiras de expandir essa fórmula para o restante da tropa paraense, alcançando, assim, excelência no aprendizado e melhorando o serviço à população, por meio de profissionais adequadamente instruídos. Justifica-se pela constatação do desempenho dos alunos santarenses e a necessidade de compreender quais são as (os) ferramentas/ métodos/ fatores que contribuem para essa performance, a fim de disseminá-los no restante da tropa no Pará.

## METODOLOGIA

A metodologia incluiu busca e seleção de artigos científicos relacionados ao tema, os quais são considerados por Vergara (2005) como um estudo sistematizado, desenvolvido por levantamento bibliográfico, apresentando-se como o ponto inicial de qualquer estudo científico. Após a seleção, houve levantamento de dados dos cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Pará, entrevistas com os primeiros colocados e análise de discurso, a qual, segundo Silva e Fossá (2013) seria uma técnica que analisa tudo que se disse nas entrevistas ou apenas observado pelo pesquisador. Dessa forma, pode-se compreender o que está "por trás dos discursos" (SILVA e FOSSÁ, 2013, p. 2). A pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo, partindo da leitura da bibliografia e do levantamento das

informações sobre os cursos de formação e aperfeiçoamento das praças da Polícia Militar do Pará. Posteriormente à coleta, os dados foram tabulados. De posse destas informações, foram realizadas entrevistas com sete questões estruturadas, tendo como público-alvo os sete militares que alcançaram a primeira colocação nos cursos do período estudado. Por conta de restrições relacionadas a pandemia de COVID-19, as entrevistas ocorreram no mês de janeiro de 2021, por meio eletrônico. Esses diálogos foram gravados em áudio e tiveram seus discursos analisados, freqüenciados, para enfim, construir-se uma nuvem de palavras (Figura 2), a qual consiste, segundo Vasconcellos-Silva e Sawada (2018) em "imagens usualmente apresentadas como ilustração à leitura superficial do senso comum" (VASCONCELLOS-SILVA e SAWADA, 2018, p. 5). Após a coleta, os dados foram tabulados por meio do programa Microsoft® Excel 2010, para a construção da tabela. O sítio *wordclouds* ([www.wordclouds.com](http://www.wordclouds.com)) foi utilizado para confecção da nuvem de palavras.

## RESULTADOS

A média de idade dos entrevistados é 44 anos. O Entrevistado 3 é o único a possuir ensino médio completo; os demais respondentes, nível superior, sendo o Entrevistado 6 pós-graduado. O Entrevistado 7 está concluindo sua terceira graduação. O tempo de serviço na Polícia Militar está no intervalo entre 03 e 27 anos. As opiniões sobre o ensino na PM são unânimes e reiteram uma formação de excelência, chegando a ser explicitado na fala do Entrevistado 7 se tratar de um "dos melhores ensinamentos do norte e nordeste do país" (Entrevistado 7, 38 anos 2021). O Entrevistado 2 garantiu que o ensino ofertado está em consonância com os valores democráticos e com a evolução da sociedade.

**Tabela 1. Cursos, quantidade de alunos e polos de formação, e melhor classificação alcançada por alunos santarenses nos cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Pará, 2014-2020**

CURSO/ANO	QUANTIDADE TOTAL DE ALUNOS	QUANTIDADE DE PÓLOS DO CURSO	MELHOR CLASSIFICAÇÃO DE ALUNO SANTARENO
CFSD/2014	1883	16	12º COLOCADO
CFP/2018	1948	16	1º COLOCADO
CFP/2019	520	04 *	2º COLOCADO
CFC/2014	295	03	1º COLOCADO
CFS/2014	609	03	1º COLOCADO
CGS/2019 – 1ª TURMA	597	05 ***	12º COLOCADO
CGS/2019 – 2ª TURMA	362	05 ***	16º COLOCADO
CGS/2019 – 3ª TURMA	438	04 ***	61º COLOCADO
CGS/2020 – 1ª TURMA	603	06 ***	59º COLOCADO
CGS/2020 – 2ª TURMA	149	09 ***	2º COLOCADO
CAS/2015	162	02	1º COLOCADO
CAS/2016 – 1ª TURMA	56	01 **	-
CAS/2016 – 2ª TURMA	201	02	1º COLOCADO
CAS/2017	196	03 **	-
CAS/2019 – 1ª TURMA	380	06 ***	2º COLOCADO
CAS/2019 – 2ª TURMA	438	01 ****	1º COLOCADO
CAS/2020	215	13***	1º COLOCADO

\* Por decisões políticas não houve polo em Santarém, entretanto, alunos daquela localidade viajaram a Belém para realizar o curso de formação.

\*\* Não houve nenhum aluno santareno.

\*\*\* Cursos que admitiram modalidade de ensino a distância.

Fonte: Autores, 2021.

**Tabela 2. Número de cursos, matrículas, ingressantes e concluintes na Educação Superior, Brasil, 2009-2019**

Ano	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
2009	28.671	5.954.021	2.065.082	959.197
2010	29.507	6.379.299	2.182.229	973.839
2011	30.420	6.739.689	2.346.695	1.016.713
2012	31.866	7.037.688	2.747.089	1.050.413
2013	32.049	7.305.977	2.742.950	991.010
2014	32.878	7.828.013	3.110.848	1.027.092
2015	33.501	8.027.297	2.920.222	1.150.067
2016	34.366	8.048.701	2.985.644	1.169.449
2017	35.380	8.286.663	3.226.249	1.199.769
2018	37.962	8.450.755	3.445.935	1.264.288
2019	40.427	8.603.824	3.633.320	1.250.076

Fonte: MEC/ INEP (2020), adaptado pelos autores.

Os principais problemas na formação, apontados por quatro entrevistados, dizem respeito à falta de infraestrutura e logística dos cursos, tendo em vista o vasto contingente de alunos. Dois entrevistados garantiram se ressentir de uma maior carga horária de disciplinas práticas, enquanto um alegou que deveria haver transversalização dos temas, não se voltando os cursos apenas para conhecimentos jurídicos e técnicos da atividade policial.



Fonte: Autores, 2021.

Figura 2. Nuvem de palavras retiradas das entrevistas, Santarém, PA, janeiro de 2021



Fonte: SIAC, 2021.

Figura 3. Evolução na quantidade de roubos, município de Santarém, PA, 2019-2020

A falta de material didático foi apontada como fator dificultador do aprendizado por três sujeitos. Todos os entrevistados garantiram segurança e preparo no exercício de suas funções, após o término do curso, entretanto, três relataram que ainda há muito a se aprender, tanto a nível de teoria, quanto de prática, seja na atividade-fim (policiamento ostensivo), seja na atividade-meio (administração, gestão, planejamento, etc.). Expressões como "ensino satisfatório" (sempre), "dedicação" (muito frequente), "equipe técnica e pedagógica disciplinada" (muito frequente), "empenho" (muito frequente), "esforço" (frequente) e "formação acadêmica fora da PM" (pouco frequente) foram lembradas pelos entrevistados como sendo fatores explicativos das excelentes colocações dos alunos santarenses nos cursos de formação e aperfeiçoamento. O Entrevistado 3 afirmou que a tranquilidade da cidade e o apoio familiar são os segredos para o êxito. Todos afirmaram não ter havido nenhum tipo de facilitação ou "afrouxamento" das relações hierárquicas e ressaltaram o profissionalismo e cobrança das equipes técnica e docente. Dois entrevistados afirmaram que a não-dedicação exclusiva dos instrutores ao curso acabou gerando problemas logísticos, pois as demandas do serviço operacional não paravam durante a realização das aulas e este fato, por vezes, acabavam retirando o instrutor do interior da sala de aula, a fim de resolver as demandas administrativas

ou operacionais externas. O Entrevistado 6 afirmou que a política atual de formação da corporação, a qual permite a modalidade de ensino à distância, foi uma evolução necessária e um grande acerto da instituição, pois possibilitou maior alcance das informações e descentralização das atividades educativas, antes restritas às cidades-polo. Este mesmo sujeito ressaltou, porém, a baixa qualidade dos serviços de internet na região oeste do Pará, bem como a falta de estrutura e logística, para o completo sucesso dessa empreitada. Cinco entrevistados passaram a maior parte de sua carreira trabalhando no município de Santarém e região oeste. O valor mediano é 07 (sete) anos. Dois entrevistados nunca trabalharam no município, tendo apenas ido à cidade a fim de frequentar as aulas presenciais dos cursos de formação continuada, tendo em vista que lá funciona um dos maiores polos de ensino da região. A pesquisa também mostrou que, no CAS/2020, seis alunos dentre os dez primeiros colocados foram de Santarém. No CFC/2014, entre os 20 primeiros classificados, 19 eram da cidade. No CFP/2018, 13 entre os 20 primeiros colocados foram do município. Todos os entrevistados ressaltaram, porém, não haver nenhum tipo de facilitação por parte da equipe técnica dos cursos, afirmando existir isenção dos mesmos e, em alguns casos, até excesso de cobranças.

## DISCUSSÃO

Quaresma (2015) aponta o esforço na busca por excelência como algo que envolve trabalho duro e continuado sobre si mesmo. Nesse sentido, seu pensamento remete a ideia da excelência definida por Perrenoud (1995): as formas de excelência e normas que a regem varia de acordo com os sistemas educativos. Para Balsanelli e Jericó (2015), essa busca é condição essencial nos dias atuais. As entrevistas apontaram que a constante busca por saberes acadêmicos "extramuros" dos quartéis, para se usar uma expressão de Castro (2009), é fator decisivo para a capacitação da tropa. Entre os entrevistados, há bacharéis em Direito, Gestão Pública, Pedagogia, Economia, um pós-graduado em História e outro com três graduações, sendo elas em Ciências da Terra, Geologia e Pedagogia. Saberes distintos da atividade policial militar, mas que denotam a amplitude do conhecimento desse efetivo. Os dados da SIAC – Secretaria de Inteligência e Análise Criminal do Pará (Figura 3) demonstram a redução nos números de roubos experimentados pelo município de Santarém nos anos 2019-2020. Diante disso, pode-se constatar a fala do Entrevistado 3: "Como é um município 'tranquilo', há uma possibilidade de dedicação maior ao estudo". Soma-se a isso o brio, o orgulho e a satisfação em poder concluir um curso de formação continuada em uma classificação melhor que os policiais da capital, conforme ressaltou o Entrevistado 6. O Edital nº 01-CFP/PMPA/SEPLAD (PARÁ, 2020) do concurso para formação de praças da PMPA, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, no dia 13 de novembro de 2020 fez uma previsão de 2.310 vagas a serem preenchidas no cargo de soldado. Após a aprovação, os candidatos são divididos em polos. Não há informação, no edital, da quantidade de vagas destinadas ao polo Santarém. Entretanto, por se tratar de município sede do comando regional, há grande possibilidade dele ser escolhido como centro de formação, e receber em torno de 150 alunos. O Entrevistado 6 garantiu que "poucos alunos podem gerar uma maior e melhor formação ao agente público".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os editais dos concursos públicos para admissão aos cargos da instituição fazem previsão para o ensino médio completo, entre as praças, e bacharelado em Direito, para oficiais. O que se nota, na prática, é que o nível acadêmico da tropa não condiz com esse perfil, tendo muitas praças graduações, especializações, mestrados e até doutorados (pesquisa empírica, 2021). Essas afirmações carecem de investigação, posto que nem a própria instituição tem esse controle. Os dados do Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) demonstram uma tendência nacional na evolução acadêmica

da população, no período de 2009 a 2019 (Tabela 2, MEC/INEP, 2020). Os policiais militares, como cidadãos, facilmente se enquadram nas estatísticas nacionais. Contudo, o fato é que o desempenho da tropa santarena é louvável, sempre figurando entre os melhores desempenhos de toda Polícia Militar do Pará. Suas estratégias de estudo, as quais incluem grupos de discussão, reuniões e aulas particulares, denotam o alto grau de comprometimento desses militares. Além disso, as baixas quantidades de ocorrências policiais e índice de criminalidade tomam o ambiente favorável ao estudo, uma vez que geram tranquilidade aos policiais, garantindo estabilidade psicológica. Alguém que trabalhe fora desse município pode acreditar que tal desempenho esteja vinculado ao afrouxamento das rígidas regras militares, favorecendo os policiais locais. Entretanto, ressalte-se que o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos 2019 foi inteiramente executado na forma presencial, no município de Belém, mas seu primeiro colocado, entre os 438 alunos, foi um militar de Santarém.

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. Imprensa Oficial do Estado. Diário Oficial do Estado do Pará. Edição nº 34.405, de 13 de novembro de 2020.
- \_\_\_\_\_. Aditamento ao Boletim Geral nº 122, de 9 de julho de 2018.
- \_\_\_\_\_. Aditamento ao Boletim Geral nº 176, de 23 de setembro de 2020.
- \_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 22, de 02 de fevereiro de 2015b.
- \_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 224, de 01 de dezembro de 2016a.
- \_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 232, de 13 de dezembro de 2019.
- \_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 28, de 12 de fevereiro de 2016b.
- \_\_\_\_\_. Boletim Geral nº 5, de 06 de janeiro de 2017.
- BALSANELLI, A. P., JERICÓ, M. C. Os reflexos da gestão pela qualidade total em instituições hospitalares brasileiras. *Acta Paul Enferm.*, 2005.
- CASTRO, C. Em campo com os militares. In.: CASTRO, C., LEIRNER, P. *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2021.
- KZAM, A. L., LOPES, M. L. B., CORREA, R. S. S. Fragmentação territorial: análise do plebiscito de divisão do Estado do Pará. *Bol. geogr., Maringá*, v. 36, n. 1, p. 1-16, 2018.
- MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da educação superior 2019: principais resultados. Brasília, DF, 2020.
- MUSEU DIGITAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. Disponível em <http://museudigitaldapmpa.blogspot.com/search?q=3%C2%BA+bpm>. Acesso em janeiro de 2021.
- PARÁ, Decreto nº 7.125 de 14 de julho de 1970. Cria a Companhia Independente de Polícia Militar, sediada no município de Santarém. Belém, PA, 1970.
- PERRENOUD, P. *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora, 1995.
- PMPA – Polícia Militar do Pará. Aditamento ao Boletim Geral nº 129, de 20 de julho de 2015a.
- QUARESMA, M. L. Entre a entrega e a renúncia: excelência acadêmica em escolas públicas chilenas de alta performance. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1487-1501, dez., 2015.
- SILVA, A. H., FOSSÁ, M. I. T. *Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos*. Comunicação apresentada no IV Encontro de ensino e pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ, 2013. Brasília, DF, 2013.
- VASCONCELLOS-SILVA, P. R., SAWADA, A. Análise de conteúdo de nuvens de palavras produzidas na comunidade virtual "hepatite c". Comunicação apresentada no V Seminário Internacional de pesquisas e estudos qualitativos. Foz do Iguaçu, PR, 2018.
- VERGARA, S. C. *Método de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

\*\*\*\*\*

## CAPÍTULO 3 – PRODUTO E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

### 3.1. Produto

O produto desta dissertação relaciona-se diretamente com umas das categorias de formação continuada das praças, a saber, as capacitações profissionais. Diferente do CFP, CGS ou CAS, a Capacitação e Atualização Profissional (CAP) envolve a atualização de conhecimentos dos policiais militares que foram afastados da instituição por motivos diversos como exclusão, licenciamento, reforma, entre outros.

Surgida com intuito de ofertar uma capacitação permanente ao efetivo de praças, atualizando-os quanto às “novas técnicas e procedimentos práticos em uso pela Corporação, proporcionando conhecimentos, habilidades e atitudes através dos quais se buscam o aumento da eficiência operacional e, por conseguinte, a produtividade na execução da atividade-fim” (PMPA, 2020c) da corporação paraense, a CAP teve sua regulamentação publicada em fevereiro de 2020, por meio da Nota de Instrução nº 001/2020 – DGEC.

O propósito desta capacitação é

Estabelecer atualização de conhecimentos teóricos da atividade-fim, bem como oportunizar práticas de tiro e abordagem policial, preparando o agente policial para enfrentar situações de risco quando empregado em atividade de polícia ostensiva, além de contribuir significativamente para a sua própria segurança (PMPA, 2020c).

Com previsão de execução em 42 horas-aula semanais, de segunda a sexta-feira, com turmas contendo 25 alunos, entre cabos, soldados, sargentos e subtenentes, essa capacitação foi um avanço na formação continuada, pois permitiu aos militares renovarem seus conhecimentos jurídicos e técnicos, com disciplinas como direitos humanos, armamento e tiro policial, relações interpessoais e comportamento de autoproteção.

A maior problemática dessa formação está na sua formatação: não há distinção entre os círculos e suas atividades, ficando todos os policiais, do soldado ao subtenente, condicionados a mesma matriz curricular. A legislação castrense estabelece que a categoria das praças é dividida em dois círculos (PARÁ, 1985): no primeiro figuram cabos e soldados, essencialmente elementos de execução das atividades; a segunda divisão pertence aos subtenentes e sargentos, os quais têm a missão de auxiliar e complementar as “atividades dos Oficiais, quer no adestramento e emprego de meios, quer na instrução e na administração”

(PARÁ, 1985). A lei ainda prevê que estes poderão ser empregados na atividade de policiamento ostensivo fardado.

Segundo a descrição das carreiras, no sítio eletrônico da Polícia Militar do Pará, cabos e soldados executam as

Atividades policiais militares no policiamento ostensivo geral, podendo ser empregado à pé, bicicletas, em viaturas, motocicletas, embarcações e aeronaves. O cabo e soldado ao atuarem na segurança pública exercem o poder de polícia, podendo orientar, advertir e realizar a detenção de pessoas que comprometam a ordem pública. Ao ingressarem no segundo momento da carreira, ou seja, como 3º sargento, as atribuições funcionais mudam, pois passam a auxiliar ou complementar as atividades dos oficiais no adestramento e emprego de meios, na instrução, na administração e na operacionalidade. No exercício das atividades inerentes aos subtenentes e sargentos, as Praças mencionadas neste artigo e no comando de elementos subordinados, os subtenentes e sargentos deverão impor-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade profissional e técnica, incumbindo-lhes assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras do serviço e das normas operativas pelas praças que lhes estiverem diretamente subordinadas e a manutenção da coesão e da moral das mesmas praças em todas as circunstâncias (PMPA, 2021).

Como são atribuições diferentes, cabos e soldados devem ser preparados, prioritariamente, para a atividade-fim, ou seja, o policiamento de rua, ostensivo, fardado e de pronto-emprego. Eles estão na linha de frente, são a primeira porta do sistema de segurança pública, o contato primário da corporação com o público externo. Sua preparação deve envolver desde relacionamento com a população até uso das técnicas de imobilização, perpassando por condicionamento físico, uso da arma de fogo e outros instrumentos de menor potencial ofensivo e limites da legislação e atuação policial militar.

Já os subtenentes e sargentos, além da atividade-fim, têm necessidade de se aprofundar em conhecimentos administrativos e jurídicos, pois podem atuar como escrivães em inquéritos policiais, serem presidentes de processos administrativos disciplinares ou sindicâncias. Eles também funcionam como o elo de ligação entre os oficiais e o restante da tropa, agindo como auxiliares diretos, podendo comandar viaturas, patrulhas ou pelotões. Auxiliam na atividade-meio, no planejamento de atividades, setor administrativo e até mesmo nas instruções (aulas). Sua formação deve ser polivalente e constante.

Diante disso, os dois produtos técnicos são: *Matriz Curricular para o Curso de Atualização Profissional de Subtenentes e Sargentos (CAP/SS)* e *Matriz Curricular para os Cursos de Atualização Profissional de Cabos e Soldados (CAP/CS)*. Ambas as matrizes estão em consonância com as diretrizes da SENASP, bem como com a legislação castrense vigente.

As matrizes segmentam os policiais, deixando para cada círculo suas próprias atribuições, de acordo com a lei. Além disso, permitem a utilização de ferramentas de ensino

à distância para otimizar as disciplinas teóricas, garantindo acesso a uma gama de informações sem necessariamente necessitar da presença física do policial em sala de aula.

Para a construção deste produto, foram seguidos os seguintes passos: (i) levantamento documental; (ii) análise da matriz curricular atual; (iii) entrevistas com três (03) policiais, sendo um oficial e dois praças, pertencentes à Subseção de capacitação, instrução, especialização e pós-graduação do Departamento Geral de Ensino e Cultura da PMPA; e (v) construção das matrizes (Quadros 1 e 2).

**Quadro 1** – Matriz Curricular para o Curso de Atualização Profissional de Subtenentes e Sargentos (CAP/SS)

ÁREAS TEMÁTICAS	ORDEM	DISCIPLINAS	CH
Conhecimentos Jurídicos	1	Dir. Humanos*	10
	2	Dir. Penal Aplicado*	10
	3	Legislação Especial*	10
	4	Dir. Penal Militar*	10
	5	Processos Administrativos*	10
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	6	Seminário de Comportamento de Autoproteção	6
	7	Relações Interpessoais	2
Funções, téc. e Procedimentos em seg. púb.	8	Técnicas e Táticas Policiais Militares	6
	9	Uso Seletivo da Força	4
	10	Armamento e Tiro Policial	8
	11	Planejamento estratégico*	5
	12	Noções de gestão de projetos e captação de recursos*	5
	13	Redação documental e técnica da PMPA	6
	14	Primeira Intervenção em Crises	4
<b>Carga Horária Ead</b>			<b>60 h/a</b>
<b>Carga Horária presencial (segunda a sexta feira)</b>			<b>36h/a</b>
<b>Carga Horária Total</b>			<b>96h/a</b>

**Fonte:** Autor, 2021.

**NOTA:** \* Disciplinas que podem ser ofertadas na modalidade EaD.

**Quadro 2** – Matriz Curricular para os Cursos de Atualização Profissional de Cabos e Soldados (CAP/CS)

ÁREAS TEMÁTICAS	ORDEM	DISCIPLINAS	CH
Conhecimentos Jurídicos	1	Direitos Humanos*	2
	2	Direito Penal Aplicado*	5
	3	Legislação Especial*	5
	4	Processos Administrativos*	3

**Quadro 2** – Matriz Curricular para os Cursos de Atualização Profissional de Cabos e Soldados (CAP/CS) – continuação.

ÁREAS TEMÁTICAS	ORDEM	DISCIPLINAS	CH
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	5	Seminário de Comportamento de Autoproteção	5
	6	Treinamento Físico Militar	6
	7	Relações Interpessoais	2
Funções, téc. e Procedimentos em seg. púb.	8	Técnicas e Táticas Policiais Militares	7
	9	Uso Seletivo da Força	4
	10	Armamento e Tiro Policial	8
	11	Primeira Intervenção em Crises	4
<b>Carga Horária Ead</b>			<b>15 h/a</b>
<b>Carga Horária presencial (segunda a sexta feira)</b>			<b>36 h/a</b>
<b>Total da Carga Horária</b>			<b>51 h/a</b>

**Fonte:** Autor, 2021.

**NOTA:** \* Disciplinas que podem ser ofertadas na modalidade EaD.

### 3.2. Proposta de Intervenção

**a) Título da proposta:** Aplicar a Matriz Curricular aos cursos de atualização profissional de cabos e soldados, bem como de subtenentes e sargentos, a fim de melhor executar a formação destes segmentos profissionais.

**b) Objetivo:** dinamizar o processo de capacitação técnica na PMPA, estabelecendo atribuições e responsabilidades, de acordo com cada graduação das praças.

**c) Quem pode executar a proposta:** o Departamento Geral de Ensino e Cultura da PMPA, por meio da Subseção de Capacitação, Instrução, Especialização e Pós-Graduação.

**d) Resultados esperados:** formação mais eficaz, voltada para as atribuições de cada círculo hierárquico; melhor capacitação técnica dos agentes.

## **CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

### **4.1. Considerações finais**

O presente trabalho buscou verificar como a formação continuada na Polícia Militar do Pará é executada e se ela consegue gerar nos militares as habilidades, competências e atitudes esperadas.

Foram analisadas as percepções e opiniões de militares de Belém e Santarém. As escolhas não foram aleatórias e garantiram, por si só, representatividade. As maiores tropas da Polícia Militar estão nestes municípios: Belém tem 82 unidades policiais, sendo diretorias, batalhões, companhias independentes e outras, e por ser capital, concentra grande parte das forças militares. Santarém tem um efetivo de aproximadamente 880 militares, divididos em sete unidades. Consta nos registros da corporação que 466 praças policiais militares do município possuem ensino superior completo ou estão cursando graduação, fora as desatualizações do sistema (PMPA/SIGPOL, 2021).

Como a pesquisa não envolveu militares de todo Estado do Pará, as opiniões colhidas refletem apenas a opinião dessa população – Praças (Belém e Santarém). Ressalte-se que o ensino na instituição é gerenciado pelos oficiais, a quem cabe a gestão e planejamento das políticas institucionais. Ouvir sua opinião também seria importante, aos que se aventurarem nessa seara.

Os resultados acompanham uma tendência nacional: policiais da capital acreditam que a formação jurídica é fundamental, e por isso desejam aumentar a carga horária desse eixo temático em suas formações. Na opinião dos militares de Santarém, a formação é bem executada, sendo extremamente rígida em alguns momentos. Enquanto o primeiro grupo mostra-se apenas parcialmente seguro para exercer suas atividades após a formação, o segundo grupo assegura uma segurança plena. Apesar disso, alguns acreditam que os conhecimentos técnicos, como abordagem, uso de algemas, técnicas e táticas policiais, poderiam ser mais explanados. Uma unanimidade entre os pesquisados é a pouca valorização dos conhecimentos humanísticos, denotando que, embora muitos avanços tenham ocorrido nas últimas décadas, a atividade policial militar ainda é vista, pelos próprios agentes, como ação e não prevenção.

A pesquisa também mostrou que o “currículo oculto” existe na formação de praças do Pará, tornando os cursos “fantasiosos” e fora da realidade a ser encontrada nas ruas, na

opinião de alguns. Embora a própria SENASP acredite que estas práticas devem ser combatidas, denotando “saberes não desejados no cotidiano escolar”, bem como ações conflitantes com os direitos humanos e a dignidade dos alunos em formação, esse currículo tende a permanecer, posto que, nas entrelinhas, é fomentador de um espírito guerreiro, no qual se valoriza o militar operacional, em detrimento dos outros tipos. Há uma canção militar, entoada nos cursos de formação, cujo refrão reforça esse estereótipo: “é no fogo bem mais forte que se forja o aço bom” (GUILARD e COSTA, 2018). Esta premissa reflete um sentimento no qual aqueles que não se submetem a esse espírito guerreiro são fracos e indignos. Consta-se esse ditado na fala de uma das entrevistadas da segunda pesquisa: “a dureza da formação nos fez bons policiais: honestos, preparados...”

Conclui-se desta forma, que a formação policial militar pode (e deve) envolver elementos transformadores da cultura policial, habilitando o militar para o exercício seguro de suas atribuições: uma formação multifacetada, que não leve em consideração apenas o campo do direito, mas, sobretudo, gere no agente a consciência de que ele está a serviço da sociedade. Para se atingir esse objetivo a formação deve ser técnica, abrangente, livre de pressões externas para a conclusão apressada das atividades, cujos elementos pedagógicos sejam respeitados em sua essência.

Deve transpirar o espírito de cidadania esperado da atuação dos agentes junto à sociedade. Deve estar efetivamente em consonância com os Quatro Pilares da Educação propostos pela Unesco (2010), fornecendo subsídios para o policial aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Da mesma forma, deve ser uma formação afim com as dimensões do conhecimento: saber, saber fazer e saber ser.

Quanto às dificuldades encontradas, torna-se relevante ressaltar que o pesquisador é nativo da instituição pesquisada, pertencente à classe dos oficiais da Polícia Militar. Por conta deste fato, sentiu-se a resistência de alguns sujeitos, principalmente quando da aplicação dos questionários de forma presencial: em um primeiro momento, houve alguns pesquisados que acreditavam haver um preenchimento “correto” para a pesquisa, o qual seria algum que tivesse respostas mais apropriadas ao oficialato, de forma a “agradar” o pesquisador e a classe dos oficiais. Temiam que suas respostas pudessem ser identificadas e utilizadas pela corporação para algum tipo de ato punitivo.

Após os esclarecimentos oportunos, de que a coleta de informações tinha fins puramente estatísticos e que nenhum deles seria identificado, eles refizeram a pesquisa, desta vez, expressando sua opinião real, sem medo de represálias. Em um segundo momento, quando do preenchimento virtual dos questionários, alguns sujeitos negaram participação, de

forma imediata. Depois das explicações acerca da importância da participação no processo, estes aceitaram tomar parte.

#### **4.2. Recomendações para trabalhos futuros**

Sugere-se a realização de levantamento profissiográfico aos moldes do feito pela SENASP, para verificar se os policiais militares do Pará se sentem preparados, após a formação, para executar todas aquelas atividades previstas no perfil profissiográfico elaborado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Seria uma forma de examinar onde a formação peca.

Sugere-se também que uma próxima pesquisa examine o perfil dos policiais de todos os polos regionais de ensino do Estado, ocasião em que poderiam ser constatadas (ou não) as disparidades regionais, as quais independem da formação: por exemplo, um dos militares entrevistados em Santarém alegou que a calma da cidade é fator preponderante para o bom desempenho acadêmico, já que ele se sente mais livre e à vontade para estudar.

Uma pesquisa que obtenha a representatividade de todos os comandos regionais se faz importante porque, embora se tenha atualmente uma formação unificada, com material didático único para todos os polos de ensino, a capacitação é feita por pessoas, com formações pessoais e profissionais diferenciadas, bem como técnicas e didáticas de ensino. Assim sendo, a formação nunca será plenamente igualitária, e, portanto, essas variações poderiam ser estudadas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. P.; SANTANA, E. F. A Polícia Militar na segurança pública do estado democrático de direito brasileiro. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, v. 4, n. 1, Salvador, jan/jun-2018.
- ALTET, M.; PAQUAY, L.; PERRENOUD, P. **A Profissionalização dos formadores de professores: realidade emergente ou fantasia?** Porto Alegre: Artmed, 2003.
- ALVES, G. F. S. Educação em Direitos Humanos e formação policial militar: uma análise intercultural entre humanização e militarização. **Espaço do Currículo**, v.8, n.3, p. 417-425, Set/Dez-2015.
- ANASTASIOU, L. G. C. Grade e matriz curricular: conversas em torno de um desafio presente na educação superior. In.: FREITAS, A. L. S. et al. (org.) **Capacitação docente: um movimento que se faz compromisso**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2010.
- AZEVEDO, E. F. A Polícia e suas Polícias: Clientela, Hierarquia, Soldado e Bandido. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37 n°3, p. 553-564, Jul/Set. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASÍLIO, M. P. O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível? **Gestão e Sociedade**, Vol.2(3), 1-28, 2009.
- BAYLEY, D. **Padrões de Policiamento**. Série Polícia e Sociedade; n. 1. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- BAYLIS, M., MATCZAK, A. Tracking the evolution of police training and education in Poland: linear developments and exciting prospects. **Police Practice and Research**, 2019.
- BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.
- BRABO, I. F. F.; CORRÊA, R. S. S. A Produção Científica Sobre Formação dos Policiais Militares no Brasil. **REBESP**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 20-29, 2016.
- BRANNICK, M. T.; LEVINE, E. L.; MORGESON, F. P. Job and Work Analysis: Methods, Research and Applications for Human Resource Management. **Thousand Oaks**, CA: Sage Publication, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Congresso Nacional. Brasília, DF, 1967.
- BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências**. Câmara dos deputados, Brasília, DF, 1980.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Congresso Nacional. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Congresso Nacional, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília. 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em julho de 2020.

BRUNETTA, A. A. Não-formal e informal no ensino policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 9, n. 2, 130-140, ago/set 2015a.

BRUNETTA, A. A. Apreciação da formação policial sob o modelo foucaultiano. **OP SIS: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais**, Vol.15(2), pp.493-515, 2015b.

CAMPOS, M. S. **Métodos Estocásticos da Engenharia II**. Disponível em [http://professor.ufop.br/sites/default/files/magno/files/capitulo\\_1\\_-\\_principios\\_de\\_amostragem\\_2.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/magno/files/capitulo_1_-_principios_de_amostragem_2.pdf). Acesso em janeiro de 2021. Ouro Preto, MG, 2019.

CARNEIRO, L. A., LEAL JÚNIOR, W. B., BÓ, F. M., BARBOSA, G. V. Qualificação do policial militar tocantinense frente a educação mediada por tecnologias. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.12 – 2019.

CASTRO, C. Em campo com os militares. In.: CASTRO, C., LEIRNER, P. **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

CASTRO, L. A. **Criminologia da Libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CERQUEIRA, H. de G. **A disciplina militar em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da polícia militar do Estado de São Paulo**. 2006. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

CONCEIÇÃO, C. M. C.; BERTONCELI, M. Formação continuada de professoras de educação infantil: reflexões e apontamentos sobre uma proposta formativa de extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 17 n. 2, p. 61-87, jul./dez. 2018.

CORDEIRO, B. M. P. **Estado da arte: estudo sobre as ideias de estudiosos, instituições nacionais e internacionais, bem como organismos governamentais e não governamentais, sobre a elaboração de uma agenda de temas e ações de treinamento “comuns” para diminuir as cifras de violência e de criminalidade na América Latina**. PNUD: (Projeto 04/29: relatório técnico). Brasília, 2008.

COSTA, N. R. Modelo operacional, violência policial e democracia. In: SANTOS, J.V.T.; TEIXEIRA, N. A.; RUSSO, M., (orgs). **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais** [online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

COSTA, P. R. **Estatística**. – 3. ed. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Curso Técnico em Automação Industrial, 2011.

COSTA, L. G.; LOBO, L. R.; HURTADO, R. R.; ALMEIDA, M. A.; BARBOSA, A. E. A Formação dos Soldados da Polícia Militar: compreensões a partir de concepções teóricas. **REBESP**, v. 10, n. 1, 41-52, 2017.

COTTA, F. A. A emergência do “militar de novo tipo”: um estudo antropológico na Polícia de Minas Gerais. In.: RODRIGUES, F. S.; ARIAS NETO, J. M. (orgs.) **História Militar: entre o debate local e o nacional** (série Estudos Reunidos, v. 51). Jundiaí, Paco Editorial, 2018.

CRUZ, L. A.; BRASIL, M. G. M. Limites da formação profissional policial militar: o caso Ronda do Quarteirão. **OP SIS: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais**, Vol.12(2), 326- 344, 2012.

DI NOTA, P. M.; HUHTA, J.-M. Complex Motor Learning and Police Training: Applied, Cognitive, and Clinical Perspectives. **Frontiers in Psychology**, v. 10, 2019.

DIÓGENES, J. L. S. **Ethos policial militar: entre a estrutura da PM e a ação de seus agentes**. Dissertação. Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-CE, 2011.

EBOLI, M. **Educação Corporativa no Brasil: Mitos e Verdades**. 2. ed. São Paulo: Gente, 2004.

ELIAS, N. Civilización y violencia. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 65, p. 141-152, janeiro-março 1994. Disponível em: [http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS\\_065\\_11.pdf](http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_065_11.pdf). Acesso em janeiro de 2021.

FAIAD, C.; COELHO JUNIOR, F. A.; CAETANO, P. F.; ALBUQUERQUE, A. S. **Análise Profissiográfica e Mapeamento de Competências nas Instituições de Segurança Pública**. *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (2), 388-403, 2012.

FAURE, E. **Learning to be: the world of education today and tomorrow**. UNESCO: Paris, 1972.

FCC; FVC/FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS; FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Formação Continuada de Professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros**. Relatório Final. Junho de 2011.

FLORINDO, M. T. Estado, polícia e sociedade: ensaio sobre a regularidade (e a permanência) das práticas discricionárias de atuação policial. **Estado, Polícia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Intratextos, 2011.

FONTELLES, M. J., SIMÕES M. G., ALMEIDA J. C., FONTELLES R. G. S. Metodologia da pesquisa: diretrizes para o cálculo do tamanho da amostra. **Rev. Paran Med**. 2010.

FRAGA, C. K. **Peculiaridades do trabalho policial militar**. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 5, n. 2, 2006.

FRANÇA, F. G. Segurança pública e a formação policial militar: os direitos humanos como estratégia de controle institucional. **Estud. sociol.**, Araraquara, v.17, n.33, p.447-469, 2012.

FRANÇA, F. G.; GOMES, J. L. F. “Se não aguentar, corra!”: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, 142-159, ago/dez. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOLDSTEIN, H. **Policinando uma sociedade livre**. São Paulo: Edusp, 2003.

GUILARD, L. C.; COSTA, L. D. As canções militares como instrumento didático para o treinamento e formação profissional de policiais na Polícia Militar do Estado de Goiás. **REBESP**, v. 11, n. 1, 2018.

HAMADA, H. H. **Ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais: análise do efeito-professor no Curso Técnico em Segurança Pública**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2021.

KANT DE LIMA, R. Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: a formação em questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Ano 11, 73-92, 2003.

LANGHI, C.; PETEROSSO, H. G.; NASCIMENTO, S. R. Inclusão profissional de jovens aprendizes a partir de uma empresa júnior. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 9, n. 18, p. 71-85, 2019.

LIMA, F. A. S.; SILVA JÚNIOR, A. F. “Eldorado foi um divisor de águas”: rupturas e continuidades, durante o processo de especialização do Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Pará, a partir do confronto, em Eldorado dos Carajás/Pará (1995-2009). In.: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P. (orgs.) **O espaço geográfico amazônico em debate: dinâmicas territoriais e ambientais**. Belém, GAPTA/UFPA, 2020.

MACEDO, H. L. S. A doutrina da ROTA: o ethos do “Policial de ROTA”. **Áskesis**, v.8, n.1, janeiro/junho-2019.

MAGALHÃES, L. K. C.; AZEVEDO, L. C. S. S. Formação continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, jan.-abr., 2015.

MARCELO, C. **El professorado principiante: insercion a la docência**. España, 2009.

MIRANDA, A. P. M. Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação. **Educação Profissional: Ciência e Tecnologia**, volume 3, número 1, jul./dez. 2008.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia: Sociologia da força pública**. (Série Polícia e sociedade). São Paulo: EDUSP, 2003.

MOREIRA, C. N. **Impacto do treinamento de Direitos Humanos no cotidiano dos policiais militares**. Monografia (Especialização em Segurança Pública e Criminalidade). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

MOURA, J. D. P.; PEREIRA, A. C. F. Flexibilização curricular e o percurso da grade à matriz articulada do curso de geografia da UEL. **Revista Formação (ONLINE)** Vol. 2; n. 23, p. 04-19, 2016.

MUNIZ, J. **Ser Policial é Ser Sobretudo uma Razão de Ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Tese [Doutorado], Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, 1999.

NASCIMENTO, D. A.; CERQUEIRA, T. C. S. Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca de seus alunos. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 4, 899-912, out./dez. 2015.

NASCIMENTO, T. S. **Formação Profissional e Direitos Humanos: o Caso da Polícia Rodoviária Federal**. 2016. 103 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2016.

NOBRÉGA, R. M. **Segurança pública e identidade: A construção do *ethos* Policial Militar paraibano**. Dissertação de mestrado. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, PB, 2014.

NOVOA, A. **Profissão professor**. Portugal: Porto, 1999.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração On Line**. Volume 2, número 3, julho/agosto/setembro-2001.

PARÁ. **Lei n 5.251 de 31 de julho de 1985. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Estado do Pará e dá outras providências**. Assembleia Legislativa do Pará, Belém, 1985.

PARÁ. **Constituição do estado**. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Belém, 1989.

PARÁ. **Lei Complementar nº 126, de 13 de janeiro de 2020** – Altera a Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a Organização Básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA). Publicada no DOE nº 34.089, de 14/01/2020.

PARÁ. **Lei Nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências**. Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Belém, 2011.

PARÁ. **Lei nº 8.230, de 13 de julho de 2015. Dispõe sobre a promoção dos Praças da Polícia Militar do Pará (PMPA)**. Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Belém, 2015a.

PARÁ. **Decreto nº 1.337, de 17 de julho de 2015. Regulamenta a Lei nº 8.230, de 13 de julho de 2015, que dispõe sobre a promoção de Praças da Polícia Militar do Pará**

**(PMPA) e dá outras providências.** Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Belém, 2015b.

**PARÁ. Lei Ordinária nº 8.342, de 14 de janeiro de 2016. Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.626, de 3/02/2004, que dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Pará (PMPA).** Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Belém, 2016.

PASCHOAL, A. S.; MANTOVANI M. de F.; MÉIER M. J. Percepção da educação permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, Campinas, v.41, n.3, p. 478-484, 2007.

PASQUALI, L.; MOURA, C. F.; FREITAS, L. C. O. Análise profissiográfica. In.: PASQUALI, L. (org.) **Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

PEREIRA, L. N. M. **Para novos crimes, novos delegados: carreira e formação dos delegados de Polícia Civil do Estado do Pará.** Dissertação de Mestrado, UFPA/Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, 2015.

PEREIRA, B. C.; POLICARPO JÚNIOR, J. A formação policial para além da técnica profissional: reflexões sobre a formação humana. **Revista Brasileira de Segurança Pública.** São Paulo v. 6, n. 1, 74-88, fev/mar 2012.

PERRENOUD, P. **Formando professores profissionais.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

PONCIONI, P. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública.** São Paulo, ed. 1, n. 1, 22-31, 2007.

POSNER, G. **Análisis del Currículo.** Tercera Edición. México D.F., México: Mac Graw Hill, 1968.

PMPA-POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Regulamento da lei nº 8.230 de 2015. Aprova o Regulamento dos Cursos de Adaptação à Graduação de Sargento, de Aperfeiçoamento de Sargentos e de Formação de Praças, quanto à duração, grades curriculares e critérios de seleção.** Disponível em <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1476-novembro.html>. Acesso em janeiro de 2021. Belém, PA, 2016a.

PMPA-POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Matriz Curricular do Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Estado do Pará – (CFP).** Boletim Geral nº 206, de 04 de novembro de 2016. Disponível em <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1476-novembro.html>. Acesso em janeiro de 2021. Belém, PA, 2016b.

PMPA-POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Matriz Curricular do Curso de Adaptação à Graduação de Sargentos (CAGS).** Boletim Geral nº 206, de 04 de novembro de 2016. Disponível em <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1476-novembro.html>. Acesso em janeiro de 2021. Belém, PA, 2016c.

PMPA-POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Matriz Curricular do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos.** Boletim Geral nº 206, de 04 de novembro de 2016. Disponível em

<https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1476-novembro.html>. Acesso em janeiro de 2021. Belém, PA, 2016d.

PMPA-POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Plano do Curso de Adaptação à Graduação de 3º Sargento** – CGS PMPA 2021 – TURMA I. Boletim Geral nº 235, de 21 de dezembro de 2020. Disponível em <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1538-dezembro.html>. Acesso em janeiro de 2021. Belém, PA, 2020a.

PMPA-POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Plano do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos** - CAS PMPA 2021 – TURMA I. Boletim Geral nº 235, de 21 de dezembro de 2020. Disponível em <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1538-dezembro.html>. Acesso em janeiro de 2021. Belém, PA, 2020b.

PMPA-POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Nota de Instrução nº 001/2020 – DGEC**. Capacitação e atualização policial – CAP/ Efetivo do QCG. Boletim Geral nº 039, de 27 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.pm.pa.gov.br/bg-e-adit/category/1539-fevereiro.html>. Acesso em janeiro de 2021. Belém, PA, 2020c.

PMPA-POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Carreiras**. Disponível em <https://www.pm.pa.gov.br/carreiras.html>. Acesso em fevereiro de 2021.

PMPA/SIGPOL – POLÍCIA MILITAR DO PARÁ/SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO POLICIAL. Disponível em <https://sigpol.pm.pa.gov.br/>. Acesso restrito, mediante senha. Acesso em janeiro de 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, R. C. S. S.; SALVI, R. F. Análise de conteúdo e análise do discurso em educação matemática – um olhar sobre a produção em periódicos Qualis A1 e A2. **Comunicação apresentada no IV Seminário internacional de pesquisa em educação Matemática**. Brasília – DF, 25 a 28 de outubro de 2009.

REINER, R. **A política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

REIS, J. F. G. **Quem é a polícia? Um foco na Polícia Militar do Pará**. GAPTA/UFGPA, Belém, 2019.

REIS, J. F. G. **A explosão de um nó na garganta: policiais militares e a impossível conquista do direito à cidadania**. Editora Paka-Tatu, Belém, PA, 2014.

RICCIO, V. Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, 43 (4), 1111-1126, 2017.

RODRIGUES, M. P. R. **Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã**. Belém, Paka-Tatu, 2014.

ROLIM, M. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

RUDNICKI, D. O ingresso de bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 20, p. 108-137, Dez. 2008.

RUDNICKI, D. A polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito. In.: SANTOS, J. V. T.; NICHE, A.; RUSSO, M. (orgs.) **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Coleção cenários do conhecimento. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

RUDNICKI, D.; SILVA, J. K. A Educação na Polícia Militar: O caso gaúcho. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade - Direitos Humanos, Criminologia Crítica e Pensamento Criminológico na América Latina**, v. 2, 2019.

SANTOS, M. A. **A formação básica do policial militar de Minas Gerais: as especificidades do ensino militar em relação à educação profissional de nível técnico**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2000.

SANTOS JÚNIOR, A. A.; MARTINS, C. M. O Cotidiano da Docência no Ensino Superior Policial Militar. **Revista Militar** N.º 2513/2514, 911-935, 2011.

SENASP-SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

SENASP-SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública: estudo profissiográfico e mapeamento de competências / Secretaria Nacional de Segurança Pública, [Programa Nacional de Desenvolvimento para as Nações Unidas (PNUD)] – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2012.**

SILVA, A. H., FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **Comunicação apresentada no IV Encontro de ensino e pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ**, 2013. Brasília, DF, 2013.

SILVA, A. J. A.; SILVA, L. N. Educação policial militar e a construção de uma segurança cidadã na Paraíba. **Revista de Direito**. Vol.8(2), 25-49, 2017.

SILVA, J. B. Os novos parâmetros educacionais das Polícias Militares brasileiras: um exercício de análise a partir da formação profissional dos soldados da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 6, n. 1, 48-73, fev/mar 2012.

SILVA, S. M. L. **Formação dos soldados bombeiros do estado do Pará: (re)significações das competências a partir da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública**. Dissertação de Mestrado. UFPA/ Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos, 2015.

SILVA, W. P.; VILARINHO, T. F.. Os impactos causados na matriz curricular do CFP com o reconhecimento da pós-graduação em Polícia e Segurança Pública. **REBESP**, v. 11, n.1, 86-93, Goiânia-GO, 2018.

SÖDERSTRÖM, T., LINDGREN, C. NEELY, G. On the relationship between computer simulation training and the development of practical knowing in police education. **The International Journal of Information and Learning Technology**, 2019.

STORANI, Paulo. “Vitória sobre a morte: a glória prometida”: O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

THADEU, S. H.; FERREIRA, M. C.; FAIAD, C. A avaliação psicológica em processos seletivos no contexto da segurança pública. *Avaliação Psicológica*, 11(2), pp. 229-238, 2012.

TREBIEN, M. M.; SOUZA, W. R.; OLIVEIRA, E. R.; SILVA, J. L. Formação continuada de professores: uma epistemologia da prática. **Revista Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 01, jan-abr, 2020.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Educação: um tesouro a descobrir** [relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI]. Brasília, 2010.

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA. **Guia de apresentação de teses**. CUENCA, A. M. B. (Org.). 2ª ed. atualizada. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2017.

VALE, J. C. C. **Da Academia de Polícia Militar ao IESP: A formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988 a 2014)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R., SAWADA, A. Análise de conteúdo de nuvens de palavras produzidas na comunidade virtual "hepatite c". **Comunicação apresentada no V Seminário Internacional de pesquisas e estudos qualitativos**. Foz do Iguaçu, PR, 2018.

VEIGA, C. C. P. S.; SOUZA, J. S. A Produção Científica Sobre Formação dos Policiais Militares no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 12, n. 1, 50-70, fev/mar 2018.

VIANA, D. W. **Entre a academia militar e a rua: um estudo sobre a formação e a prática de policiais militares na perspectiva da educação e da psicologia social comunitária**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de pós-graduação em educação. Curitiba, 2018.

WEBER, Max. **A política como vocação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DO ARTIGO 1.

Prezado policial, esta pesquisa visa identificar suas opiniões e expressões relacionadas à formação continuada proporcionada pela PMPA, excluindo-se, porém, os cursos operacionais ou específicos. Isso significa que você deve considerar como formação continuada, para esta pesquisa, APENAS os seguintes cursos: CFC, CFS e CAS. Por favor, responda as questões da forma mais sincera possível. Você não será identificado e suas respostas podem ajudar a traçar um panorama da formação das nossas Praças, para, quem sabe, modificarmos a atual conjuntura e termos uma melhor qualidade de ensino e formação aos nossos policiais. Atenciosamente, CAP PM FERNANDO, PESQUISADOR.

Você aceita participar espontaneamente da pesquisa?

- a) Sim
- b) Não

1 - Qual sua graduação?

- a) Cabo
- b) 3º Sargento
- c) 2º Sargento
- d) 1º Sargento
- e) Subtenente

2 - Qual seu tempo de serviço na PM?

- a) Entre 10 e 15 anos
- b) Entre 15 e 20 anos
- c) Entre 20 e 25 anos
- d) Mais de 25 anos

3 – Qual seu gênero?

- a) Masculino
- b) Feminino

4 - Qual sua escolaridade?

- a) Nível médio incompleto
- b) Nível médio completo
- c) Nível superior incompleto, mas cursando
- d) Nível superior incompleto, curso parado/trancado
- e) Nível superior completo
- f) Especialização/Mestrado/Doutorado

5 - Qual (is) curso (s) de FORMAÇÃO e APERFEIÇOAMENTO regulares você fez pela PMPA?

- a) Apenas CFSD
- b) CFSD e CFC
- c) CFSD, CFC e CFS
- d) CFSD e CFS
- e) CFSD, CFC, CFS e CAS
- f) CFSD, CFS e CAS

6 - Você considera que os cursos de formação agregaram conhecimentos satisfatórios para o correto desenvolvimento de suas atividades de trabalho?

- a) O aprendizado do curso não é coerente com o que vemos no dia-a-dia.
- b) O aprendizado do curso é coerente, mas há muitas lacunas.
- c) O aprendizado dos cursos é satisfatório e me preparou para minhas atividades, entretanto, poderia haver disciplinas mais teóricas.
- d) O aprendizado dos cursos é satisfatório e me preparou para minhas atividades, entretanto, poderia haver disciplinas mais práticas.
- e) Outro: \_\_\_\_\_

7 - Você considera que os cursos de formação cumprem seu propósito de formar o policial para suas atividades diárias?

- a) Absolutamente não. Os cursos são "fantasia" e essas coisas só funcionam na escola.
- b) Parcialmente. Os cursos preparam o policial, mas falta uma maior carga de conhecimentos jurídicos, para que o policial saiba atuar na rua.
- c) Parcialmente. Os cursos preparam o policial, mas falta uma maior carga de conhecimentos humanísticos, para que o policial saiba atender a sociedade.
- d) Parcialmente. Os cursos preparam o policial, mas falta uma maior carga de conhecimentos técnicos, para que o policial saiba se defender na rua.
- e) Parcialmente. Os cursos preparam o policial, mas a carga horária é insuficiente.
- f) Com certeza. Aprendi muito na minha formação e, somado ao conhecimento adquirido no dia-a-dia, conheço exatamente os limites da minha atuação.

8 - Se você pudesse eleger um eixo temático para aumentar carga horária nos cursos de formação, qual seria?

- a) Conhecimentos técnicos e práticos (tiro, defesa pessoal, abordagem, etc)
- b) Conhecimentos humanísticos (Polícia Comunitária, relações interpessoais, didática, etc)
- c) Conhecimentos jurídicos (legislações diversas, código penal, etc)

8 - Se você pudesse eleger um eixo temático para diminuir carga horária nos cursos de formação, qual seria?

- a) Conhecimentos técnicos e práticos (tiro, defesa pessoal, abordagem, etc)
- b) Conhecimentos humanísticos (Polícia Comunitária, relações interpessoais, didática, etc)
- c) Conhecimentos jurídicos (legislações diversas, código penal, etc)

10 - Qual a importância que você dá para formação continuada na PM, ou seja, cursos como o CFC, CFS e CAS?

- a) Muito importante, pois atualiza os conhecimentos e prepara o PM para exercer as atividades da graduação dos cursos.
- b) Só são importantes para se atingir a graduação superior.
- c) Pouco importante, pois atualizam os conhecimentos, mas não preparam o PM para o exercício diário das atividades da graduação dos cursos.
- d) São pouco importantes, pois, mesmo sem os cursos, o PM consegue desenvolver suas atividades. Ele aprende na prática.

11 - Você considera que o término do CFS e promoção regular dos CBs a SGTs, sem curso de formação, foi relevante para a PM e sociedade?

- a) Acho que foi bom, pois os PMs agora não dependem das poucas vagas dos cursos para serem promovidos.
- b) Achei bom, mas considero que a PM tem que preparar adequadamente esses policiais para exercerem a função de sargento.
- c) Achei ruim, pois acabou gerando muitos sargentos sem formação adequada, despreparados para o serviço.
- d) Achei ruim, pois acaba promovendo muita gente que não tem interesse nenhum em somar na instituição, sem compromisso com a sociedade.

12 - Você tem interesse em continuar seus estudos regulares, fora da PM?

- a) Sim, quero terminar uma graduação.
- b) Sim, tenho interesse em ir além da graduação e fazer especialização, mestrado, doutorado.
- c) Sim, mas é apenas uma vontade. não tenho mais tempo/interesse em estudar
- d) Não tenho nenhum interesse em continuar os estudos.

13 - Você considera que há uma efetiva relação entre o conhecimento visto nos cursos de formação e a prática policial cotidiana?

- a) Aproximadamente 30% do que é visto nos cursos é efetivamente utilizado no serviço.
- b) Mais de 50% dos conhecimentos vistos nos cursos são utilizáveis no dia-a-dia.
- c) Mais de 80% daquilo que é visto no curso é utilizado no serviço.
- d) A relação entre o conteúdo ministrado nas disciplinas foge totalmente da realidade.
- e) Os conteúdos dos cursos são plenamente utilizáveis no serviço cotidiano.

14 - Você já sofreu represálias ou percebeu má vontade de algum comandante, quando fez algum curso de formação?

- a) Não, mas sei de companheiros que sofreram.
- b) Não
- c) Sim, mas isso não foi empecilho à minha formação.
- d) Sim, inclusive o medo das represálias me fez desistir do curso.

15 - Você aprova a atual política de ensino na PM? Porque?

- a) Sim, porque ficar 6 meses em um curso de formação que pouco soma às nossas atividades é muito ruim.
- b) Sim, porque os PMs não dependem mais das vagas do curso e os "antigões" podem ser promovidos sem burocracia.
- c) Não, porque banalizou as graduações e hoje não temos mais sargentos, apenas cabos melhorados.
- d) Não, porque acabou com a possibilidade do policial estudioso avançar na carreira, passando aquele que não se esforça.

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA DO ARTIGO 2.**

- 1 – Qual sua formação acadêmica? Qual sua idade? Qual seu tempo de serviço?
- 2 – Qual sua opinião sobre o ensino na PMPA?
- 3 – O que você acha que poderia melhorar no ensino ofertado?
- 4 – Você se sentiu preparado para exercer suas funções após a formação?
- 5 – Os policiais militares da tropa de Santarém conquistaram muitas vezes o primeiro lugar nos cursos de formação e aperfeiçoamento da PMPA. A que você credita este sucesso?
- 6 – Você percebeu algum tipo de dificuldade ou facilitação, por parte da equipe técnica coordenadora do curso que você foi primeiro colocado?
- 7 – Quanto tempo você atua/atuou em Santarém?

## APÊNDICE C – ARTIGO CIENTÍFICO

Research, Society and Development, v. 10, n. 1, e56110112201, 2021  
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.12201>

### **Percepções sobre a violência no bairro do Benguí, Belém, Pará, Brasil, por agentes territoriais de Segurança Pública e Defesa Social**

Perceptions about violence in the neighborhood of Benguí, Belém, Pará, Brazil, by territorial agents of Public Security and Social Defense

Percepciones sobre la violencia en el barrio de Benguí, Belém, Pará, Brasil, por agentes territoriales de Seguridad Pública y Defensa Social

Recebido: 20/01/2021 | Revisado: 23/01/2021 | Aceito: 24/01/2021 | Publicado: 31/01/2021

**Isis Kelma Figueiredo de Araújo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6029-8660>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [isiskelma@gmail.com](mailto:isiskelma@gmail.com)

**Fernando Alberto Souza Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7376-339X>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [fernandopmpa@gmail.com](mailto:fernandopmpa@gmail.com)

**Jorge Luiz Aragão Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8454-6585>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [afisicavive@yahoo.com.br](mailto:afisicavive@yahoo.com.br)

**Ricardo André Biloia da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6007-4779>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [ricardoandre@gmail.com](mailto:ricardoandre@gmail.com)

**Andrea Bittencourt Pires Chaves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0247-9265>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [andreachaves@ufpa.br](mailto:andreachaves@ufpa.br)

**Marcus Alan de Melo Gomes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3699-5164>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [marcusalan60@hotmail.com](mailto:marcusalan60@hotmail.com)

**Clay Anderson Nunes Chagas**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4223-0192>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [claychagas@ufpa.br](mailto:claychagas@ufpa.br)

#### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo verificar, dentre as correntes teóricas da sociologia que contribuem à compreensão do fenômeno da violência, qual a mais expressiva a partir da percepção dos agentes de segurança pública responsáveis pelo atendimento de ocorrências de casos de violência no Bairro do Benguí, no município de Belém, estado do Pará, Brasil. Trata-se de estudo quantitativo com questionários estruturados, aplicados a policiais militares e bombeiros militares, que atuavam no referido bairro, para caracterizar e compreender o fenômeno da violência. Foram utilizadas nas alternativas princípios de correntes de pensamento sociológico da Teoria Política (Nicolau Maquiavel), do Contratualismo (Thomas Hobbes), do Liberalismo (Adam Smith), do Funcionalismo (Émile Durkheim) e da Sociologia Compreensiva (Max Weber). Como resultado, verificou-se a prevalência de ideias liberalistas, com 42% geral das respostas. Foi constatado também que a corrente de Adam Smith foi a mais expressiva nos níveis fundamental e médio de escolaridade. A prevalência liberal foi comum entre policiais e bombeiros, exceto quanto à principal causa da violência, em que a maioria dos bombeiros se alinhou à Teoria Política, de Nicolau Maquiavel. Os resultados mostraram correspondência ao pensamento criminológico crítico, sobre a compreensão seletiva das agências de segurança pública quanto à violência e de falha nos mecanismos de controle social no bairro. Concluiu-se com a prevalência do pensamento liberal nas quatro percepções investigadas: principais causas da violência no bairro (35%); melhores soluções ao fenômeno (47%); maiores dificuldades para alcançar soluções à violência (42%) e; razões para o fortalecimento do tráfico de drogas no bairro (45%).

**Palavras-chave:** Violência; Agentes territoriais; Segurança pública; Defesa social; Correntes sociológicas; Criminologia crítica.

### Abstract

This article aims to verify, among the theoretical currents of sociology that contribute to the understanding of the phenomenon of violence, which is the most expressive from the perception of public security agents responsible for dealing with occurrences of cases of violence in neighborhood of Benguí, in the city of Belém, state of Pará, Brazil. It is a quantitative study with structured questionnaires applied to military police and military firefighters, who worked in the referred neighborhood, to characterize and understand the phenomenon of violence. Alternative principles of sociological thought currents from Political Theory (Nicolau Machiavelli), Contractualism (Thomas Hobbes), Liberalism (Adam Smith), Functionalism (Émile Durkheim) and Comprehensive Sociology (Max Weber) were used in the alternatives. As a result, there was a prevalence of liberalist ideas, with 42% overall of responses. It was also found that Adam Smith's current was the most expressive at the elementary and middle school levels. Liberal prevalence was common among police and firefighters, except for the main cause of violence, in which the majority of firefighters aligned themselves with Nicolau Machiavelli's Political Theory. The results also showed correspondence to critical criminological thinking, about the selective understanding of public security agencies regarding violence and the failure of social control mechanisms in the neighborhood. It concluded that the liberal thinking was the most prevalent among the four perceptions investigated: a) main causes of violence in the neighborhood (35%); b) better solutions to the phenomenon (47%); c) greater difficulties in reaching solutions to violence (42%) and; d) reasons for strengthening drug trafficking in the neighborhood (45%).

**Keywords:** Violence; Territorial agents; Public security; Social defense; Sociological currents; Critical criminology.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo verificar, entre las corrientes teóricas de la sociología que contribuyen a la comprensión del fenómeno de la violencia, cuál es la más expresiva desde la percepción de los agentes de seguridad pública encargados de atender la ocurrencia de casos de violencia en el Bairro do Benguí, en la ciudad de Belém, estado de Pará, Brasil. Se trata de un estudio cuantitativo con cuestionarios estructurados, aplicado a policías militares y bomberos militares, que laboraban en el referido barrio, para caracterizar y comprender el fenómeno de la violencia. En las alternativas se utilizaron principios alternativos de las corrientes de pensamiento sociológico de la Teoría Política (Nicolau Machiavelli), el Contractualismo (Thomas Hobbes), el Liberalismo (Adam Smith), el Funcionalismo (Émile Durkheim) y la Sociología Integral (Max Weber). Como resultado, prevalecieron las ideas liberalistas, con 42% en general de respuestas. También se encontró que la corriente de Adam Smith era la más expresiva en los niveles de primaria y secundaria. La prevalencia liberal fue común entre policías y bomberos, excepto por la principal causa de violencia, en la que la mayoría de los bomberos se alinearon con la Teoría Política de Nicolau Machiavelli. Los resultados también encontraron correspondencia con el pensamiento crítico criminológico, sobre la comprensión selectiva de los organismos de seguridad pública sobre la violencia y el fracaso de los mecanismos de control social en el barrio. Se concluyó con la prevalencia del pensamiento liberal en las cuatro percepciones investigadas: a) principales causas de violencia en el barrio (35%); b) mejores soluciones al fenómeno (47%); c) mayores dificultades para encontrar soluciones a la violencia (42%) y; d) razones para fortalecer el narcotráfico en el barrio (45%).

**Palabras clave:** Violencia; Agentes territoriales; Seguridad Pública; Defensa social; Corrientes sociológicas; Criminología crítica.

## 1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 estabelece que policiais militares e bombeiros militares são denominados militares estaduais, bem como dispõe que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (Brasil, 1988).

A Polícia Militar (PM) e o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) integram o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, juntamente com a Polícia Civil (PC), Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” (CPC RC), Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) (Pará, 2011).

Em razão das especificidades de suas missões constitucionais, a PM e o CBM apresentam atuação em todo o território do estado do Pará, com atendimento mais desconcentrado e dinâmico à população, para fazer frente aos chamados de emergência, bem como proporcionando que seus agentes estejam em contato direto e frequente com os demais agentes territoriais nos bairros, favorecendo assim que as percepções dos militares estaduais sobre a violência se comuniquem com as percepções de outros agentes territoriais que integram suas rotinas de serviço na área de atuação.

A pluralidade de discussões envolvendo a violência alcança inúmeras teorias nas diversas áreas do conhecimento apontando fatores responsáveis ou influentes para o resultado em violência. Dentre essas teorias, pode-se destacar alguns expoentes do pensamento sociológico, que discorreram sobre a violência, contribuindo com suas ideias para o alicerçamento de correntes que muitas vezes traduzem a forma como o fenômeno é percebido hoje pelas pessoas na sociedade.

A presente pesquisa surge com o propósito de verificar a influência que essas correntes teóricas sociológicas que abordam o fenômeno da violência exercem na percepção dos agentes de segurança pública, sob a perspectiva da Teoria Política, de Nicolau Maquiavel (1469-1527); do Contratualismo, de Thomas Hobbes (1588-1679); do Liberalismo, de Adam Smith (1723-1790); do Funcionalismo, de Émile Durkheim (1858-1917) e a Sociologia Compreensiva, de Max Weber (1864-1920).

Os agentes de segurança pública são responsáveis pelo serviço prestado diretamente pelo Estado à sociedade para fazer frente às práticas de violência e criminalidade, sendo, portanto, oportuno questionar: que corrente sociológica exerceria hoje maior influência junto aos agentes de segurança pública em determinado espaço e período?

Assim, esta pesquisa objetiva verificar, dentre as correntes teóricas da sociologia que contribuem à compreensão do fenômeno da violência, qual é a mais expressiva junto aos agentes de segurança pública responsáveis pelo atendimento de ocorrências emergenciais de casos de violência no Bairro do Benguí, no ano de 2019.

## 2. Metodologia

Trata-se de estudo quantitativo, descritivo e exploratório com aplicação de questionário construído especificamente para mensurar a percepção dos militares estaduais que atuam na referida área (policiais e bombeiros militares) sobre a violência no bairro do Benguí, Belém-PA. Para Gil (2017), as pesquisas descritivas buscam levantar opiniões e crenças de determinada população, ao passo que as pesquisas de cunho exploratório levam o pesquisador a observar e compreender o fenômeno sob as mais variadas concepções.

Do universo de militares estaduais que atuavam na área do bairro do Benguí em 2019, foi alcançado o censo de 59 (cinquenta e nove) policiais militares lotados na 1ª Companhia do 24º Batalhão de Polícia Militar e 18 (dezoito) bombeiros militares lotados no 27º Grupamento de Bombeiros Militares, totalizando 77 (setenta e sete) questionários respondidos.

A pesquisa foi construída a partir de dados primários, coletados pelos autores por questionários junto aos policiais militares e bombeiros militares que trabalham no Benguí, no período de 06 a 20 de junho de 2019. Durante a aplicação, o objetivo foi gerar um espaço de forma que os militares estaduais pudessem transmitir suas percepções sobre a violência, sem interferência de colegas ou superiores hierárquicos.

O questionário foi estruturado em três partes. A primeira parte consta de questões preliminares para identificar o perfil do público alvo, quanto ao sexo, escolaridade, corporação que integra: Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar, tempo de serviço na instituição e tempo de serviço no bairro.

A segunda parte do questionário consta de perguntas sobre a caracterização do fenômeno da violência no bairro por esse público, de modo que os entrevistados indicam entendimento sobre a abrangência do termo *violência*, podendo optar se o conceito se constitui em toda prática de crime, apenas a prática de crimes com agressividade, se é mais abrangente que a prática de crimes, se constitui apenas a prática de alguns crimes ou nenhuma dessas.

Em seguida, identificam-se características dos atendimentos realizados, tais como locais de maior incidência (via pública, residências, estabelecimentos comerciais, escolas, outros); tipos de violências mais percebidas (contra o patrimônio, contra a pessoa, contra a paz pública, contra os costumes ou nenhuma dessas) e sobre as vítimas atendidas e autores identificados (crianças, adolescentes, adultos jovens, adultos, idosos, ou nenhum desses).

A terceira parte do questionário foi destinada a verificar as percepções sobre a violência no bairro em si, perquirindo sobre qual a principal causa, a melhor solução, a maior dificuldade para resolver o problema e, a principal razão para o crescimento do tráfico de drogas no bairro, sendo que as alternativas propostas foram vinculadas a elementos centrais das cinco teorias sociológicas já apresentadas: Teoria Política, Contratualismo, Liberalismo, Funcionalismo e Sociologia Compreensiva; com o objetivo de verificar qual dessas teorias traduziria melhor as percepções dos sujeitos entrevistados.

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1 Compreensões Sociológicas da Violência

Dentre as correntes teóricas que abordam o fenômeno da violência, destacam-se a Teoria Política, de Nicolau Maquiavel (1469-1527); o Contratualismo, de Thomas Hobbes (1588-1679); o Liberalismo, de Adam Smith (1723-1790); o Funcionalismo, de Émile Durkheim (1858-1917) e a Sociologia Compreensiva, de Max Weber (1864-1920).

Para Winter (2006), o pensamento de Nicolau Maquiavel divergiu dos costumes que assinala a predisposição do homem para viver em sociedade de forma natural, assim, de maneira oposta, os homens estariam inclinados à desavença e cisão, emanando, nesse sentido, uma tensão social, assinalada por atrito de dois grupos sociais diferentes.

Neste conflito, tem-se de um lado “o povo”, que deseja não ser oprimido pelos grandes, e de outro lado “os grandes” que, inversamente, desejam oprimir e dominar o povo. Dessa forma, o principado deriva, conforme a conjuntura, do povo ou dos que detém o poder (Winter, 2006; Maquiavel, 2011).

O Estado (Príncipe) deve agir com “*virtù*”, ou seja, agir de acordo com as circunstâncias como forma de justificativa para o bem coletivo. Assim, em determinados momentos se admite o uso de ações cruéis contrapondo ações humanitárias, por considerar virtuosas quando beneficiam a coletividade. Por esta razão, há violências que politicamente se justificam quando o fim último for o bem comum (Winter, 2006).

Com isso, a teoria política de Nicolau Maquiavel revela a violência política, que se justifica pelo bem comum da coletividade, de maneira que as ações violentas do Estado se justificam perante a população apenas quando em função do bem comum; do contrário, gera revolta. Assim, outras formas de violência que não tenham o fim de preservar a dicotomia Estado e bem da coletividade devem ser evitadas (Winter, 2006).

Por outro lado, Thomas Hobbes, na obra *Leviatã*, discorre sobre um estado de guerra de todos contra todos, no sentido que a guerra sempre infere violência. Trata-se de uma visão política no estágio inicial da vida humana, de modo que cada homem é seu próprio soberano (Matos, 2016).

Assim sendo, todos podem matar a todos; todos podem morrer; todos são iguais. Essas vontades individuais devem ser superadas por um ente maior, o Estado, segundo Thomas Hobbes, pois só assim os indivíduos não mais viveriam com medo das violências. Portanto, o único modo de sair deste estado de guerra, ou estado de natureza, seria cada cidadão abrir mão de suas liberdades individuais, colocando-as sob a égide do Estado, que passa a ter, então, controle sobre o modo de viver daquele indivíduo. Isso seria, em síntese, o contrato social que Thomas Hobbes defende. Por conta do pacto, tem-se o que, modernamente se denomina como sociedade civil (Hobbes, 1979).

Para Cabral (2004), a corrente teórica do funcionalismo resulta em diferentes perspectivas, de modo que não subsiste abordagem específica mais importante ou significativa. Um dos principais expoentes dessa corrente é Émile Durkheim e dentre as ideias que fazem parte de sua teoria geral, destaca-se o conceito de “consciência coletiva”, significando o conjunto das crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade que forma um sistema determinado, com vida própria. A consciência coletiva existe em função dos sentimentos e crenças presentes nas consciências individuais, mas não é apenas a expressão ou efeito destas. A consciência coletiva evolui segundo suas próprias leis e tem maior extensão nas sociedades dominadas pela solidariedade mecânica (Cabral, 2004).

Cabral (2004) expõe que ao elaborar essas noções, Émile Durkheim define que o indivíduo nasce da sociedade e não que a sociedade nasce do indivíduo. Dessa forma, denota-se que a sociologia surge como prioridade do todo sobre as partes, explicando, assim, os elementos pelo todo. Diante dessa concepção, a maior ou menor aderência do indivíduo à consciência coletiva, poderia explicar a opção ou não por condutas violentas em sociedade.

Na visão de Adam Smith a violência instala a forma de um governo, que se fundamenta na proteção e defesa da propriedade. Dessa forma, “os indivíduos aderem à sociedade civil pela sua utilidade na manutenção da ordem e pela autoridade que se concede a alguns homens, decorrente de sua idade, riqueza, supremacia física ou intelectual” (Figueiredo, 1997, p.8).

Para Max Weber, pode-se dizer que a violência está intimamente relacionada à existência do Estado. Neste contexto, sem violência a figura do Estado desapareceria, imperando assim, em seu lugar, a anarquia. O Estado seria aquele que detém perante a sociedade o monopólio legítimo para o uso da força, portanto, afirma-se que o Estado é uma relação em que homens dominam seus iguais, por meio da violência legítima, de modo que dominados se sujeitam à autoridade de dominadores (Weber, 1984).

Essa dominação subsiste por três justificativas: a primeira decorre do poder tradicional, ou seja, exercido pela prática dos costumes e hábitos; a segunda, pelo poder carismático com fundamento na autoridade por dons pessoais e extraordinários daquele que possui qualidades ou heroísmo que o fazem chefe; a terceira, impõe-se em razão da legalidade fundada na obediência às regras racionalmente estabelecidas. (Weber, 1984).

### **3.2 Criminologia crítica e Segurança Pública**

Segundo Zaffaroni (2017), a atuação racional das agências que integram o sistema penal, dentre as quais aqui se destacam as agências policiais e os sistemas de segurança pública ao lado do Judiciário e sistema penitenciário, condicionam a legitimidade do poder social manifestado por meio do sistema penal.

O sistema penal pode ser compreendido por três dimensões que se expressam pela dogmática jurídico-penal, a política criminal e a criminologia. O saber da ciência penal é dado pela dogmática jurídico-penal, que estabelece critérios para compreensão do fenômeno criminal e sua interpretação legal (Aguar, 2016).

Já o conjunto de estratégias e mecanismos de controle social que vão desde o processo de elaboração das normas penais (processo legislativo) e das ações concretas das agências executivas, sobretudo das polícias e dos órgãos de justiça, compreendem a política criminal (Aguar, 2016).

A criminologia, segundo Castro (2015), vem ao longo do tempo, ocupando-se do estudo do delito, do delinquente, da delinquência e dos processos de criminalização. São por esses processos que as agências policial e judicial selecionam um reduzido número de pessoas que submetem à sua coação com o fim de impor-lhes uma pena, em regra privativa de liberdade (Zaffaroni et al., 2011, p. 43).

Dentro da corrente da criminologia crítica, Zaffaroni et al. (2011) assevera que a experiência latinoamericana demonstra a incapacidade das agências do sistema penal (onde se encontram os agentes de segurança pública) em resolver problemas cotidianos da população gerados pela poluição (como o lixo e a perturbação do sossego), práticas de colarinho branco, trânsito, econômicos, entre outras manifestações locais de violência. Tal compreensão levaria à ênfase no enfrentamento aos delitos patrimoniais e seus reflexos.

Essa compreensão traduz um pressuposto da criminologia crítica de que o sistema penal atua de forma seletiva, elegendo condutas a serem criminalizadas, tipos penais a serem reprimidos e sujeitos a serem punidos. Assim, nem todas as condutas desvaloradas serão criminalizadas, nem todas as condutas criminalizadas serão reprimidas pelas instâncias policiais, e nem todos os agentes de comportamentos ilícitos serão punidos pelas instâncias judiciais, pois o sistema penal se faz seletivo.

Outro pressuposto da criminologia crítica diz respeito à falha no controle social, segundo o qual a religião, a ética, os usos e costumes, o direito, etc. constituem um conjunto de regras de conduta que estabelece o controle social segundo uma lógica de contenção para garantir “a fidelidade ou, no fracasso dela, a submissão” das massas aos valores do sistema dominante (Castro, 2015, p.53).

Nesse sentido, a escola, a igreja, os meios de comunicação e, em particular, as agências que integram o sistema de segurança pública, exercem um importante papel na adequação das condutas dos agentes territoriais ao consenso instituído pela política criminal. Assim, o exame da percepção dos agentes territoriais de segurança pública sobre a violência no bairro perpassa pela compreensão do papel por eles exercido dentro do sistema de controle social.

### 3.3 O Bairro do Benguí

O bairro do Benguí, localizado na capital paraense, começou a se constituir, de forma desordenada, em meados da década de 1940, pela migração interna dos moradores de outros bairros e municípios de Belém. Por estar localizado em área periférica da cidade, atraiu pessoas de baixa e média renda, inicialmente (Lamarão; Maciel, 2006; Amorim et al, 2013).

Sua população, que é de aproximadamente 29.379 habitantes, dos quais 52,29% são mulheres e 47,71%, homens (Ibge, 2010), ainda hoje é composta por pessoas de baixa e média renda, que representam 2,1% da população total de Belém (Ibge, 2010).

De acordo com o Art. 1º da Lei nº 7.806/96, possui a seguinte delimitação territorial:

Compreende a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Estrada da Pratinha com a Estrada do Yamada segue por esta até encontrar com a Estrada do Benguí, dobra à esquerda e segue por esta até encontrar o muro da CATA, que faz fundo com a Pass. S. José e segue por esta até encontrar a Pass. S. Francisco, segue por esta até a Pass. S. Benedito, segue por esta até a Pass. Santo Antonio, flete à esquerda e segue por esta até a projeção do travessão do Residencial Natália Lins, dobra à direita e segue por este até encontrar a Pass. Magalhães Barata, flete à direita e segue por esta até encontrar os limites do terreno do muro da INFRAERO por onde segue até encontrar a lateral esquerda do Cemitério do Benguí (9.848.150mN/781.800 mE), flete à direita e segue por esta até encontrar o travessão dos terrenos da MICON (9.848.160 mN/782 060 mE), dobra à esquerda e segue por este até encontrar a Estrada da Pratinha (9.848.380 mN/782 060 mE), dobra à direita e segue por esta até a Estrada S. Clemente, dobra à direita e segue por esta até sua interseção com Igarapé Val-de-Cães por onde segue a montante até a Estrada da Pratinha, flete a direita e segue por esta até o início da poligonal (Belém, 1996).

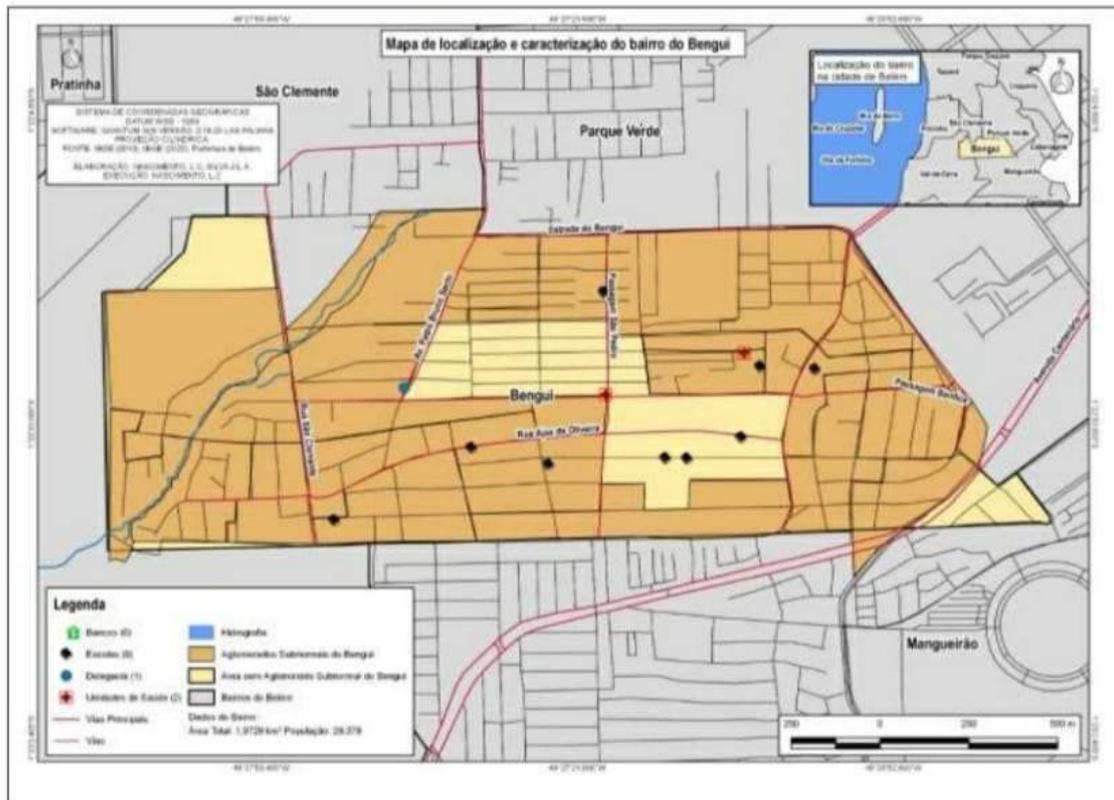
Com área total de 1,9729 km<sup>2</sup> e 6.137 domicílios particulares, somente 4.063 são regularmente abastecidos pela rede pública de fornecimento de água; 226 não possuem banheiros ou sanitários; 3.543 dispõem de fossa séptica e 5.949 têm coleta regular de lixo domiciliar. Realidade reflete outro indicador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que desde 1991 analisa a presença de aglomerados subnormais nas áreas de estudo (Ibge, 2010).

Segundo o IBGE, os aglomerados subnormais correspondem a:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais (Ibge, 2010).

O Benguí apresenta aproximadamente 75% de sua área com aglomerados subnormais que, segundo Borges et al. (2016), traduzem o contexto sobre as desigualdades no país, especialmente relacionadas à habitação, conforme a Figura 1 (Ibge, 2010):

**Figura 1.** Mapa de localização do bairro do Benguí, 2020.



Fonte: Diretoria de Prevenção da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (2020).

O bairro foi escolhido para a pesquisa de percepção da violência por militares do sistema de segurança pública, por ter figurado no ano de 2018, na posição mediana da relação dos bairros de Belém quanto aos registros de ocorrências policiais sobre criminalidade violenta (Pará, 2019). Em uma série de dados ordenada, a Mediana representa a posição central, sendo que as medidas de tendência central têm a propriedade estatística de melhor representar o conjunto de dados, expressando o comportamento mais equidistante dos comportamentos extremos de um universo em análise.

**Tabela I.** Número total de registros de ocorrências policiais relacionadas com a criminalidade violenta, por bairros de Belém-PA no ano de 2018.

<b>Ordem</b>	<b>Bairro</b>	<b>Registros de ocorrências</b>
1	Marco	6302
2	Guamá	5675
3	Pedreira	4752
4	Jurunas	4690
5	São Brás	4583
6	Campina;	4141
7	Marambaia	3817
8	Castanheira	3063
9	Umarizal	3056
10	Sacramenta	3054
11	Parque Verde	2973
12	Telégrafo Sem Fio	2649
13	Nazaré	2646
14	Batista Campos	2558
15	Mangueirão	2507
16	Terra Firme	2347
17	Cidade Velha	2315
18	Benguí	2073
19	Cremação	2036
20	Coqueiro Belém	1943
21	Condor	1930
22	Reduto	1381
23	Cabanagem	1295
24	Val-de-Cans	1086
25	Maracangalha	1023
26	Canudos	967
27	Souza	754
28	Barreiro	738
29	Curió-Utinga	712
30	Fátima	656
31	Uma	459
32	Ilhas do Arquipélago do Rio Guamá	20
33	Miramar	17
34	Universitário	9
35	Infraero	6
36	Ilha do Cumbú	5
<b>Total Geral</b>		<b>78238</b>

Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (2019).

Além disso, o bairro do Benguí foi eleito ao lado da Cabanagem, Guamá, Jurunas, Terra Firme, Icuí Guajará e São João, como bairros da região metropolitana para sediar a primeira fase do programa do governo estadual denominado Territórios pela Paz, que tem por objetivo a diminuição da vulnerabilidade social e o enfrentamento das dinâmicas da violência, a partir da articulação de ações de segurança pública e ações de cidadania (Pará, 2019b).

### 3.4 Perfil dos Entrevistados

Dos 77 (setenta e sete) questionários aplicados, 59 (cinquenta e nove) foram respondidos por policiais militares, que representam o universo lotado na 1ª Companhia do 24º Batalhão de Polícia Militar e, 18 (dezoito) foram respondidos por bombeiros militares, que representam o universo do 27º Grupamento de Bombeiros Militares.

3.4.1. Quanto ao sexo, 94% são do sexo masculino tanto para os policiais militares, quanto para os bombeiros militares e, 6% são do sexo feminino.

3.4.2. Quanto à escolaridade, em relação ao efetivo geral: 67% possui Ensino Médio; 30% possui Ensino Superior e; 3% possui Ensino Fundamental.

3.4.3. Quanto ao tempo de serviço na Corporação, 44% desse efetivo possui acima de 20 anos de serviço em suas corporações; 25% possui entre 10 e 20 anos, 18% possui entre 5 e 10 anos e, 13% possui até 5 anos de serviço.

3.4.4. Quanto ao tempo de serviço no bairro do Benguí, contabilizou-se que 66% desse efetivo possui até 5 anos de serviço no Bairro, 23% possui entre 5 e 10 anos, 6% entre 10 e 15 anos, 4% acima de 15 anos.

### 3.5. Caracterização da Violência no Benguí

3.5.1. Quanto à abrangência do termo “violência”: mais da metade dos militares (58%) expressaram que consideram “*toda a prática de crime como um ato de violência*”. O segundo entendimento mais recorrente foi o de que “*a prática de violência é mais abrangente que a prática de crimes*” (22%). Já o entendimento de que “*a prática de violência compreende apenas a prática de alguns crimes*” representou a terceira percepção mais apontada (9%).

Esse resultado sinaliza para a percepção por parte da maioria desses agentes de segurança pública da violência por meio dos delitos penais. Tal entendimento pode obstar a percepção de outras manifestações de violência presentes no dia a dia da atividade desses agentes, tal como a violência psicológica contra a mulher, prevista na Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Brasil, 2006).

Ainda quanto à abrangência da compreensão sobre a violência, tal entendimento reforça o que a criminologia crítica vem afirmando (Zaffaroni, 2017), de que as agências do sistema penal (onde se encontram os agentes de segurança pública), demonstram incapacidade (ou falta de direcionamento) para resolver outros problemas cotidianos da população, que podem ser mais significativos em termos de efeito à coletividade, tais como a poluição, práticas de colarinho branco, trânsito, econômicos, entre outros.

3.5.2. Quanto ao local de maior incidência: 80% dos militares expressaram que a “via pública” é o local que ocorre a maior incidência da prática de violência no bairro. A segunda percepção desse público foi que o local é nas residências (12%).

Dentre as várias possibilidades de interpretação, esse achado aponta para a necessidade de aprimoramento constante das estratégias de pronta resposta diante dos problemas que a mobilidade urbana nos impõe, bem como a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de prevenção da violência doméstica.

3.5.3. Quanto aos principais tipos de violência: 45% dos militares expressaram que os “*crimes contra a pessoa*” são a maior forma de expressão da violência no bairro, seguidos pelos “*crimes patrimoniais*” (36%), sendo que essa percepção se mostra muito equilibrada entre os policiais militares, com sutil vantagem dos crimes patrimoniais. Já os bombeiros evidenciam os crimes contra a pessoa como principal. Tal diferença deve ocorrer em razão da natureza dos atendimentos, visto que os bombeiros atendem as pessoas vítimas de lesões físicas e os policiais militares atendem vítimas de todos os delitos, sendo os crimes patrimoniais (roubo e furto) os primeiros colocados nas estatísticas oficiais (Pará, 2019).

Uma das implicações desse resultado diz respeito a necessidade de investimento em mecanismos de resolução pacífica de conflitos interpessoais, bem como a reflexão sobre alternativas de geração de emprego e renda.

3.5.4. Vítimas: Sobre as vítimas, 73% dos militares apontaram os jovens adultos (18 a 30 anos incompletos) como as vítimas mais frequentes da violência no bairro, seguidos pelos adolescentes (12 a 18 anos incompletos) (16%). Os adultos (30 a 60 anos incompletos) apareceram na terceira posição (9%).

Essa evidência aponta para a necessidade de estratégias de prevenção da violência junto às camadas mais jovens da população, corroborando com as conclusões de Vilaça (2016) que, ao estudar os perfis socioeconômico e criminal das vítimas

de homicídio na Região Metropolitana de Belém, de 2011 a 2013, verificou que a idade média das vítimas de homicídios com antecedentes criminais, cujas mortes foram registradas no município de Belém é de 28 anos, e considerando o desvio padrão, 68,26% das vítimas de homicídios possuíam idade entre 20 e 36 anos, sendo 22 anos a idade mais observada.

3.5.5. Autores: Sobre os autores, 61% dos militares apontaram os jovens adultos (18 a 30 anos incompletos) como sendo os autores mais frequentes da violência no bairro, seguidos pelos adolescentes (29%). Os adultos (30 a 60 anos incompletos) apareceram na terceira posição quanto à percepção sobre autores (8%). Verifica-se que as percepções quanto às faixas-etárias de autores e vítimas demonstraram resultados similares.

Esse resultado aponta para a necessidade de estratégias de fortalecimento das redes de proteção das camadas mais jovens da população a fim de prevenir situações de risco que favoreçam a iniciação em práticas delituosas.

### 3.6. Compreensões da Violência no Benguí

3.6.1. Principal causa: A respeito da principal causa para a violência no Bairro, 35% dos militares responderam que ela é “*reflexo da falta de investimento na educação*”, pensamento ilustrativo da corrente teórica de Adam Smith, o *Liberalismo*. A segunda alternativa mais escolhida, com 23% foi o “*enfraquecimento de valores morais na atualidade*”, do pensamento teórico de Max Weber, representante da *Sociologia Compreensiva*. Em terceiro, ficou “*a má gestão política que retira alternativas e esperanças ao povo*”, pensamento que ilustra a corrente da *Teoria Política*, tendo por expoente Nicolau Maquiavel.

**Tabela 2.** Principal causa da violência no bairro do Benguí, Belém-PA, em junho/2019, segundo militares estaduais que atuam na área, conforme pensador e corrente teórica.

Pensadores / Corrente Teórica	Quant. Bombeiros	Quant. Policiais	Quant. Total	Percentual Total
Adam Smith (Liberalismo)	2	25	27	35%
Max Weber (Sociologia Compreensiva)	5	13	18	23%
Émile Durkheim (Funcionalismo)	1	7	8	10%
Nicolau Maquiavel (Teoria Política)	8	6	14	18%
Thomas Hobbes (Contratualismo)	2	4	6	8%
Nenhuma das Respostas Anteriores	-	2	2	3%
Sem Resposta	-	2	2	3%
<b>Total Geral</b>	<b>18</b>	<b>59</b>	<b>77</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados obtidos pelos autores (2019).

Esses dados mostram uma compreensão pela necessidade de investimentos nas escolas do bairro, enquanto mecanismo de difusão das regras de convívio social.

3.6.2. Melhor solução: A respeito da melhor solução para a violência no Bairro, 47% das respostas foram “*melhorar a educação, segurança e justiça*”, pensamento ilustrativo do *Liberalismo*. A segunda alternativa mais escolhida, com 17% foi “*trabalhar valores morais na sociedade*”, que ilustra o pensamento teórico da *Sociologia Compreensiva*. Duas alternativas empataram na terceira posição, a primeira: “*acabar com a impunidade, pois a falta de punição aumenta a violência*”, pensamento representativo da corrente teórica do *Funcionalismo*; a outra foi “*Fortalecer o papel das instituições que exercem o controle social: Família, Igreja, Estado*”, pensamento que ilustra a corrente do *Contratualismo*.

**Tabela 3.** Melhor solução para a violência no bairro do Benguí, Belém-PA, em junho/2019, segundo militares estaduais que atuam na área, conforme pensador e corrente teórica.

Pensadores / Corrente Teórica	Quant. Bombeiros	Quant. Policiais	Quant. Total	Percentual Total
Adam Smith (Liberalismo)	9	27	36	47%
Max Weber (Sociologia Compreensiva)	5	8	13	17%
Émile Durkheim (Funcionalismo)	-	10	10	13%
Nicolau Maquiavel (Teoria Política)	2	5	7	9%
Thomas Hobbes (Contratualismo)	2	8	10	13%
Nenhuma das Respostas Anteriores	-	1	1	1%
<b>Total Geral</b>	<b>18</b>	<b>59</b>	<b>77</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados obtidos pelos autores (2019).

Segundo os entrevistados, a solução ao problema da violência no bairro está relacionada a maiores investimentos nos serviços que garantam a proteção do direito à propriedade, materializados pela segurança e justiça que impõe o cumprimento das normas e, a educação, que ensina esse cumprimento.

4.6.3. Maior dificuldade: Nessa questão, 42% dos militares responderam que consiste na **Falta de qualidade nos serviços públicos**, pensamento ilustrativo da corrente teórica do *Liberalismo*. Com 29% ficou **O enfraquecimento dos valores coletivos, do bem comum, pela falta de punições**, pensamento do *Funcionalismo*. Em terceiro lugar, ficou que **as pessoas hoje estão muito propensas a buscar resolver seus problemas ou conflitos a qualquer custo, desrespeitando as normas, partindo da ideia de que os fins justificam os meios**, pensamento que ilustra bem o pensamento teórico da *Sociologia Compreensiva*.

**Tabela 4.** Maior dificuldade para resolver a violência no bairro do Benguí, Belém-PA, segundo militares estaduais que atuam na área, conforme pensador e corrente teórica, 2019.

Pensadores / Corrente Teórica	Quant. Bombeiros	Quant. Policiais	Quant. Total	Percentual Total
Adam Smith (Liberalismo)	6	26	32	42%
Max Weber (Sociologia Compreensiva)	6	8	14	19%
Émile Durkheim (Funcionalismo)	2	20	22	29%
Nicolau Maquiavel (Teoria Política)	3	2	5	6%
Thomas Hobbes (Contratualismo)	1	-	1	1%
Nenhuma das Respostas Anteriores	-	3	3	4%
<b>Total Geral</b>	<b>18</b>	<b>59</b>	<b>77</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados obtidos pelos autores (2019).

Alinhando-se aqui ao Liberalismo, os agentes de segurança reforçam a teoria que defende a eficiência dos serviços públicos, como garantia de usufruto dos direitos à propriedade, sem o que toda a sociedade corre risco.

3.6.4. Tráfico de drogas: A respeito do fortalecimento do tráfico de drogas no bairro, 45% dos militares responderam que a principal razão consiste na *"precariedade dos serviços públicos como educação, saúde, segurança pública"*, pensamento

ilustrativo da corrente teórica representada por Adam Smith, o *Liberalismo*. A segunda alternativa mais escolhida, com 26% foi que “*muitas pessoas têm em si a compreensão que as drogas (consumo ou comércio) podem ser uma alternativa viável para resolver seus problemas, mesmo que isso contrarie normas sociais*”, pensamento que ilustra bem o pensamento teórico de Max Weber, representante da *Sociologia Compreensiva*. A terceira alternativa mais escolhida foi “*a falta de atenção dos governantes por meio de políticas públicas específicas e efetivas voltadas para o problema*”, pensamento que ilustra a corrente da *Teoria Política*, tendo por expoente Nicolau Maquiavel.

**Tabela 5.** Principais razões para fortalecimento do tráfico de drogas no bairro do Benguí, Belém-PA, em 2019, segundo militares estaduais que atuam na área, conforme pensadores e correntes teóricas.

Pensadores / Corrente Teórica	Quant. Bombeiros	Quant. Policiais	Quant. Total	Percentual Total
Adam Smith (Liberalismo)	12	23	35	45%
Max Weber (Sociologia Compreensiva)	2	18	20	26%
Émile Durkheim (Funcionalismo)	1	2	3	4%
Nicolau Maquiavel (Teoria Política)	2	9	11	14%
Thomas Hobbes (Contratualismo)	1	6	7	9%
Nenhuma das Respostas Anteriores	-	1	1	1%
<b>Total Geral</b>	<b>18</b>	<b>59</b>	<b>77</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados obtidos pelos autores (2019).

Ainda na linha da defesa da eficiência dos serviços públicos, os agentes de segurança depositam suas expectativas na melhoria dos instrumentos de garantia de direitos para fazer frente ao problema das drogas.

#### 4. Considerações Finais

A metodologia empregada nesta pesquisa possibilitou a verificação de que policiais e bombeiros militares que atuavam no bairro do Benguí, em junho de 2019, se mostraram expostos a diferentes percepções de violência no bairro, que traduzem correntes clássicas do pensamento sociológico.

A partir da aplicação do questionário estruturado em questões sobre a violência local, verificou-se que nas percepções sobre essa violência, no geral, a maioria dos militares estaduais entrevistados (42%) que realizam atendimentos emergenciais no bairro se alinhou ao Liberalismo de Adam Smith. Em segundo lugar, o pensamento mais recorrente foi o da Sociologia Compreensiva de Max Weber (21%).

A prevalência do pensamento liberal foi verificada nas quatro percepções investigadas, relacionadas: às principais causas da violência no bairro (35%), às melhores soluções ao fenômeno (47%), às maiores dificuldades para alcançar soluções à violência (42%) e, quanto às razões para o fortalecimento do tráfico de drogas no bairro (45%).

O pensamento de Adam Smith se mostrou mais expressivo nos níveis fundamental e médio de escolaridade, enquanto que, no nível superior em particular, foi evidenciado um equilíbrio dos pensamentos de Max Weber e Nicolau Maquiavel. A prevalência do Liberalismo se mostrou comum tanto entre policiais como entre bombeiros, exceto quanto à principal causa da violência no bairro, de modo que a maioria dos bombeiros se alinhou ao pensamento da Teoria Política de Nicolau Maquiavel (44%).

Para compreender o resultado, é necessário também compreender os sujeitos da pesquisa e o território de atuação. Um dos fatores que pode explicar a prevalência do pensamento liberal entre policiais e bombeiros militares no bairro do Benguí, são as crenças institucionais dos órgãos de segurança pública dos órgãos aos quais pertencem, sobre a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de proteção ao direito de propriedade para fazer frente à violência, uma vez que os próprios agentes integram órgãos que promovem essa proteção no território de atuação.

Ainda quanto aos sujeitos, outro aspecto importante é quanto ao perfil socioprofissional dos entrevistados, que pode refletir em sua forma de perceber o problema da violência. Nesse sentido, considerando que 94% são do sexo masculino, as características biológicas e culturais masculinas podem diferir das respostas femininas; assim como sendo 67% dos entrevistados com até o ensino médio, podendo expressar uma percepção distinta quanto aos agentes com nível superior.

Da mesma forma, 44% dos agentes com mais de 20 anos de serviço em suas corporações caracterizam um público com grande vivência do serviço e que vem passando por vários contextos socioeconômicos e culturais, adequando-se a novas crenças ou mantendo as antigas. Também os 66% desse público possuindo até 5 anos de serviço no Bairro mostra uma experiência profissional relativamente recente no território do Benguí.

Outro aspecto importante sobre as percepções dos agentes de segurança sobre a violência do bairro são as condições infraestruturais locais, onde o Benguí possui um elevado percentual de sua área constituída por aglomerados subnormais (75%), o que expressa uma considerável precariedade das condições de qualidade de vida da população.

Também cabe destacar que a prevalência da corrente liberal sobre a violência no bairro pode corroborar com o pensamento criminológico crítico, segundo o qual as agências do sistema de segurança pública (sistema penal) tendem a selecionar condutas relacionadas aos direitos patrimoniais em detrimento de outros.

A influência dessas características socioprofissionais, territoriais e criminológicas podem ser objeto de futuros aprofundamentos, servindo neste momento para dar suporte a duas conclusões principais desta pesquisa.

A primeira diz respeito sobre a importância do desenvolvimento e aplicação de metodologias, no âmbito da segurança pública do Pará, para analisar a relação entre as percepções de atores locais com correntes do pensamento sociológico, o que pode sinalizar para oportunidades de aprimoramento dos processos de formação inicial e continuada nos órgãos integrantes do sistema de segurança pública, proporcionando maior reflexão junto aos agentes.

A segunda diz respeito à demonstração de que as compreensões aqui verificadas representam um registro da compreensão sociológica sobre a violência, por parte dos agentes de segurança pública, policiais e bombeiros militares, que atendem chamados emergenciais no bairro do Benguí, em 2019.

Por fim, para trabalhos futuros, sugere-se sistematizar o acompanhamento da evolução das compreensões sociológicas dos agentes de segurança pública, proporcionando comparações entre as grandes regiões do estado, relacionando-as com os principais indicadores de situações problema enfrentadas nesses territórios, no âmbito da segurança pública. Verificou-se também a necessidade de comparar as percepções dos agentes de segurança com outros segmentos sociais, como as comunidades escolares, por exemplo, possibilitando maior compreensão e aproximação para trabalhos conjuntos.

## Referências

- Amorim, C. R. T. C., Albim, L. B., Cruz, A. L. O., & Oliveira, J. V. S. (2013). *O Bengola: uma voz de resistência em defesa da cidadania na Amazônia*. Artigo apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 5p. Manaus-AM, Brasil.
- Aguar, L. (2016). *Dogmática Jurídico-Penal, Política Criminal e Criminologia*. <https://leonardoaguair.jusbrasil.com.br/artigos/324816043/dogmatica-juridico-penal-politica-criminal-e-criminologia>.
- Belém. Poder Municipal. (1996). Lei nº 7.806 de 30 de julho de 1996. *Delimita as áreas que compõem os bairros de Belém, revoga a lei nº 7.245/84, e dá outras providências*.
- Borges, R. H. M., Nascimento, R. P. B., Vieira, D. C. M., & Andrade, L. C. M. (2017). *Território, violência e criminalidade: uma análise geográfica sobre os índices de homicídios no bairro do Paá em Ananindeua-Pa*. In: Cardozo, E. L. (Org). *A Sociedade e o Espaço Geográfico Brasileiro*. Curitiba: Atena.

- Brasil. Governo Federal. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal.
- Brasil. Governo Federal. (2006). Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (...); e dá outras providências*. Brasil. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm).
- Cabral, A. (2004). A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. *Cadernos EBAPE.BR*, 2(2), 1-15. [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512004000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512004000200002&script=sci_arttext).
- Castro, L. A. (2015). *Criminologia da Libertação* (v.10). Revan.
- Figueiredo, L. (1997). *O papel do estado para Adam Smith*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional. <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20110.pdf>.
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6a ed). Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico*. <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>.
- Hobbes, T. (1979). *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil* (2a ed). Abril Cultural.
- Lamarão, M. L. N., & Maciel, C. A. B. (2006). *Mulheres do Bengui: contando histórias de trabalho infantil doméstico*. Belém: Gráfica Alves.
- Maquiavel, N. (2011). *O Príncipe*. Hunter Books.
- Matos, O. D. (2016). Hobbes e a violência. *Sapere Aude*, 7(12), 509-514.
- Pará. Governo do Estado do Pará. (2011). Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011. *Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências*. [http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei7584\\_2011\\_13314.pdf](http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei7584_2011_13314.pdf).
- Pará. Governo do Estado do Pará. (2019). *Portal da Transparência da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social*. <http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/>.
- Pará. Governo do Estado do Pará. (2019b). Decreto nº 141, de 10 de Junho 2019. *Institui a Política de Inclusão Social e Redução da Violência - "Territórios pela Paz", no Estado do Pará*.
- Weber, M. (1984). *Ciência e política: duas vocações*. Cultrix.
- Winter, L. M. (2006). A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel. *Tempo da Ciência*, 13(25), 117-128. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1532>.
- Vilaça, I. F. T. (2016). *Vitimização por Homicídio: Perfil Socioeconômico e Criminal das Vítimas*. [http://www.ppgsp.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses\\_e\\_dissertacoes](http://www.ppgsp.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes).
- Zaffaroni, E. R. (2017). *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*, (5.ed). Editora Revan.
- Zaffaroni, E. R., Batista, N., Alagia, A., & Slokar, A. (2011). *Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal* (4.ed). Revan.

**ANEXO – NORMAS DA REVISTA INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH (IJDR) (ISSN 2230-9926). ARTIGO 1 E 2. DISPONÍVEL EM <https://www.journalijdr.com/instructions-authors>.**

Instructions for Authors

The **International Journal of Development Research (IJDR) (ISSN 2230-9926)** publishes high-quality solicited and unsolicited articles, in English, in all areas of the subject. The journal welcomes the submission of manuscripts that meet the general criteria of significance and academic excellence. All articles published in IJDR will be peer-reviewed. Papers will be published in the next issue of the journal after acceptance.

The **International Journal of Development Research (IJDR) (ISSN 2230-9926)** will be published monthly (one volume; 12 Issues per year) by Academe Research Journals.

**Electronic submission** of manuscripts is strongly encouraged, provided that the text, tables, and figures are included in a single Microsoft Word file (preferably in Arial font).

**Submit manuscripts** as e-mail attachment to the Editorial Office at:

[journalijdr.editor@gmail.com](mailto:journalijdr.editor@gmail.com), [researchijdr@yahoo.com](mailto:researchijdr@yahoo.com)

A manuscript number will be e-mailed to the corresponding author same day or within 72 hours.

The **cover letter** should include the corresponding author's full address and telephone numbers and should be in an e-mail message sent to the Editor, with the file, whose name should begin with the first author's surname, as an attachment. The authors may also suggest two to five reviewers for the manuscript (IJDR) may designate other reviewers).

**The International Journal of Development Research (IJDR) (ISSN 2230-9926) will only accept manuscripts submitted as e-mail attachments.**

**Article Types** Three types of manuscripts may be submitted:

**Regular articles:** These should describe new and carefully confirmed findings, and experimental procedures should be given in sufficient detail for others to verify the work. The length of a full paper should be the minimum required to describe and interpret the work clearly.

**Short Communications:** A Short Communication is suitable for recording the results of complete small investigations or giving details of new models or hypotheses, innovative methods, techniques or apparatus. The style of main sections need not conform to that of full-length papers. Short communications are 2 to 4 printed pages (about 6 to 12 manuscript pages) in length.

**Review:** Submissions of reviews and perspectives covering topics of current interest are welcome and encouraged. Reviews should be concise and no longer than 4-6 printed pages (about 12 to 18 manuscript pages). Reviews manuscripts are also peer-reviewed.

**Regular articles**

All portions of the manuscript must be typed double-spaced and all pages numbered starting from the title page.

The **Title** should be a brief phrase describing the contents of the paper. The Title Page should include the authors' full names and affiliations, the name of the corresponding author along with phone, fax and E-mail information. Present addresses of authors should appear as a footnote.

The **Abstract** should be informative and completely self-explanatory, briefly present the topic, state the scope of the experiments, indicate significant data, and point out major findings and conclusions. The Abstract should be 100 to 200 words in length. Complete sentences, active verbs, and the third person should be used, and the abstract should be written in the past tense. Standard nomenclature should be used and abbreviations should be avoided. No literature should be cited.

Following the abstract, about 3 to 10 **key words** that will provide indexing references to should be listed. A list of non-standard **Abbreviations** should be added. In general, non-standard abbreviations should be used only when the full term is very long and used often. Each abbreviation should be spelled out and introduced in parentheses the first time it is used in the text. Only recommended SI units should be used.

The **Introduction** should provide a clear statement of the problem, the relevant literature on the subject, and the proposed approach or solution. It should be understandable to colleagues from a broad range of scientific disciplines.

**Materials and methods** should be complete enough to allow experiments to be reproduced. However, only truly new procedures should be described in detail; previously published procedures should be cited, and important modifications of published procedures should be mentioned briefly. Capitalize trade names and include the manufacturer's name and address. Subheadings should be used. Methods in general use need not be described in detail.

**Results** should be presented with clarity and precision. The results should be written in the past tense when describing findings in the authors' experiments. Previously published findings should be written in the present tense. Results should be explained, but largely without referring to the literature. Discussion, speculation and detailed interpretation of data should not be included in the Results but should be put into the Discussion section.

The **Discussion** should interpret the findings in view of the results obtained in this and in past studies on this topic. State the conclusions in a few sentences at the end of the paper. The Results and Discussion sections can include subheadings, and when appropriate, both sections can be combined.

The **Acknowledgments** of people, grants, funds, etc should be brief.

**Tables** should be kept to a minimum and be designed to be as simple as possible. Tables are to be typed double-spaced throughout, including headings and footnotes. Each table should be on a separate page, numbered consecutively in Arabic numerals and supplied with a heading and a legend. Tables should be self-explanatory without reference to the text. The details of the methods used in the experiments should preferably be described in the legend instead of in the text. The same data should not be presented in both table and graph form or repeated in the text.

**Figure legends** should be typed in numerical order on a separate sheet. Graphics should be prepared using applications capable of generating high resolution GIF, TIFF, JPEG or PowerPoint before pasting in the Microsoft Word manuscript file. Tables should be prepared in Microsoft Word. Use Arabic numerals to designate figures and upper case letters for their parts (Figure 1). Begin each legend with a title and include sufficient description so that the figure is understandable without reading the text of the manuscript. Information given in legends should not be repeated in the text.

**References:** In the text, a reference identified by means of an author's name should be followed by the date of the reference in parentheses. When there are more than two authors, only the first author's name should be mentioned, followed by 'et al'. In the event that an author cited has had two or more works published during the same year, the reference, both in the text and in the reference list, should be identified by a lower case letter like 'a' and 'b' after the date to distinguish the works.

Examples:

Abayomi (2000), Agindotan et al. (2003), (Kelebeni, 1983), (Usman and Smith, 1992), (Chege, 1998; Chukwura, 1987a, b; Tijani, 1993, 1995), (Kumasi et al., 2001)

References should be listed at the end of the paper in alphabetical order. Articles in preparation or articles submitted for publication, unpublished observations, personal communications, etc. should not be included in the reference list but should only be mentioned in the article text (e.g., A. Kingori, University of Nairobi, Kenya, personal communication). Journal names are abbreviated according to Chemical Abstracts. Authors are fully responsible for the accuracy of the references.

Examples:

Ogunseitan OA (1998). Protein method for investigating mercuric reductase gene expression in aquatic environments. *Appl. Environ. Microbiol.* 64:695–702.

Gueye M, Ndoye I, Dianda M, Danso SKA, Dreyfus B (1997). Active N<sub>2</sub> fixation in several *Faidherbia albida* provenances. *Ar. Soil Res. Rehabil.* 11:63-70.

Charnley AK (1992). Mechanisms of fungal pathogenesis in insects with particular reference to locusts. In: Lomer CJ, Prior C (eds) *Biological Controls of Locusts and Grasshoppers: Proceedings of an international workshop held at Cotonou, Benin.* Oxford: CAB International, pp 181-190.

Mundree SG, Farrant JM (2000). Some physiological and molecular insights into the mechanisms of desiccation tolerance in the resurrection plant *Xerophyta viscasa* Baker. In Cherry et al. (eds) *Plant tolerance to abiotic stresses in Agriculture: Role of Genetic Engineering*, Kluwer Academic Publishers, Netherlands, pp 201-222.

Babalola OO (2002). Interactions between *Striga hermonthica* (Del.) Benth. and fluorescent rhizosphere bacteria Of *Zea mays*, L. and *Sorghum bicolor* L. Moench for *Striga* suicidal germination In *Vigna unguiculata* . PhD dissertation, University of Ibadan, Ibadan, Nigeria.

### Short Communications

Short Communications are limited to a maximum of two figures and one table. They should present a complete study that is more limited in scope than is found in full-length papers. The items of manuscript preparation listed above apply to Short Communications with the following differences: (1) Abstracts are limited to 100 words; (2) instead of a separate Materials and Methods section, experimental procedures may be incorporated into Figure Legends and Table footnotes; (3) Results and Discussion should be combined into a single section.

**Proofs and Reprints:** Electronic proofs will be sent (e-mail attachment) to the corresponding author as a PDF file. Page proofs are considered to be the final version of the manuscript. With the exception of typographical or minor clerical errors, no changes will be made in the manuscript at the proof stage. Because IJDR will be published freely online, authors will have free electronic access to the full text (PDF) of the article. Authors can freely download the PDF file from which they can print unlimited copies of their articles.

**Copyright:** Submission of a manuscript implies: that the work described has not been published before (except in the form of an abstract or as part of a published lecture, or thesis); that it is not under consideration for publication elsewhere; that if and when the manuscript is accepted for publication, the authors agree to automatic transfer of the copyright to the publisher.

### Proofs, Reprints and manuscript charges

Electronic proofs will be sent (e-mail attachment) to the corresponding author as a PDF file. Page proofs are considered to be the final version of the manuscript. With the exception of typographical or minor clerical errors, no changes will be made in the manuscript at the proof stage. Because IJDR will be published online, authors will have free electronic access to the full text (PDF) of the article. Authors can freely download the PDF file from which they can print unlimited copies of their articles. There is no charge for the processing of paper but author(s) of each accepted paper is required to pay the publication charge which is very nominal fees. The fees depends upon the number of pages, number of authors, images etc. Before the accepted paper is published we will intimate the fees in the acceptance letter.